

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PGLetras
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS**

FUNÇÃO DISCURSIVA DO SUBJUNTIVO: uma análise fenomenológico-hermenêutica de textos argumentativos

**SÃO LUÍS
2022**

JOELMA PEREIRA SILVA

FUNÇÃO DISCURSIVA DO SUBJUNTIVO: uma análise fenomenológico-hermenêutica de textos argumentativos

Dissertação de Mestrado em Letras apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras- PGLetras, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise do Português Brasileiro

Orientadora: Prof^a Dr^a Veraluce da Silva Lima

Co-orientador: Prof. Dr. Wendel Silva dos Santos

**SÃO LUÍS
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira Silva, Joelma.

FUNÇÃO DISCURSIVA DO SUBJUNTIVO: uma análise fenomenológico-hermenêutica de textos argumentativos / Joelma Pereira Silva. - 2022.

113 f.

Coorientador(a): Wendel Silva dos Santos.

Orientador(a): Veraluce da Silva Lima.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. FUNCIONALISMO. 2. SUBJUNTIVO. 3. TEXTO ARGUMENTATIVO. I. da Silva Lima, Veraluce. II. Silva dos Santos, Wendel. III. Título.

JOELMA PEREIRA SILVA

FUNÇÃO DISCURSIVA DO SUBJUNTIVO: uma análise fenomenológico-hermenêutica de textos argumentativos

Dissertação de Mestrado em Letras, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras - PGLetras, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise do Português Brasileiro

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Veraluce da Silva Lima
Orientadora
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Wendel Silva dos Santos
Co-Orientador
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Marcos Luiz Wiedemer
Membro Externo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Mônica Fontenelle Carneiro
Membro Interno
Universidade Federal do Maranhão

“A escolha pelo sentido é, pois, o pressuposto mais geral de toda a hermenêutica”.

Paul Ricoeur

Para minha mãe, por ter feito do meu sonho, o seu sonho! Somente por/para ela essa grande vitória, meu verdadeiro amor!

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor dos meus dias, meu Deus, a quem devo cada linha deste trabalho, bem como minha vida. Obrigada pelo dom da sabedoria e do discernimento.

À minha mãe, Raimunda Pereira da Silva (Mundica), pelo orgulho que constrange, pela dedicação que alimenta a minha alma! Pelo carinho com que me concebe todos os dias e por sua força de mulher, lutadora, guerreira, digna, leal, temente a Deus! Sempre foste, minha mãe, meu alicerce, tu me reconstruíste diversas vezes, quando eu precisei. A ti, todo o meu coração e toda a minha vida!

A meu esposo, Renato Gomes Araújo Privado, por ser um verdadeiro companheiro, pai/amigo dos meus filhos, seus enteados. Por conduzir minhas/nossas filhas no caminho do bem. Pelo estímulo incessante que não me deixa desanimar, mesmo diante das maiores dificuldades. Obrigada por sonhar comigo. A ele toda a minha gratidão!

Aos meus amados filhos Hédwin Silva Ruy, Luís Gustavo Silva Costa, Maysa Isabelle Pereira Silva, Melissa Marielle Silva Lima, Ranara Vitória Silva Lima e Renata Silva Araújo Privado. O que dizer de vocês? Porque não tenho palavras! Tenho somente que agradecer a Deus a bênção de ter me dado a grande oportunidade de me fazer mãe de 6 filhos. Sim, são 6 filhos! Obrigada, por vocês fazerem de meus dias, os mais felizes de toda a minha existência. Desculpem-me por todas as ausências necessárias e obrigada pela admiração infinita.

À minha sogra Antônia Hoga Araújo Privado que, dentro de suas possibilidades, sempre está pronta a me ajudar com o que for necessário. Obrigada pela companhia em momentos obscuros da minha vida.

À professora Veraluce da Silva Lima, minha orientadora. Pessoa íntegra, zelosa e muito coerente. Fez-me acreditar na capacidade de ir além. A emoção em lhe agradecer, professora, toma conta de mim, porque foram tantos desafios, tantos atropelos, que me fizeram pensar em desistir. Mas, a senhora, com muito cuidado soube me refazer, me levantar e acreditar que tudo é possível, quando se tem Deus em nossa vida. Agradeço não apenas a orientação sempre atenta e pronta, mas, sobretudo, a amizade, dedicação e entusiasmo incansáveis. Foi um grande prazer ser sua orientanda e a levarei comigo, em minhas lembranças, para sempre!

Ao professor Wendel Silva dos Santos, pela doçura que transborda e se estende a mim, pela co-orientação competente e precisa, de propriedade

incontestável, pela paciência e compreensão. Por confiar em minhas análises e minha capacidade investigativa. Você é o cara!

Ao Arielson Tavares, querido amigo que o mestrado me deu, com quem pude, em alguns momentos, desabafar e encontrar sempre palavras de conforto.

A Andreza Luana, com quem pude sorrir e chorar neste mestrado. Era quem me dizia sempre: você é inteligente e muito capaz, eu acredito em você! Quem aplaude minhas vitórias! Amiga, você é um ser de luz!

À Universidade Federal do Maranhão, pela excelência no ensino e resistência em meio a um turbulento período educacional.

À Banca Examinadora, pelas pertinentes contribuições e gentis orientações ao texto que apresentei em meu Exame de Qualificação e que me guiaram na construção final de minha dissertação.

À FAPEMA, pelo auxílio financeiro e incentivo à pesquisa (Que nunca nos falte!).

A todos os que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, meu sincero reconhecimento.

RESUMO

A perspectiva teórica do funcionalismo de vertente norte-americana atribui ao subjuntivo a característica de marcar a atitude do falante/produtor do texto sobre o conteúdo da informação presente em suas proposições. O uso desse modo verbal revela a argumentação pragmático-discursiva dos usuários da língua, uma vez que está centrada no julgamento do falante/produtor do texto sobre a proposição e direcionada a um interlocutor num determinado contexto comunicativo. Esse julgamento realizado pelo sujeito é considerado por Givón (1995) uma característica do subjuntivo como *irrealis*. Nesse contexto, os valores nocionais do subjuntivo se inter-relacionam com o posicionamento argumentativo e com o contexto pragmático e discursivo em que aparecem. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os contextos de uso das noções de Subjuntivo em textos escritos por estudantes do 3º ano do Ensino Médio, levando em consideração suas estratégias discursivas. Acreditamos que os textos escritos por estudantes do Ensino Médio revelam estratégias discursivas significativas sobre os valores nocionais do Subjuntivo. Partimos das seguintes hipóteses: 1ª) A função do Subjuntivo está sujeita a contextos pragmáticos e discursivo-argumentativos. 2ª) O Subjuntivo é motivado pela sua função discursiva em situações concretas de uso da língua. Para fundamentar o trabalho, buscamos os pressupostos teóricos do Funcionalismo norte-americano, mais especificamente, os trabalhos de Givón (1979a, 1979b, 1984, 1990; 1995, 2001, 2005). Também nos fundamentamos em Bianchet (1996), Pimpão (1999, 2012, 2015), Cunha; Cintra (1985), Deoclécio (2010), Furtado da Cunha; Bispo (2013), Reis (2008; 2010), Santos (2015; 2020). Os procedimentos metodológicos são de base qualitativa, tendo na Fenomenologia Hermenêutica de Paul Ricoeur (1989, 1991, 1996) a trajetória metodológica de apreensão de nosso objeto de estudo. Para a coleta de dados, optamos pela construção de um *corpus* constituído por produções textuais de estudantes do 3º ano do Ensino Médio, sujeitos de nossa pesquisa. Dentre as produções textuais do *corpus* construído, foram selecionados apenas 10 (dez) para análise, as quais estão sendo consideradas as Descrições dos sujeitos da pesquisa. Para a análise dos dados, guiamo-nos pela seguinte questão norteadora: Como os estudantes do 3º ano do Ensino Médio usam o Subjuntivo como estratégia discursiva em textos argumentativos escritos? A análise dos dados nos possibilitou responder à questão norteadora de nossa pesquisa, ajudando-nos a compreender a função discursiva do Subjuntivo em textos argumentativos, levando-nos a afirmar que esse processo é realizado em função do querer dizer dos sujeitos, isto é, da construção de sentido(s) que se efetiva em contextos discursivos, o que se dá num processo de negociação e de subjetividade. Os resultados encontrados confirmam que o uso do Subjuntivo está sujeito a contextos sintáticos e semântico-pragmáticos, hipótese levantada e confirmada, quando da realização da pesquisa. Também confirmam a subjetividade dos sujeitos da pesquisa que assumem, com maior ou menor força, o que enunciam, ora comprometendo-se, ora afastando-se, revelando, assim, a função discursiva do Subjuntivo, considerando que o texto é uma criação discursiva.

Palavras-chave: Funcionalismo. Subjuntivo. Texto Argumentativo.

ABSTRACT

The theoretical perspective of North American functionalism attributes to the subjunctive the characteristic of marking the attitude of the speaker/producer of the text about the content of the information present in his propositions. The use of this verbal mode reveals the pragmatic-discursive argumentation of language users, since it is centered on the judgment of the speaker/producer of the text about the proposition and directed at an interlocutor in a given communicative context. This judgment made by the subject is considered by Givón (1995) a characteristic of the subjunctive as irrealis. In this context, the notional values of the subjunctive are interrelated with the argumentative positioning and with the pragmatic and discursive context in which they appear. The present work has as general objective to analyze the contexts of use of the notions of Subjunctive in texts written by students of the 3rd year of High School, taking into account their discursive strategies. We believe that texts written by high school students reveal significant discursive strategies about the notional values of the Subjunctive. We start from the following hypotheses: 1st) The function of the Subjunctive is subject to pragmatic and discursive-argumentative contexts. 2nd) The Subjunctive is motivated by its discursive function in specific situations of language use. To support the work, we sought the theoretical assumptions of North American Functionalism, more specifically, the works of Givón (1979a, 1979b, 1984, 1990; 1995, 2001, 2005). We also rely on Bianchet (1996), Pimpão (1999, 2012, 2015), Cunha; Cintra (1985), Deoclécio (2010), Furtado da Cunha; Bispo (2013), Reis (2008; 2010), Santos (2015; 2020). The methodological procedures are of a qualitative basis, having in the Hermeneutic Phenomenology of Paul Ricoeur (1989, 1991, 1996) the methodological trajectory of apprehension of our object of study. For data collection, we chose to build a corpus consisting of textual productions by 3rd year high school students, subjects of our research. Among the textual productions of the constructed corpus, only 10 (ten) were selected for analysis, which are being considered the Descriptions of the research subjects. For data analysis, we were guided by the following guiding question: How do 3rd year high school students use the Subjunctive as a discursive strategy in written argumentative texts? Data analysis enabled us to answer the guiding question of our research, helping us to understand the discursive function of the Subjunctive in argumentative texts, leading us to affirm that this process is carried out according to the subjects' meaning, that is, the construction of meaning(s) that takes place in discursive contexts, which takes place in a process of negotiation and subjectivity. The results found to confirm that the use of the Subjunctive is subject to syntactic and semantic-pragmatic contexts, a hypothesis raised and confirmed during the research. They also confirm the subjectivity of the research subjects who assume, with greater or lesser force, what they enunciate, sometimes committing themselves, sometimes moving away, thus revealing the discursive function of the Subjunctive, considering that the text is a discursive creation.

Keywords: Functionalism. Subjunctive. Argumentative text.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Identificação das Unidades de Significado da Descrição 1.....	48
Quadro 2:	Identificação das Unidades de Significado da Descrição 2	53
Quadro 3:	Identificação das Unidades de Significado da Descrição 3	56
Quadro 4:	Identificação das Unidades de Significado da Descrição 4	60
Quadro 5:	Identificação das Unidades de Significado da Descrição 5	63
Quadro 6:	Identificação das Unidades de Significado da Descrição 6	65
Quadro 7:	Identificação das Unidades de Significado da Descrição 7	68
Quadro 8:	Identificação das Unidades de Significado da Descrição 8	70
Quadro 9:	Identificação das Unidades de Significado da Descrição 9	75
Quadro 10	Identificação das Unidades de Significado da Descrição 10	78
Quadro 11:	Quadro de Convergência das Descrições e Identificação das Categorias Abertas	83
Quadro 12:	Quadro Ilustrativo de Convergência das Descrições	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A LINGUÍSTICA FUNCIONAL NORTE-AMERICANA: pressupostos teóricos	20
2.1	O Enfoque Funcionalista	20
2.2	A Concepção Funcionalista de Givón	23
3	O MODO SUBJUNTIVO COMO CATEGORIA GRAMATICAL	29
3.1	A visão da Gramática Normativa	29
3.2	A visão da Gramática Funcional	35
4	A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	39
4.1	A Fenomenologia com Trajetória Metodológica	39
4.2	Procedimentos Metodológicos	44
4.3	Tratamento dos Dados	
5	A PESQUISA EMPÍRICA: análise das Descrições e interpretação dos resultados	46
5.1	Análise dos Dados	47
5.1.1	Análise Ideográfica	47
5.1.2	Análise Nomotética	81
5.2	Interpretação dos Resultados	85
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	99
	ANEXOS	105

1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos, falamos ou escrevemos sobre situações ou eventos, atribuímos-lhes um estatuto de realidade ou de irrealidade. Assim sendo, uma questão crucial é: “Como concebemos a realidade ou a irrealidade?”

Os estudos da linguagem no âmbito funcionalista consideram que, a toda comunicação através de uma língua, subjaz um arranjo pragmático. Essa noção pragmática diz respeito à organização do discurso e revela que a disposição de um enunciado é motivada parte pelo que o falante/produtor do texto quer dizer/escrever, parte pelo que ele entende que o interlocutor precisa entender.

As pesquisas desenvolvidas no âmbito da Linguística Funcional (GIVÓN, 1995; NEVES, 2000b, 2004, 2011; OLIVEIRA, 2005; PEZATTI, 2005, MARTELOTTA, 2009; FURTADO DA CUNHA e BISPO, 2013), perspectiva que orienta este estudo, buscam revelar como o contexto linguístico, a situação extralinguística e/ou os eventos de interação comunicativa, no modelo funcionalista, interferem na produção de enunciados, uma vez que consideram que há uma relação simbiótica entre discurso e gramática.

Discurso na perspectiva funcionalista é visto como uma natureza acional, sendo o resultado do esforço de o ser humano se comunicar. Esta atividade global está dividida em Atos Discursivos que são expressos como cláusulas, mas também podem aparecer como uma sucessão não-clausal de frases, uma única frase, uma única palavra ou uma combinação de cláusulas.

Sendo assim, essas questões, por sua vez, refletem o fato de que a Gramática Discursiva Funcional, como o próprio nome indica, é uma gramática, e mais especificadamente, uma gramática do Ato do Discurso, portanto, relacionada tanto às propriedades internas do Ato do Discurso (isto é, o que está dentro do escopo da variável) como a suas propriedades externas (ou seja, as relações entre os Atos do Discurso no conjunto).

A argumentação é revelada como estratégia discursiva em uma organização discursiva. Essa estratégia discursiva é um recurso que o estudante, sujeito de nossa pesquisa, se vale como ato de convencimento em ter que se posicionar diante das diversas situações de comunicação que existem. É importante que o educando saiba expor seu pensamento de forma crítica e, mais ainda, saiba sustentar sua visão a

partir de uma argumentação consistente para que haja persuasão e para que a função da argumentação realmente se concretize. Argumentar hoje é fazer parte de um mundo crítico e, por meio desse processo, tentar fazer a diferença, podendo modificar a sociedade ou pelo menos o espaço em que o ato de argumentar se realiza

Ao argumentar em seu texto escrito, o estudante utiliza algumas estratégias semântico-pragmáticas e discursivas, como por exemplo, o uso da flutuação do indicativo em contextos que, segundo a gramática normativa, seria o Subjuntivo no intuito de fazer com que o interlocutor seja persuadido em suas afirmações.

A escolha em investigar o Subjuntivo deve-se à importância que esse modo verbal assume na arquitetura do texto, apresentando-se não somente como forma, mas, principalmente, como função, podendo esta função ser semântica, pragmática ou discursiva.

Essas noções de Subjuntivo mostram-se como um padrão de uso recorrente e produtivo no português brasileiro, conforme a visão de autores como Amorim (2015), Felicíssimo (2015), Pimpão (2015).

Nesse sentido, esta pesquisa se insere num panorama que busca investigar como os estudantes do 3º ano do Ensino Médio fazem uso do Subjuntivo, nos textos escritos com o propósito de argumentar acerca do seu ponto de vista sobre determinado tema. Como professora de português do Ensino Médio, durante nossa prática em sala de aula, temos observado, nas produções escritas dos estudantes desse nível de ensino, algumas noções de subjuntividade deslocando-se da morfologia flexional de modo subjuntivo para o uso de outros mecanismos linguísticos, por meio de recursos linguísticos de incerteza que favorecem o modo subjuntivo, modo verbal que, prescritivamente, codifica (codificaria) alta incerteza, e de outros recursos de incerteza que favorecem o modo indicativo, modo tradutor de baixa incerteza. A título de ilustração, selecionamos os seguintes exemplos, extraídos dos próprios textos dos alunos, sujeitos da pesquisa:

(1) “As provas estão chegando, **talvez** eu não **passo**”

(2) “**É possível** que ele não **está envolvido** nesse mensalão”.

Nesses exemplos, a noção de Subjuntivo se manifesta da seguinte forma: em (1) recai em **talvez**; e em (2), recai em **é possível**. Esses elementos destacados

da sentença estão contribuindo para que a noção de Subjuntivo se mantenha, como, nos exemplos 1 a 2: o advérbio "talvez" e a oração principal "é possível".

Essa noção, segundo Pimpão (1999), "está espalhada", ou seja, está atravessada na sentença, por meio de um verbo no indicativo, ou de um modal de dúvida/possibilidade, ou até mesmo em expressões adjetivas/adverbiais que tenham uma noção de dúvida, certeza, possibilidade, por exemplo.

Diante desse fato, buscamos no Funcionalismo o arcabouço teórico para fundamentar a pesquisa que realizamos, uma vez que o aspecto primordial nos estudos da linguagem é a competência comunicativa do falante/produtor do texto, isto é, sua capacidade não apenas de codificar e decodificar expressões, como também de interpretar essas expressões e usá-las de forma satisfatória, ao estabelecer a interação no processo comunicacional.

As regras de uma gramática, na visão funcionalista, diferem das regras dos compêndios gramaticais tradicionais, pois são formuladas, considerando "as propriedades funcionais e categoriais dos constituintes da sentença. As propriedades categoriais são características intrínsecas, não relacionais dos constituintes com outros da construção em que ele ocorre" (PEZATTI, 2005, p.173). Nesse sentido, os fenômenos linguísticos são descritos em relação ao uso da língua, uma vez que os componentes fundamentais do significado na linguagem são os componentes funcionais.

O Subjuntivo, por exemplo, pode ser expresso por meio tanto de morfologia própria, quanto de outras formas alternativas (incluindo-se aqui as noções de Subjuntivo). Nessa perspectiva, quando buscamos entender com quais estratégias e dispositivos linguísticos o falante/produtor do texto constrói seu enunciado, seja através da simples escolha de palavras, como talvez, seja pelo uso de formas verbais, como as do Subjuntivo, por exemplo, entramos no complexo domínio da modalidade.

O estudo do Subjuntivo, na gramática normativa, nos remete ao uso deste modo como uma incerteza, dúvida ou hipótese. Já o Indicativo, ao contrário, é usado em contextos que indicam certeza (CUNHA; CINTRA, 1985). Entretanto, ao nos depararmos com a língua em uso, verificamos que nem sempre os falantes/produtores de textos usam os modos verbais com os seus limites bem definidos, levando esses falantes/produtores de textos a empregarem um modo, como o indicativo, quando deveriam utilizar o modo subjuntivo.

No caso dessa investigação, embora os alunos usem formas do indicativo “em contextos em que o esperado, senão o prescrito, são as formas do Subjuntivo” (SANTOS, 2005), as noções de Subjuntivo é que são mantidas. Com isso, propomos neste trabalho analisar e descrever o Subjuntivo sob outro enfoque. Nesse contexto, reafirmamos que o Subjuntivo não é só forma, mas principalmente uma noção. E, quando é percebido como uma noção subjuntiva, ele pode ser expresso por outra(s) forma(s). Então, podemos ter forma do Indicativo, com noção de Subjuntivo. Podemos até mesmo ter formas nominais, como o infinitivo, com função de subjuntivo.

Pimpão (1999), embora reconhecendo que o contexto não seja condição para o uso do modo subjuntivo, sendo apenas um traço favorecedor, tratou da alternância entre os dois modos subjuntivo/indicativo e sobre os tempos, deslocando as noções de certeza/incerteza, atribuídas de acordo com a morfologia verbal tradicional.

Em outro trabalho, Pimpão (2015) fez um mapeamento do uso variável do modo subjuntivo no Português do Brasil. A partir dos resultados gerais, a autora obteve acesso a 18 pesquisas com amostras de quatro regiões brasileiras: Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. No estudo, a autora construiu um panorama sobre o uso variável do modo Subjuntivo, colocando em destaque algumas variáveis como a modalidade, no que se refere ao uso dessas variáveis. (PIMPÃO, 2015, p. 137).

Santos (2015, 2020), analisando a Produção e a percepção de ludovicenses e paulistanos, percebeu que o Subjuntivo ainda é bastante recorrente, embora reconheça que já há uma mudança se iniciando, em relação ao uso desse modo na fala de ludovicenses mais jovens.

Na escrita, encontramos pesquisas que analisam o uso do modo Subjuntivo, como foi o caso de Bianchet (1996), Pimpão (1999; 2012), Reis (2008; 2010).

Bianchet (1996) analisou, em 97 sentenças obtidas de transcrição de 30 entrevistas individuais, o problema da oscilação entre os modos indicativo e subjuntivo, procurando identificar o tipo de processo que subjaz a essa oscilação: se seria um processo de mudança em andamento ou se trataria de uma variável estável. A justificativa da autora, para analisar o problema da seleção do modo verbal, residiu no fato de que é possível verificar uma discrepância entre a norma prescrita pela gramática tradicional portuguesa, em relação à distribuição dos modos indicativo e subjuntivo, e o uso que o falante efetivamente faz desses modos.

Segundo a autora, os resultados constataram que a oscilação entre os modos indicativo e subjuntivo, no português contemporâneo, é um fenômeno variável que

atinge tanto orações independentes, quanto todos os tipos de oração subordinada. Nesse sentido, a seleção ora de indicativo, ora de subjuntivo, é comumente associada a uma exigência do verbo matriz, definida em função da modalidade por ele expressa, geralmente em termos da classe semântica a que esse verbo pertence.

Pimpão (1999, 2012) analisou textos escritos do século XVIII e XIX. Nos dados analisados, a autora também encontrou variação em relação ao uso do Subjuntivo. Segundo a autora, foi possível distribuir o uso variável do presente do subjuntivo em um *continuum* tempo-modalidade que permitiu um panorama muito interessante sobre o uso variável desse modo. Também apresentou resultados aproximados, especialmente no que se refere ao condicionamento do subjuntivo, evidenciado em contextos que apresentam traços de futuridade.

Reis (2008; 2010) analisou o uso do futuro do Subjuntivo em textos escritos aplicados a estudantes do Ensino Fundamental de Santa Catarina e verificou uma alta recorrência de outras formas para expressar o Subjuntivo. A autora esboçou o padrão principal de uso do futuro do subjuntivo em dois domínios que, segundo Reis (2010, p. 150-151), não se constitui uma atuação

[...] isolada, mas quase sempre em conjunto com outras expressões *irrealis* no contexto, o que o torna harmonicamente modal. Em relação à proposição quando está nas condicionais e temporais, o FS transmite a ideia de um evento anterior a outro evento (expresso pelo verbo da oração principal), e essa noção de anterioridade somada a de não-factuality é que contribui para a expressão de futuridade atribuída à marcação do FS; quando está nas adjetivas, ele modifica/qualifica o evento principal distanciando-se de noções temporais. Nas adverbiais, ainda, o FS transmite, em conjunto com outros elementos da construção, traços temporais ou atemporais, quase sempre relacionados com futuro e habitual, respectivamente.

São essas estruturas alternativas que o Subjuntivo apresenta na língua oral e na língua escrita que buscamos analisar na presente pesquisa, a qual tem como objetivo geral analisar a função discursiva do Subjuntivo, em textos escritos por estudantes do 3º ano do Ensino Médio, levando em consideração os contextos semântico-pragmáticos e discursivo-argumentativos em situações concretas de uso da língua. Entendemos que os textos escritos por estudantes do 3º ano do Ensino Médio (sujeitos da pesquisa) revelam estratégias discursivas significativas de uso da função do Subjuntivo.

A pesquisa parte das seguintes hipóteses: 1ª) A função do Subjuntivo está sujeita a contextos semântico-pragmáticos e discursivo-argumentativos; 2ª) O

Subjuntivo é motivado pela sua função discursiva em situações concretas de uso da língua.

Nessa direção, a linguagem é concebida como um instrumento de interação social, de modo que, para explicar a língua, o pesquisador deve procurar nos interlocutores, nos propósitos destes e no discurso – na situação comunicativa propriamente dita –, a motivação para esclarecer os “fatos da língua” (GIVÓN, 1995, p. 157). Esse fato nos induz à seguinte questão norteadora: Como os estudantes do 3º ano do Ensino Médio usam o Subjuntivo como estratégia discursiva em textos argumentativos escritos?

Para respondermos a esse questionamento, buscamos os pressupostos teóricos da Linguística Funcional norte-americana para fundamentar a pesquisa, mais especificamente os trabalhos de Givón (1979a, 1979b, 1990, 1994, 1995, 2004, 2005). Também nos fundamentamos em outros autores, como Bianchet (1996), Pimpão (1999, 2012, 2015), Cunha; Cintra (1985), Castilho (2010), Deoclécio (2010), Furtado da Cunha et al, (2003), Furtado da Cunha; Bispo (2013), Reis (2008, 2010), Santos (2015, 2020).

Tomamos como instrumento de análise o texto como uma criação discursiva (NEVES, 2001). Analisamos os valores nocionais do Subjuntivo em produções textuais escritas, caracterizando esses valores a partir do contexto semântico-pragmático e discursivo-argumentativo, e verificando conseqüentemente a sua função discursiva nos textos selecionados do *corpus* da pesquisa.

Essa função está diretamente atrelada ao eixo das expressões linguísticas subjetivas, principalmente as que marcam o discurso sob o domínio do *realis/irrealis* e atreladas também ao eixo no qual o *irrealis* se manifesta, de modo que possa ser identificado; se este é mesmo o domínio discursivo do Subjuntivo, ou não.

A relevância deste estudo, a partir da abordagem descrita neste trabalho, consiste em trazer contribuições significativas para o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica sobre aspectos do Subjuntivo presentes nos textos produzidos por estudantes do Ensino Médio, acrescentando, assim, ao conjunto dos conhecimentos sobre a Linguística Funcional possíveis facetas ainda pouco exploradas, como, por exemplo, o uso do Subjuntivo frente a outras formas/funções. O estudo também acrescenta conhecimentos teórico-metodológicos, ao usar a Fenomenologia como trajetória metodológica de tratamento e análise dos dados de uma pesquisa, na área do Funcionalismo.

Para desvelamento de nosso objeto de estudo, utilizamos os procedimentos metodológicos de base qualitativa, tendo na Fenomenologia Hermenêutica de Paul Ricoeur (1989, 1991, 1994), a trajetória metodológica de apreensão do real vivido pelos sujeitos da pesquisa. Os dados da pesquisa foram coletados do *corpus* construído, entendido como “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, conforme certa arbitrariedade (inevitável) em torno da qual ele vai trabalhar” (BARTHES, 1992, p.104).

Nosso trabalho está constituído de 6 (seis) capítulos. O Primeiro Capítulo, a INTRODUÇÃO, apresenta uma visão do fenômeno que está sendo investigado, pontuando o objetivo da pesquisa, a relevância do estudo, explicitando, também, a questão norteadora do estudo e a opção teórico-metodológica utilizada para desvelamento do fenômeno linguístico estudado.

Em A LINGUÍSTICA FUNCIONAL NORTE-AMERICANA: pressupostos teóricos (Capítulo 2), mostramos os pressupostos teóricos de perspectiva funcionalista que estão na base deste trabalho, permitindo delinear a concepção de língua (e linguagem) aqui assumida. Também são discutidos conceitos fundamentais da Linguística Funcional de vertente norte-americana, como a categoria da modalidade e sua relação como meio/formas de expressão do *irrealis*. São discutidas ainda as ideias de Givón (1979, 1984, 1990, 1995, 2001, 2005, 2010, 2013 sobre a concepção funcionalista.

No Capítulo 3, O MODO SUBJUNTIVO COMO CATEGORIA GRAMATICAL, apresentamos uma visão de tratamentos dados por autores brasileiros para o Modo Subjuntivo, tendo como ponto de partida a visão da gramática normativa e a visão da gramática funcional.

No Capítulo 4, A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA, traçamos a trajetória metodológica que ampara a nossa pesquisa, apresentando a sua descrição, bem como as etapas que foram seguidas no desenvolvimento da investigação, o *corpus* da pesquisa que levamos em conta para realizar nossas análises e os critérios que seguimos para construir o *corpus* da pesquisa. Tivemos sempre diante de nosso olhar investigativo a questão norteadora, para direcionar e justificar nossa trajetória metodológica e analisar os dados da pesquisa. Ressaltamos que o *corpus* de onde retiramos os dados de análise foi constituído por produções escritas dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio, do Centro de Ensino de Tempo Integral “Profª. Estefânia

Rosa da Silva”, uma escola de tempo integral da rede pública de ensino do Estado do Maranhão.

No capítulo 5, A PESQUISA EMPÍRICA: análise das Descrições e interpretação dos resultados, buscamos apreender a função discursiva das noções de Subjuntivo, a partir da análise de textos argumentativos de estudantes do 3º ano do Ensino Médio, sujeitos da pesquisa. Foram selecionados 10 (dez) textos do *corpus* construído e esses textos referem-se às experiências vividas por eles (estudantes) e possuem uma situacionalidade na existência desses sujeitos.

A análise dos dados foi realizada em dois momentos: o da análise ideográfica⁷, que consiste na análise de cada texto/discurso, com identificação das Unidades de Significado e o da análise nomotética⁸, momento da convergência dos textos/discursos dos sujeitos da pesquisa, para identificação das categorias abertas, também conhecidas como categorias de análise.

Nas CONSIDERAÇÕES FINAIS (Capítulo 6), procuramos responder à questão norteadora da pesquisa, a partir da qual foi possível o desvelamento do fenômeno investigado. Concluímos que o valor argumentativo se constituiu no sentido do enunciado, sendo ao mesmo tempo significação e direção (orientação discursiva). A presença de elemento linguístico modalizador, por exemplo, portou uma significação (certeza, dúvida, possibilidade etc.), assim como permitiu uma continuação discursiva, uma determinada orientação, apontando para algumas conclusões e produzindo determinados efeitos de sentido (comprometimento, distanciamento, ou não comprometimento, etc.). A noção subjuntiva apareceu nas Descrições como função discursiva, alimentando a argumentação das Unidades de Significado analisadas.

Esta pesquisa contribui para ampliar os estudos sobre a Linguística Funcional, numa abordagem qualitativa, tendo como metodologia a fenomenologia hermenêutica, ao desvelar os sentidos evocados pelos textos produzidos por estudantes do 3º ano do Ensino Médio, como produto de interação comunicativa no espaço escolar de onde emanam saberes construídos histórico-socialmente. A pesquisa contribui, também, com o mapeamento do uso do Subjuntivo em nossa

⁷ Ideográfico (do grego *ídiō*, de *ídios* ‘próprio, pessoal, privativo’) – refere-se à análise realizada nas Unidades de Significado do discurso natural de cada sujeito, para buscar as convergências no discurso do próprio sujeito. (SANTOS, 1997, p.42).

⁸ Nomotético (do grego ‘nomos’: lei, juízo reflexivo) – refere-se à análise que busca a normatividade ou generalidade, indicando “as condições da intuição sensível nas quais se pode conferir realidade (aplicação) a um conceito dado” (ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.715)

região, sinalizando para a renovação do ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica.

2 A LINGUÍSTICA FUNCIONAL NORTE-AMERICANA: pressupostos teóricos

Neste capítulo, são apresentados os pressupostos teóricos de perspectiva funcionalista que estão na base deste trabalho, permitindo delinear a concepção de língua (e linguagem) aqui assumida, a partir do objetivo da pesquisa: Analisar a função discursiva do Subjuntivo, em textos escritos por estudantes do 3º ano do Ensino Médio, levando em consideração os contextos semântico-pragmáticos e discursivo-argumentativos em situações concretas de uso da língua. As hipóteses levantadas foram: 1ª) A função do Subjuntivo está sujeita a contextos semântico-pragmáticos e discursivo-argumentativos; 2ª) O Subjuntivo é motivado pela sua função discursiva em situações concretas de uso da língua. Entendemos que os conceitos fundamentais da Linguística Funcional de vertente Norte-Americana, mais especificamente a concepção funcionalista de Givón (1979a, 1979b, 1990, 1994, 1995, 2004, 2005) sustentam o arcabouço teórico-metodológico para a análise dos dados da pesquisa.

2.1 O enfoque funcionalista

Pensar na organização das línguas naturais sob o enfoque funcionalista é, essencialmente, considerá-las a partir das funções comunicativas que essas línguas desempenham, uma vez que é a função que determina a forma. Trata-se de um enfoque que, “propondo que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, entende a gramática como suscetível às pressões do uso” (NEVES, 2018, p.15)

As primeiras manifestações desse pensamento remetem ao Círculo Linguístico de Praga, fundado em 1926, já revelando certa discordância da proposta saussuriana – inserida no paradigma formal – no que diz respeito à homogeneidade e à autonomia do sistema linguístico. No paradigma funcional, buscamos explicar a organização do sistema linguístico a partir de motivações de natureza pragmático-discursiva. É o uso que determina a organização linguística, sendo imprescindível à análise considerar a situação comunicativa: os interlocutores, suas intenções, o contexto discursivo.

O termo Funcionalismo se notabiliza a partir da década de 70, com autores, como Thompson, Hopper e Givón desenvolvendo trabalhos com base numa linguística baseada no uso da língua, do ponto de vista tanto do contexto linguístico quanto da situação extralinguística (MARTELOTTA, 2003).

Os pesquisadores dessa teoria linguística procuram identificar e avaliar fatores de natureza cognitiva e pragmático-discursiva que regulam o uso do fenômeno sintático, por exemplo, atentos às restrições de natureza formal que estimulam ou bloqueiam a regularização desse fenômeno, considerando que é no uso da língua, em seus contextos discursivos específicos, que a gramática é construída.

Furtado da Cunha et al (2003, p.29) afirmam que

[...] o Funcionalismo Linguístico difere das abordagens formalistas – estruturalismo e gerativismo – primeiro por conceber a linguagem como instrumento de interação social, um instrumento de comunicação que deve atender às necessidades dos seres humanos nas diversas situações de que participam no dia-a-dia. e segundo porque seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua.

Assim, podemos afirmar que, no quadro da Linguística Funcional, a discursivização é um fenômeno associado aos processos de regularização do uso da língua, ou seja, relaciona-se à variação e à mudança linguística. Esses processos demonstram que a língua é dinâmica, o que possibilita a criação de novas formas de expressão da língua/linguagem. Nesse sentido, do ponto de vista de sua evolução, a gramática de uma língua está em contínuo fazer-se, por isso a estrutura linguística apresenta uma relativa instabilidade.

Esse fato contribuiu para que os linguistas funcionais tivessem seu olhar voltado para a interdependência entre forma e função. Com isso, procuram buscar no texto, considerado instrumento de interação comunicativa, elementos que possam fornecer explicações para as construções morfossintáticas empregadas na tessitura textual. Isto porque consideram que as regras gramaticais não são fixas, para que sejam aplicadas em qualquer situação de comunicação.

Na construção de um texto, seja oral, seja escrito, o usuário da língua procura “adaptar sua fala/escrita aos diferentes contextos de comunicação, o que significa que as regras mais gerais são ativadas em combinação com eventos específicos de uso. (FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2013, p. 55).

Ao usar a língua em contextos de interação comunicativa, o usuário constrói seu discurso empregando a gramática da língua como consequência do discurso

construído, demonstrando, assim, que as formas linguísticas são motivadas, tanto por fatores comunicativos ou sociais, quanto por fatores cognitivos, estruturais e históricos, os quais, “em conjunto, atuam de modo diverso nos diferentes contextos de comunicação, complementando-se em uns casos e anulando-se em outros” (FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2013, p. 60).

Para a Linguística Funcional, as regularidades observadas no uso da língua podem ser explicadas a partir das condições discursivas em que verificamos esse uso. Assim, entre as etapas de uma análise sob a ótica funcionalista, estão: (a) descrever as funções que estão sendo desempenhadas pelas formas linguísticas em estudo; (b) identificar os domínios funcionais codificados pela gramática, o que pode ter como ponto de partida as formas/estruturas linguísticas em questão.

Nesse sentido, para compreendermos as estruturas sintáticas, por exemplo, precisamos voltar o nosso olhar para a língua em uso, uma vez que são as “estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes/produtores de textos no momento da interação discursiva” (MARTELOTTA, 2003, p.24) que dão forma à sintaxe.

Sendo assim, a abordagem funcionalista de uma língua natural tem como questão básica de interesse a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente, colocando, dessa forma, sob exame a competência comunicativa do usuário da língua. Isso implica considerar as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação no discurso.

Nesse sentido,

A abordagem Funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática são relacionados e interdependentes. Ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas e seus contextos específicos de uso. Segundo a hipótese Funcionalista, a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, ou seja, a estrutura é motivada pela situação comunicativa. os usos da língua, ao longo do tempo, é que dão forma ao sistema. (CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 29)

Para os autores, o uso da língua dá forma ao sistema linguístico, não havendo, portanto, uma gramática pronta que forneça o material de que o usuário da língua necessita para que possa se expressar. Isto porque, segundo Martelotta (2011, p.58),

[...] o processo de trans/formação de uma língua, ou, mais especificamente, a gênese das estruturas morfossintáticas que caracteriza as sentenças possíveis de uma língua resulta da atuação de fatores de regularização e unificação ao lado de fatores de criação e inovação.

Vemos assim que as estruturas gramaticais refletem a criatividade do usuário da língua, fazendo emergir a gramática. Com isso, as regras que regulam o sistema linguístico procuram se adaptar às novas situações contextuais que, por sua vez, influenciam as escolhas do falante/usuário da língua.

Ressaltamos que a teoria funcionalista tem contribuído de forma significativa na análise dos fenômenos linguísticos, especificamente aqueles que passam por processos de variação e mudança, frente à emergência de novos significados e funções que estes termos assumem no ato comunicativo. Contudo, eleger o Funcionalismo para fundamentar teoricamente uma pesquisa não constitui uma tarefa fácil, uma vez que, segundo Neves (2018, p.15),

[...] em geral, os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos ligam-se diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não propriamente a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam [...] O que se pode afirmar e defender, na verdade, é que, dentro do que vem sendo denominado – ou autodenominado – “Funcionalismo”, encontram-se modelos teóricos muito diferentes.

Nessa perspectiva discursiva, adotamos o modelo teórico de Givón (1979a, 1979b, 1990, 1994, 1995, 2004, 2005), para o desenvolvimento de nosso objeto de estudo. Givón (1995) parte do pressuposto de que, para compreendermos o lugar do modo subjuntivo, é necessário, antes, compreender o lugar da modalidade *irrealis*, a qual se instaura no eixo comunicativo, por meio de estratégias linguísticas que propiciam assinalar a atitude do falante sobre o conteúdo de sua proposição. No tópico a seguir, apresentamos esse modelo, descrevendo a concepção funcionalista adotada por Givón.

2.2 A concepção funcionalista de Givón

O funcionalismo linguístico, conforme já referido no Tópico 2.1, contempla tanto questões estruturais quanto questões que estão para além da forma, levando em consideração a relação existente entre forma(s) e função(ões), no uso linguístico real. Neste tópico, tratamos da concepção funcionalista de Givón (1979, 1984, 1990, 1995, 2001, 2005, 2010, 2013a), que está mais alinhada às ideias filosóficas da

biologia, ao fazer uma analogia da gramática da língua com o organismo biológico, privilegiando, assim, explicações tanto de ordem adaptativa, segundo as quais a linguagem é uma adaptação complexa do homem social, quanto de ordem da motivação, segundo as quais a estrutura da língua é moldada e formada a partir das funções a que serve.

Podemos afirmar que se estabelece “uma correlação entre princípios evolutivos e adaptativos oriundos da biologia, por um lado, e gramática, comunicação e processo comunicativo por outro” (FELICÍSSIMO, 2015, p.69), vistos, dessa forma, sob a perspectiva biológica da funcionalidade da evolução. Como a língua é concebida como um instrumento de interação social, para explicá-la, o pesquisador deve procurar na situação comunicativa a motivação para esclarecer os fatos linguísticos.

Givón (1995, p.157) afirma que

[...] todos os funcionalistas assumem o postulado da não-autonomia: a língua (e a gramática) não pode ser descrita como um sistema autônomo, já que a gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultural, variação e mudança, aquisição e evolução.

Nesse sentido, o funcionalismo representa uma tentativa de explicar a forma da língua a partir das funções que ela desempenha na interação. Admite que um grande conjunto de fenômenos linguísticos fundamentais é o resultado da adaptação da estrutura gramatical às necessidades comunicativas dos usuários da língua. Se a função mais importante da língua é a contínua interação entre as pessoas, que se alternam como falantes e ouvintes, essa função deve, de algum modo, condicionar a forma do código linguístico.

Partimos do princípio de que a gramática de uma língua natural é dinâmica e maleável, adaptando-se a pressões internas e externas que continuamente interagem e se confrontam. Assim sendo, a gramática é vista como um conjunto de convenções resultantes de motivações de natureza distinta, em que sobressaem as pressões de uso. Percebemos que a gramática de qualquer língua exhibe padrões morfossintáticos estáveis, sistematizados pelo uso, ao lado de mecanismos de codificação emergentes, cujos princípios motivadores buscamos descrever. Nesse sentido, o surgimento de novas estruturas morfossintáticas é motivado por fatores de natureza comunicativa e cognitiva.

No que diz respeito à relação estrutura (forma) e função, o Funcionalismo reconhece a instabilidade da língua e seu dinamismo. Givón (1995, p. 10) cita algumas

premissas para uma melhor definição funcionalista sobre a língua, linguagem, gramática e mudança: a linguagem é uma atividade sociocultural; a estrutura linguística serve a funções cognitivas ou comunicativas; a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica; a mudança e a variação estão sempre presentes; o significado é dependente do contexto; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável, não-rígida; a gramática é emergente; as regras da gramática permitem alguma flexibilidade. Nesse sentido, dada à complexidade da língua, por seu caráter biológico de representação do conhecimento e comunicação, essas premissas são válidas de acordo com o contexto e estão circunscritas e competindo com outros princípios que podem representar limitações à sua aplicabilidade.

Tomamos, então, a sintaxe como resultado da cristalização ou regularização de estratégias discursivas recorrentes, na linha de Givón (1979), que defende que a linguagem humana evoluiu do modo pragmático para o modo sintático. Logo, a sintaxe tem sua origem no discurso, aqui tomado como o conjunto de estratégias criativas empregadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte, em uma determinada situação de comunicação.

Entendemos, como Givón, que a sintaxe não pode ser compreendida ou estudada sem referência tanto à sua evolução a partir do discurso, quanto aos fatores comunicativos que governam seu surgimento. As regras da gramática são modificadas pelo uso (isto é, as línguas mudam) e, portanto, é necessário observar a língua como ela é falada.

Nesse sentido, o postulado da não autonomia da gramática implica referência aos parâmetros cognitivos e comunicativos. Por meio de procedimentos gramaticais/discursivos, o usuário da língua alcança os procedimentos mentais. A língua passa, então, a ser dependente do comportamento social, uma vez que o falante/usuário, por meio de um processo de adaptação referente aos diversos contextos de comunicação, integra os componentes linguísticos como uma estrutura, unindo “sintaxe, semântica e pragmática, em que a sintaxe codifica os seguintes domínios funcionais: a semântica proposicional e a pragmática discursiva” (GIVÓN, 1995, p. 78).

Givón (2001, p. 47) observa ainda a posição de Bolinger (1977) para quem “[...] a condição natural da língua é preservar uma forma para um significado e um significado para uma forma [...]”. Contudo, no dia a dia, vemos claramente que não é isso que ocorre. Notamos, no uso da língua, diversos sentidos para uma mesma

forma, e, ao contrário, também são verificadas variadas formas para expressar uma mesma função, a exemplo da forma verbal de Subjuntivo que, na língua portuguesa em uso, para essa função há várias formas de expressá-lo.

Destacamos também que a expressão “Domínio Funcional” é comumente empregada na literatura funcionalista para se referir aos (sub)sistemas funcionais que compõem a gramática que, para Givón (1995, p.68), nasce do discurso e

inclui na análise toda a situação comunicativa: o propósito do evento de fala/escrita, seus participantes e seu contexto discursivo. Ela é funcional porque não separa o sistema linguístico e suas peças das funções que têm de preencher, e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem.

Nesse sentido, a gramática é emergente, codificando simultaneamente o nível da semântica proposicional (âmbito da oração) e o da pragmático-discursiva (discurso multiproposicional) – corresponde à combinação de orações num discurso –, considerando que o escopo da gramática são as relações coerentes entre as proposições e seu contexto discursivo mais amplo. Isto porque a gramática da língua está sempre em renegociação, em reformulação, com as regras que regulam o sistema linguístico, se adaptando às situações contextuais as quais influenciam as escolhas do usuário da língua, objetivando, assim, preencher os propósitos comunicativos desses usuários, conforme já referido anteriormente.

A função comunicativa das construções gramaticais é observada no contexto discursivo, mas diz respeito às intenções comunicativas dos interlocutores. Givón (2005, p. 97) sugere que as relações de coerência codificadas pela gramática nos níveis interligados da informação proposicional e do discurso multiproposicional podem ser reinterpretadas como operações de mudança de perspectiva, as quais, por sua vez, podem ser reinterpretadas como manipulação sistemática (na produção) ou antecipação (na compreensão) dos estados de crenças e intenções do interlocutor. Isto porque a gramática está a serviço da função comunicativa da linguagem, na expressão dos conhecimentos, crenças e intenções dos interlocutores, tendo, portanto, uma natureza cognitivo-pragmática

Givón (1995), ao investigar a gramática das línguas, através da busca de parâmetros motivados comunicativa e cognitivamente, afirma que

[...] a linguagem é uma atividade sociocultural; a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica; a variação e a mudança estão sempre presentes; o sentido é contextualmente dependente e não-atômico; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável e não-rígida; as gramáticas são emergentes e as regras de gramática permitem algumas exceções. (GIVÓN, 1995, p. 102)

Nesse sentido, podemos dizer que o autor, ao afirmar que a linguagem é uma atividade sociocultural, concilia duas funções da linguagem na explicação dos fatos linguísticos: a função comunicativa, explicitando propriedades discursivas, e a função cognitiva, explicitando propriedades cognitivas. Assim, a gramática atua em dois aspectos: codifica informações no âmbito das cláusulas/proposições e correlaciona as informações codificadas em uma comunicação coerente.

Constatamos, assim, que pressões adaptativas, como por exemplo, a intencionalidade do falante/produtor do texto e a situação comunicativa dão forma à estrutura da língua. Dessa maneira, as diversas formas dispostas para efeito de uso do Subjuntivo são muito mais abrangentes em seus contextos de uso do que as formas já convencionalizadas. Posto isso, podemos inferir que o falante/produtor do texto, ao fazer uso de tais formas, tem como princípios norteadores suas próprias intenções, análise do ouvinte/leitor e de todo o entorno situacional. Isto porque o mais importante do que dizer/escrever algo, é saber como dizer/escrever para alcançar o fim desejado.

O funcionalismo (GIVÓN, 1995), mesmo reconhecendo o estatuto formal da sintaxe, não a vê como uma categoria autônoma, mas concebe-a em relação à função que desempenha no contexto social. Dessa forma, as proposições carregam informações do léxico, contudo as funções discursivas somente podem ser entendidas quando se encontram encaixadas no discurso. Isto porque a gramática de uma língua, na perspectiva funcional, não é independente, já que se estrutura a partir de pressões de caráter cognitivo e decorrente do uso, da constante mudança e da criatividade de que o falante dispõe.

A ideia central do Funcionalismo de que o estudo da linguagem não pode desprezar os aspectos cognitivos e comunicativos que moldam e motivam sua estrutura pode ser explicada “à luz de um conjunto extenso de fatos descritivos, que contemplam várias construções” (GIVÓN, 2013, p. 67). Assim, a proposta funcionalista de Givón (2001) se refere à língua e, portanto, à gramática como sistemas adaptativos complexos, uma vez que

A língua serve às funções de representação e de comunicação da experiência humana. Nessa visão, o sistema (cognitivo) das representações contempla léxico mental, informação proposicional e discurso multiproposicional, enquanto o sistema comunicativo, propriamente, comporta o código gramatical. Essa organização básica da linguagem em sistemas, cada um ligado a uma função, permite descrever as propriedades do código gramatical em interface com suas propriedades semânticas e pragmáticas. (GIVÓN, 2001, p. 92)

Vemos assim que a língua é determinada pelas situações de comunicação real em que falantes reais interagem e, portanto, seu estudo não pode se resumir à análise de sua forma, já que essa forma está relacionada a um significado e a serviço do propósito pelo qual é utilizada, o que depende de cada contexto específico de interação. A língua está sempre entrelaçada às atividades interacionais em que as pessoas estão engajadas. As relações entre formas e funções dependem da gama de fatores que interferem em cada interação comunicativa.

Esse encaminhamento fica evidente no modo pelo qual o autor organiza os temas ligados à sintaxe. Também fica evidente a acomodação do caráter gradiente do léxico mental, isto é, o pertencimento de um item lexical a uma categoria não é absoluto, mas relativo à função que desempenha. A explicitação da multifuncionalidade dos itens linguísticos e a sua descrição são um dos pilares da proposta givoniana.

Assim, uma abordagem funcional da comunicação é inerentemente pragmática (GIVÓN, 2005). Por pressões adaptativas, surgem novos contextos que são continuamente reinterpretados, tornando o significado e a comunicação humana sempre dependentes do contexto (GIVÓN, 2002). A gramática, porém, ao convencionar certas estruturas mais adaptativamente relevantes e, portanto, mais frequentes, restringe, em certa medida, a dependência do contexto.

Com isso, o termo funcionalista aplica-se à proposta de análise linguística, cuja explicação para a gramática esteja centrada em explicações externas à estrutura, isto é, privilegiam-se explicações funcionais sobre explicações formais.

3 O MODO SUBJUNTIVO COMO CATEGORIA GRAMATICAL

O usuário da língua pode falar de coisas do mundo real, aquele em que vive, e de coisas de mundos possíveis, quando vê possibilidade em algo ou quando cria, por exemplo, situações ficcionais. Também pode falar de situações hipotéticas, considerando tanto o mundo real quanto o mundo possível. Essa tarefa de representação pode ser realizada pelos valores nocionais do Subjuntivo.

Este capítulo apresenta o Modo Subjuntivo como uma categoria gramatical, tendo como ponto de partida a visão da gramática normativa. A seguir, apresentamos a visão da gramática funcionalista.

3.1 A visão da gramática normativa

Tradicionalmente, entendemos por modo verbal a propriedade que tem o verbo de indicar a atitude da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 436). Essa atitude pode ser de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, dentre outras. Reflete, portanto, a maneira como o usuário da língua vê o processo, a ação, o evento comunicativo. Vários autores normativos, como Bechara (2006, 2009, 2010), Cegalla (2007), Cunha e Cintra (1985, 2001, 2017), associam ao modo subjuntivo, de forma geral, noções de incerteza e de dúvida; ao indicativo, por oposição, noções de certeza e de realidade.

Segundo Pimpão (2017, p.110),

As gramáticas normativas do português brasileiro apresentam uma relativa uniformidade com relação à conceituação de modo subjuntivo e à descrição de seu emprego, tendo como base explanatória oposições nocionais entre subjuntivo e indicativo se ao indicativo são associadas atitudes de certeza, de realidade; ao subjuntivo são atribuídas atitudes opostas

Portanto, são variadas as definições encontradas nas gramáticas normativas⁹ para o modo Subjuntivo, porém todas convergem para um mesmo ponto: é o modo da

⁹ Além das gramáticas normativas de Bechara (2006,2009, 2010), Cegalla (2007), Cunha e Cintra (1985, 2001, 2017), citamos as seguintes: **Gramática metódica da língua portuguesa**, de Napoleão Mendes de Almeida (1978); **Gramática fundamental da língua portuguesa**, de Gladstone Chaves de Melo (1968); **Gramática normativa da língua portuguesa**, de Carlos Henrique da Rocha Lima; **Nossa gramática completa**, de Luiz Antonio Sacconi (2010).

possibilidade, da dúvida, da incerteza, da suposição. É sob esse aspecto que os gramáticos descrevem os diversos usos do Subjuntivo, seu emprego, sua função dentro da oração. Os gramáticos buscaram fixar regras de ocorrência desse modo, que incluem, entre outros aspectos, o tipo de oração em que esse modo verbal deve aparecer.

Nesse sentido, podemos afirmar que o modo Subjuntivo, objeto de discussão neste Capítulo, se constitui como uma categoria conceitualmente vaga e difusa que só ganha nitidez no contraste com o indicativo, o que contribui para que, nas línguas ocidentais, o uso dessa modalidade seja enfraquecido pelo uso do modo indicativo. No caso do português, segundo Câmara Jr. (1999), o Subjuntivo sofreu a interferência do Indicativo e só aparece em determinados tipos frasais, uma vez que “o subjuntivo tem a característica sintática de ser uma forma verbal dependente de uma palavra que o domina, seja o advérbio *talvez*, preposto, seja um verbo de oração principal” (CAMARA JR., 1999, p.99).

Embora Câmara Jr. (1999) não pertença à plêiade de gramáticos normativos, sua contribuição teórica é muito importante para os estudos do modo subjuntivo, pois amplia o que os gramáticos abordam sobre o tema. O autor ressalta que o uso do modo subjuntivo em orações independentes depois do advérbio *talvez*, a noção de dúvida é assinalada pelo advérbio, não pelo modo verbal. Ressalta, também, que o Subjuntivo, no português, é como uma servidão gramatical, usado em certos tipos de frases, além das orações independentes, como: em oração integrante subordinada a verbos de significação volitiva ou optativa; em oração relativa, para expressar apenas a possibilidade de qualificação expressa; em orações subordinadas finais; em orações subordinadas concessivas (CÂMARA JR., 1986, p. 225-226).

Fazendo um sobrevoo na história da língua portuguesa, vamos encontrar, na Gramática de Port-Royal (2001 [1660]), que o modo Subjuntivo surgiu da necessidade de explicar mais claramente o que se passava no espírito humano. Assim,

[...] além das afirmações simples, como *ele ama*, *ele amava*, havia ainda outras condicionadas e modificadas, como *embora ele amasse*, *quando ele ama*. E, para melhor distinguir essas afirmações das outras, dobraram as inflexões dos mesmos tempos, destinando umas para afirmações simples [...] e reservando outras para afirmações modificadas, embora não se mantendo firme a suas regras, servem-se às vezes das inflexões simples para indicar as afirmações modificadas: *etsi verear* em vez de *esti verear* (“ainda que respeite”), e foi desses últimos tipos de inflexão que os gramáticos fizeram o modo chamado *subjuntivo* (ARNAULD; LANCELOT, 2001, p.94).

Vemos, portanto, que a Gramática de Port-Royal (2001 [1660]) apresenta a origem dos critérios nocionais e inflexionais definidores do modo subjuntivo na gramática normativa da língua portuguesa.

Dadas as especificidades do subtópico 3.1, que trata da visão da gramática normativa sobre o modo subjuntivo, passamos a descrever como os gramáticos normativos abordam o modo subjuntivo, destacando as abordagens de apenas duas gramáticas normativas: a nova gramática do português contemporâneo, de Cunha e Cintra (1985) e a moderna gramática portuguesa, de Bechara (2009). Vejamos como esses gramáticos abordam o modo subjuntivo.

Os gramáticos Cunha e Cintra (1985) apontam o modo Subjuntivo como aquele que expressa uma ação ainda não realizada e dependente de outra, expressa ou subentendida. Desse modo, o usuário da língua, ao empregar o Subjuntivo, tem uma atitude de incerteza, de dúvida em relação à existência ou não do fato. Os autores, ao compararem frases com verbos no modo Indicativo e no modo Subjuntivo, apontam diferenças no uso desses modais, conforme podemos comprovar nos seguintes exemplos, extraídos de Cunha e Cintra (1985, p.454).

<p>Modo indicativo</p> <p>Afirmo que ela estuda Afirmei que ela estudava.</p>
<p>Modo Subjuntivo</p> <p>Duvido que ela estude Duvidei que ela estudasse</p>

Com base nessas distinções de uso dos modais, os referidos autores estabelecem os seguintes princípios norteadores do emprego dos modos Indicativo e Subjuntivo, em orações subordinadas substantivas:

1º) O INDICATIVO é usado geralmente nas orações que completam os sentidos dos verbos como *afirmar, compreender, comprovar, crer* (no sentido afirmativo), *dizer, pensar, ver, verificar*.

2º) O SUBJUNTIVO é o modo exigido nas orações que dependem de verbos cujo sentido está ligado à ideia de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição e outras correlatas. É o caso, por exemplo, dos verbos *desejar, duvidar, implorar, lamentar, negar, ordenar, pedir, proibir, querer, rogar e suplicar*. (CUNHA; CINTRA, 1985, p.454).

Esses gramáticos consideram a seleção verbal como responsável pela sintaxe no emprego do Subjuntivo. É a partir do enunciador que tratam sintaticamente o emprego do Subjuntivo, apresentando-o como independente e subordinado.

O Subjuntivo independente é empregado em orações absolutas, em orações coordenadas ou em orações principais, podendo exprimir outras noções semânticas, para a enunciação que acentua a expressão da vontade do falante: um desejo, uma hipótese, uma concessão, uma dúvida. (CUNHA; CINTRA 1985, p. 454-455), como nos exemplos¹⁰ a seguir:

Desejo:
Que as horas **voltem** sempre, as mesmas horas!

Hipótese/concessão:
Seja a minha agonia uma centelha/De glória!

Dúvida:
Um cachorro talvez **rosnasse** ou **mordesse**.

O Subjuntivo subordinado se manifesta nas orações subordinadas. Para Cunha e Cintra (1989, p. 456), esse modal “é por excelência o modo da oração subordinada. Emprega-se tanto nas subordinadas substantivas, como nas adjetivas e nas adverbiais”. A título de exemplificação, observemos um exemplo de cada tipo de oração subordinada em que o modo Subjuntivo se faz presente, conforme citados por Cunha e Cintra (1985, p.156-158).

Oração Substantiva:
Não acredito **que ela chore aqui**.

Oração Adjetiva:
Então não havia um direito **que lhe garantisse a sua casa?**

Oração Adverbial:
O povo não gosta de assassinos, **embora inveje os valentes**.

Os autores fazem uma ressalva em relação ao uso do subjuntivo nas orações adverbiais, afirmando que, nesse tipo de oração subordinada, o Subjuntivo, de um

¹⁰ Os exemplos foram extraídos de Cunha e Cintra (1985, p.455).

modo geral, não possui valor próprio, mas se constitui “um mero instrumento sintático de emprego regulado por certas conjunções” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 458).

Bechara (2009), outro gramático normativo, afirma que o Indicativo é o modo empregado em orações independentes e nas orações dependentes que indicam um fato real ou considerado real e o modo Subjuntivo

[...] ocorre normalmente nas orações independentes optativas, nas imperativas negativas e afirmativas (nestas últimas com exceção da 2ª pessoa do singular e plural), nas dubitativas com o advérbio *talvez* e nas subordinadas em que o fato é considerado como incerto, duvidoso ou impossível de se realizar:

Bons ventos o *levem*.

“Não *emprestes*, nem *disputes*, não *maldigas* e não terás de arrepender-te” (MM).

“*Louvemos* a quem nos louva para abonarmos o seu testemunho” (MM)

O autor também afirma que o modo subjuntivo pode ser usado em orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais, corroborando, assim, com o que os gramáticos Cunha e Cintra (1985) já afirmaram sobre o uso do subjuntivo. Em relação às orações substantivas, Bechara (2009, p.281) faz uma espécie de síntese, apresentando apenas 3 casos em que ocorre o Subjuntivo, sem apresentar o tipo de oração substantiva:

1) Depois de verbos, nomes ou locuções equivalentes que denotam ordem vontade, consentimento, aprovação, proibição, receio, admiração, surpresa, contentamento, apresentando os seguintes exemplos:

“Prouvera a Deus, venerável Crimilde – tornou o quingentário –
que nos fosse lícito desamparar estes muros” [AH. 1, 146]

“Proibi-te **que o revelasses**” [AH.5, I, 294]

Espero **que estudes e que sejas feliz.**

2) Depois de verbos ou locuções formadas por *ser*, *estar*, *ficar* + substantivo ou adjetivo que denotam desejo, probabilidade, vulgaridade, justiça, necessidade, utilidade, conforme os exemplos a seguir:

É bom que compreenda logo o problema.

3) Depois dos verbos duvidar, suspeitar desconfiar e nomes cognatos quando empregados afirmativamente, ou seja, quando se tratar de dúvida, suspeita ou desconfiança reais.

“... me vinham à mente *suspeitas* **de que ela fosse um anjo transviado do céu...**” [AH.5, II, 321]

O autor faz uma ressalva, afirmando que “se o falante tem a suspeita como coisa certa, ou nela acredita, o normal é aparecer o indicativo” (BECHARA, 2009, p.281), apresentando para o caso o seguinte exemplo:

“*Suspeitava-se* **que era a alma da velha Brites** que andava ali penada” [AH.5, 364]

Sobre as orações adjetivas, Bechara (2009) afirma que o Subjuntivo ocorre quando essas orações exprimem fim, consequência, conjectura, por exemplo. Já nas orações adverbiais, o subjuntivo ocorre em orações causais, concessivas, condicionais, consecutivas (quando não exprimem um fato real), finais e temporais, corroborando, assim, com o que já afirmaram Cunha e Cintra (1985).

Considerando a caracterização do modo Subjuntivo apresentada por Cunha e Cintra (1985) e Bechara (2009), inferimos que o vir a ser constitui o traço recorrente associado a esse modo verbal, uma vez que o Subjuntivo é o modo do desejo, da súplica, incerteza, dúvida, possibilidade, hipótese, irrealidade, eventualidade, vontade, ordem, proibição, indeterminação. O Subjuntivo, portanto, é tratado no âmbito da morfossintaxe: a morfologia desse modo verbal carrega um significado que corresponde à atitude de incerteza, por exemplo, ainda que seu emprego esteja subordinado a determinados tipos de orações.

Ressaltamos que as regras da gramática normativa foram estabelecidas a partir da linguagem escrita, mas as definições apresentadas possuem um forte aspecto pragmático, enfatizando a atitude ou posição do falante, as circunstâncias da situação comunicativa e as diferentes maneiras de o falante/produzidor de texto transmitir a realização de um fato.

Pelo que as gramáticas normativas apresentam sobre o modo Subjuntivo, podemos dizer que existe uma certa concordância entre os gramáticos consultados quanto aos meios mais comuns para a ocorrência do subjuntivo, revelando que seu uso se associa à modalidade epistêmica, aquela que diz respeito a valores como probabilidade e crença – atuando no eixo do conhecimento (julgamento epistêmico do falante). Esse fato evidencia que a complexidade do modo verbal requer estudos à luz de uma teoria que não se restrinja à imanência da oração, mas que leve em consideração os aspectos pragmático-discursivos.

Assim, faz-se necessário um estudo mais específico sobre o modo Subjuntivo, a fim de elucidar o uso desse modo verbal no português brasileiro, como é o caso desta pesquisa que apresenta avanços em relação ao uso do Subjuntivo na visão da gramática tradicional, uma vez que está considerando os aspectos semântico-pragmáticos desse modo verbal, com base no uso da língua, em situações reais de interação comunicativa.

Na seção a seguir, abordamos a visão da gramática funcional sobre o modo subjuntivo, a qual embasa a análise de dados da pesquisa.

3.2 A visão da gramática funcional

Apesar de haver diversas perspectivas de estudos funcionalistas, os teóricos funcionalistas admitem o postulado da não autonomia da língua, ou seja, a gramática não pode ser entendida de forma isolada, sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução, (GIVÓN, 1995). Mais uma vez cabe o reforço, a partir do que sugere Givón (1995), de que a Linguística Funcional não está preocupada em entender a interação entre os sujeitos, as condições do sujeito diante da língua ou da sociedade, nem as intenções dos falantes ou dos produtores de um dado texto.

Neste subtópico, buscamos apresentar a visão da gramática funcionalista sobre o modo subjuntivo como uma categoria gramatical. Partimos da afirmação de que o funcionalismo linguístico busca compreender a língua como um instrumento de comunicação, observando as funções linguísticas dos elementos organizadores do texto e do discurso, considerando a gramática um agregado maleável e internalizado das formações vindas da língua em uso, das experiências adquiridas no processo de

interação verbal que acumulamos durante nossa existência. Nesse sentido, “[...] o funcionalismo explica a organização da gramática e a codificação linguística das estratégias gramaticais com base em princípios de natureza cognitiva e comunicativa”. (GIVÓN, 1995, p.18-19).

Segundo Givón, (2015, p.57), os

[...] funcionalistas concebem a linguagem como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade [...]. A teoria funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso.

Vemos assim que o funcionalismo procura explicar as regularidades da língua, a partir de seu uso no processo de interação, analisando as condições discursivas em que esse uso acontece, considerando que esse aporte teórico trata de dados reais, tanto da fala quanto da escrita, em contextos reais da comunicação interpessoal (GIVÓN, 2015). Podemos afirmar que o modo subjuntivo deve ser considerado no contexto discursivo e diz respeito às intenções comunicativas dos interlocutores. Assim, as relações de coerência codificadas pela gramática, nos níveis interligados da informação proposicional e do discurso multiproposicional, podem ser reinterpretadas como operações de mudança de perspectiva, as quais, por sua vez, podem ser reinterpretadas como manipulação sistemática (na produção) ou antecipação (na compreensão) dos estados de crenças e intenções do interlocutor (GIVÓN, 2005). Portanto, o uso do subjuntivo nos enunciados está a serviço da função comunicativa da linguagem, na expressão dos conhecimentos, das crenças e das intenções dos interlocutores.

Dessa forma, o modo Subjuntivo na visão da gramática funcionalista traz o uso e a função como princípios organizadores (NEVES, 2011), sendo as análises linguísticas norteadas por noções, como: 1) A linguagem não é um fenômeno isolado; ela serve a propósitos comunicacionais, por isso tem motivações

[...] que vindas de diferentes direções e possuindo natureza diferente, buscam equilibrar a força da gramática. 2) A língua (e sua Gramática) não pode ser descrita nem explicitada como sistema autônomo [...], imune a uma relação com fatores externos de ativação: [...] ele se ativa motivado por fatores externos (e de mais de um tipo). 3) As formas e os processos da língua [...] são meios para um fim, não um fim em si mesmos [...]: na atividade bem sucedida, os fins são os correlatos das motivações. (NEVES, 2011, p. 24)

Como as formas e os processos da língua são meios para um fim, a gramática da língua apresenta categorias morfossintáticas com padrões funcionais mais regulares e formas que se encontram em processo de variação e mudança, o qual é sempre motivado por fatores cognitivo-interacionais, como é o caso do modo subjuntivo. Ressaltamos que, quando falamos em modo, devemos fazer distinção entre modo e modalidade.

Modo é definido como uma categoria gramatical dos verbos que indica o grau de realidade de uma proposição, representando, assim, a atitude do falante/produzidor do texto em relação ao fato expresso pelo verbo e, segundo Givón (1995, p.52), “constitui o conjunto de formas verbais responsáveis pela expressão de uma categoria semântica superior, a da modalidade”, que é a apreciação subjetiva do enunciador, em outras palavras, modalidade é a expressão da atitude subjetiva do falante/produzidor do texto frente ao conteúdo proposicional do enunciado. Ou seja, o modo é a expressão flexional da intenção (ou atitude) do falante/produzidor do texto, sendo, portanto, uma das formas de expressarmos a modalidade.

Como uma categoria gramatical que expressa o grau ou o tipo de realidade que atribuímos a um enunciado (GIVÓN, 1995), o modo é a avaliação, formulada pelo falante/produzidor do texto, sobre o *dictum*, a informação contida na sentença, representada gramaticalmente pelo sujeito e pelo predicado, com o conteúdo proposicional da sentença podendo ser verdadeiro (modo epistêmico asseverativo), duvidoso (modo epistêmico quase asseverativo) ou obrigatório (modo deôntico), apresentando-se, pela entonação, pelo modo verbal (indicativo, subjuntivo e imperativo), por advérbios modalizadores (provavelmente, realmente, obrigatoriamente etc.) e por adjetivos modalizadores (provável, verdadeiro etc.). (GIVÓN, 2015, 31-32). A modalidade, por sua vez, é o termo semântico que diz respeito a atitudes internas do falante/produzidor do texto face a um evento enunciativo, conforme já afirmamos anteriormente.

Nesse sentido, para tratarmos do uso do modo Subjuntivo e sua função discursiva em textos argumentativos, buscamos os fundamentos da gramática funcional que trata o modo Subjuntivo como um fenômeno integrado à gramática de uso, configurando-se um domínio discursivo-pragmático, sendo a escolha dos fatores internos e fatores contextuais de construção dos enunciados influenciados pelo contexto, considerando que a língua é determinada pelas situações de comunicação real em que falantes/produzidores de texto interagem entre si. Portanto, o estudo do

modo subjuntivo não pode se resumir à análise de sua forma, já que essa forma está relacionada a um significado e a serviço do propósito pelo qual é utilizada, o que depende de cada contexto específico de interação.

Convém destacar que a língua está sempre entrelaçada às atividades interacionais em que as pessoas estão engajadas e as relações entre formas e funções dependem da gama de fatores que interferem em cada interação comunicativa. Sendo assim, a gramática funcional corresponde a um conjunto de formas, padrões e práticas que surgem para servir às funções (representação mental da realidade) que os falantes necessitam desempenhar com mais frequência.

A gramática funcional desempenha o papel de explicar as regularidades que ocorrem nas línguas, “e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua”. (NEVES, 1994, p.12). A autora acrescenta que a gramática funcional é uma

[...] teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso. (NEVES, 2004, p.15).

Nesse sentido, podemos afirmar que a gramática funcional leva em conta a competência comunicativa do falante/produtor de texto, o que quer dizer que essa gramática considera não apenas a capacidade de codificação e decodificação de expressões linguísticas, mas também a capacidade de interpretação e uso dessas expressões de forma intencionalmente eficiente. Assim, a análise do modo subjuntivo na perspectiva funcionalista vai relacionar os enunciados produzidos pelos estudantes do ensino médio às funções que desempenham no contexto comunicativo.

4 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Neste capítulo, traçamos a trajetória metodológica que ampara a nossa pesquisa, apresentando a sua descrição, bem como as etapas que serão seguidas no desenvolvimento da pesquisa, o *corpus* que levaremos em conta para realizar nossas análises e os critérios que seguiremos para realizá-las.

Nossa pesquisa é de base qualitativa, uma vez que consideramos o processo de investigação dependente do pesquisador como um atribuidor de significados. Acreditamos que o trajeto qualitativo nos permitirá uma análise qualificada para a interpretação dos dados coletados, tendo na Fenomenologia nossa opção metodológica, por reconhecermos que uma pesquisa qualitativa fundada na Fenomenologia nos possibilita uma aproximação maior do fenômeno que buscamos investigar.

A seguir, apresentamos a trajetória que percorremos, para desvelamento de nosso fenômeno “A função discursiva do Subjuntivo em textos produzidos por estudantes do Ensino Médio”, sujeitos historicamente situados.

4.1 A Fenomenologia como trajetória metodológica

A Fenomenologia, como trajetória metodológica, está fundamentada nos fenômenos experienciados por sujeitos historicamente situados, nos possibilitando ir às coisas mesmas (HUSSERL, 2006), fazendo-nos aproximar do nosso objeto de estudo, com o objetivo de tornar visível e explícita a constituição das experiências do mundo-vida dos sujeitos pesquisados, livre de qualquer concepção pré-concebida.

Segundo Martins e Bicudo (1989, p. 92),

Na pesquisa fenomenológica, o investigador, de início, está preocupado com a natureza do que vai investigar, de tal modo que não existe, para ele, uma compreensão prévia do fenômeno. Ele não possui princípios explicativos, teorias ou qualquer indicação definidora do fenômeno. Inicia seu trabalho interrogando o fenômeno. Isso quer dizer que ele não conhece as características essenciais do fenômeno que pretende estudar. Por exemplo: se for pesquisar aprendizagem, as definições e as teorias existentes não constituem o seu ponto de partida; ele interroga a própria aprendizagem, perguntando o que é aprendizagem? O que quer dizer aprender? Como se realiza a aprendizagem? etc., antes de ter definições ou teorias sobre aprendizagem. O fenomenólogo respeita as dúvidas existentes sobre o fenômeno pesquisado e procura mover-se lenta e cuidadosamente de forma

que ele possa permitir aos seus sujeitos trazerem à luz o sentido por eles percebidos sobre o mesmo.

A trajetória fenomenológica procura estabelecer um contato direto com o fenômeno que está sendo vivido. É desta maneira que o fenômeno situado se ilumina e se desvela para o pesquisador. Quando o fenômeno é colocado diante dos olhos, em suspensão, o pesquisador está buscando a essência que aponta para aquilo que a coisa é, e no pensar fenomenológico, a consciência é o que permite ver, que pode ir "além da coisa mesma" (Frazão, 2018, p.72)

A Fenomenologia se constrói sob a perspectiva do mundo vivido, propondo a descrição e a compreensão dos fenômenos que se apresentam à consciência. (Frazão, 2018, p. 72). Portanto é uma trajetória metodológica que possibilita ao pesquisador a investigação de situações vividas e a possibilidade de ingressar no mundo-vida dos sujeitos - os que possuem a vivência da "coisa mesma" (HUSSERL, 2006). A revelação dessa experiência é o fenômeno sobre o qual o pesquisador tem interesse e intenção de compreender. O método é a organização das descrições das falas/escritas dos sujeitos - que são os dados da pesquisa.

Nesse contexto, na trajetória fenomenológica, o pesquisador vivencia três momentos, a saber: a *Descrição*, a *Redução Fenomenológica* ou *Epoché* e a *Compreensão/Interpretação*. Esses momentos devem ser vivenciados como passos ou sequências que não se limitam metodologicamente, mas se constituem em processo.

O primeiro momento é o da **Descrição**. Nesse momento, nós, como pesquisadora, entramos em contato com o mundo-vida dos sujeitos da pesquisa, utilizando a percepção. A tônica desse primeiro momento é a percepção do sujeito pesquisador, o qual inicia o processo de reflexão e se vê capaz de experienciar o corpo vivido por meio da consciência que é sempre consciência de alguma coisa.

As descrições referem-se à experiência que os sujeitos têm acerca do que está sendo pesquisado. Dessa forma, nas descrições estarão as intencionalidades e as essências do sujeito. As essências não são o fim da análise, mas são vistas como meio de trazer à luz as relações vividas, isto é, experienciadas.

Vemos assim que a **Descrição** está associada à experiência do sujeito percebido. Nesse sentido, como pesquisadora, buscaremos analisar os textos produzidos por estudantes do Ensino Médio que possam revelar estratégias discursivas de uso do modo subjuntivo. Para isso, construímos um corpus com 60 textos, do qual coletaremos os dados da pesquisa. Foi desse corpus que

selecionamos os 10 (dez) textos que serão analisados. Esses textos estão sendo considerados as Descrições dos sujeitos da pesquisa.

O segundo momento se chama **Redução Fenomenológica** ou **Epoché**. É o momento em que o pesquisador procura situar-se diante dos dados da pesquisa, no sentido de buscar a essência do fenômeno pesquisado. Segundo Frazão (2018, p. 79), “a redução fenomenológica proporciona uma abertura ao mundo anterior à reflexão e aos outros (intersubjetividade), dando sustentação à análise linguística, no momento da interpretação”.

Na **Redução Fenomenológica**, o pesquisador coloca diante de seu olhar investigativo a questão norteadora que, no caso desta pesquisa, é: Como os estudantes do Ensino Médio usam o Modo Subjuntivo como estratégia discursiva em textos argumentativos escritos?

De posse das Descrições dos sujeitos da pesquisa, o pesquisador procura destacar as Unidades de Significado, com o objetivo de

[...] determinar, selecionar quais as partes da descrição que são consideradas essenciais e aquelas que não são. Em outras palavras, deseja-se encontrar exatamente que partes da experiência são verdadeiramente partes da nossa consciência, diferenciando-as daquelas que são simplesmente supostas. (MARTINS, 1992, p.59)

Essas Unidades de Significado, por sua vez, são recortes julgados significativos pelo pesquisador, dentre os vários pontos aos quais a descrição pode levá-lo. Para que as unidades significativas possam ser recortadas, o pesquisador lê os depoimentos à luz de sua interrogação, por meio da qual pretende ver o fenômeno, que é olhado de uma dentre as várias perspectivas possíveis.

Para a identificação das Unidades de Significado, é empregada a *variação imaginativa*, técnica de pesquisa que “consiste em refletir sobre as partes da experiência que nos parece possuir significados cognitivos, afetivos e conativos e, sistematicamente, imaginar cada parte como estando presente ou ausente na experiência” (MARTINS, 1992, p.60). Inicia-se, nesse momento, a *Análise Ideográfica*, que consiste em analisar cada uma das descrições dos sujeitos da pesquisa.

Na *Análise Ideográfica*, o pesquisador faz várias leituras de cada uma das descrições. As leituras prévias fazem parte de uma primeira aproximação do

pesquisador em relação ao fenômeno, numa atitude de familiarização com o que a descrição coloca.

Numa segunda redução fenomenológica, a da *Análise Nomotética*, são estabelecidas confluências entre as Unidades de Significados, identificadas na *Análise Ideográfica*. Nesse momento de análise, são apreendidas as *categorias abertas*, entendidas como “possibilidades abertas, possíveis de circunscrever a situacionalidade do fenômeno, sem, no entanto, impedir sua transcendência” (SANTOS, 1997, p. 45).

O terceiro momento, **Compreensão/Interpretação**, representa a “resposta a uma espécie de distanciamento associada à plena objetivação do texto” (RICOEUR, 1996, p. 86). Esse momento se caracteriza

[...] pela representação do significado que advém dos dois momentos anteriores: descrição e redução fenomenológica, desvelando, em termos de possibilidade, os aspectos convergentes, divergentes e idiossincráticos que permeiam as proposições significativas das Descrições dos sujeitos. (FRAZÃO, 2018, p.79).

A **Compreensão/Interpretação** é o momento em que as generalidades são obtidas pela análise das *categorias abertas* e possibilitam a construção dos resultados da pesquisa, uma vez que a compreensão implica a interpretação como

[...] o desenvolvimento de possibilidades projetadas na forma de compreender o fenômeno investigado; o pesquisador tenta desvelar o fenômeno no sentido em que esse desvelamento é possível, chegando, assim, a uma meta-compreensão do fenômeno investigado, atribuindo sentido ao universo simbólico entranhado na experiência dos sujeitos (FRAZÃO, 2018, p.79).

Essa meta-compreensão do fenômeno investigado permite ao pesquisador alcançar “um si mais vasto que seria a proposta da existência, respondendo de maneira mais apropriada à proposta do mundo” (RICOEUR, 1991, p.124). Procuramos, portanto, chegar a uma exegese, propondo

[...] uma descrição e uma análise dos discursos em que o homem diz o seu fazer [...]. O dizer do fazer pode também considerar-se a vários níveis: nível dos conceitos empregues na descrição da acção; nível das proposições em que a própria acção vem enunciar-se; nível dos argumentos em que se articula uma estratégia da acção. (RICOEUR, 1989, p.11).

Nesta pesquisa, a análise dos dados se realiza a partir dos textos escritos por sujeitos (estudantes), tendo a escola pública como o *locus* da investigação. Os conceitos subjacentes nesses textos têm como função abrir os próprios textos, um campo de experiência, à observação, à explicação e à compreensão. Isto porque o texto escrito nos possibilita as objetivações da experiência, no próprio texto, isto é, “em formas de expressão que se oferecem simultaneamente à observação exterior e à reflexão de sentido” (RICOEUR, 1989, p.12).

Nesse sentido, a função hermenêutica do texto é capturar e apreender o sentido do texto para reconstruí-lo numa dinâmica interna, mostrar que é possível um texto projetar-se para além de um mundo habitado, alcançar, quem sabe, o mundo projetado ou idealizado pelo autor. Assim, articulam-se, hermeneuticamente, o compreender, o explicar e o sentido do texto.

Portanto, o que vamos perseguir através da compreensão do outro que, no caso é o texto, é a ampliação da própria compreensão de si mesmo. Assim, toda hermenêutica é, explícita ou implicitamente, compreensão de si mesmo mediante a compreensão do outro (RICOEUR, 1989, p. 18). O texto é “muito mais do que um caso particular da comunicação inter-humana, ele é o paradigma do distanciamento na comunicação” (RICOEUR, 1990, p.44).

Ao explicitar que o texto se constitui em “paradigma do distanciamento na comunicação”, Ricoeur (1990) reconhece que esse distanciamento produzido no texto se enraíza num fenômeno ainda mais profundo e absolutamente primitivo da própria linguagem. A dinâmica da linguagem traz em si mesma a marca do distanciamento. Mesmo no discurso oral há um caráter absolutamente primitivo de distanciamento.

Dessa forma, a análise discursiva que realizamos fez emergir a articulação significativa da experiência dos sujeitos, pois

O que a fenomenologia busca sob a camada dos enunciados é uma constituição do sentido em relação à qual o enunciado é o que Husserl chama a camada ‘não produtiva da expressão’. [...] Assim o sentido é a objectividade que faz frente à consciência; esta objectividade correlativa do vivido é o que aflora nos nossos enunciados (RICOEUR, 1989, p. 21).

Dada a especificidade de nosso objeto de estudo, a trajetória metodológica que percorremos foi a Fenomenologia Hermenêutica (RICOEUR, 1989), uma das faces específicas da Fenomenologia, pois consideramos que a análise fenomenológico-hermenêutica propicia o rigor metodológico necessário para o

desvelamento do nosso fenômeno de investigação, tornando pública a experiência privada dos sujeitos da pesquisa (RICOEUR, 1996), constituindo assim o discurso descritivo-analítico do mundo da ação.

4.2 Procedimentos Metodológicos

Para a realização da pesquisa, procuramos situar nosso objeto de estudo em uma região de inquérito, uma escola pública de tempo integral, localizada na região metropolitana de São Luís, denominada como Centro Educa Mais Professora Estefânia Rosa da Silva.

O período letivo diário dos estudantes, anterior à pandemia, tinha a duração de 7 horas e 50 minutos, de segunda à sexta-feira, nos turnos matutino e vespertino de forma integral, funcionando somente o Ensino Médio. A escola possui 22 professores, sendo 3 professores de Língua Portuguesa. Os alunos matriculados perfazem um total de 372 estudantes, sendo 120 estudantes no 1º ano, distribuídos em 4 turmas; 168 no 2º ano, distribuídos em 4 turmas e 84 estudantes no 3º ano distribuídos em 2 turmas.

Durante o período letivo diário dos estudantes, além das disciplinas curriculares, é permitida uma complementação e integração curricular com aulas de estudo orientado¹³, práticas experimentais e projeto de vida. Também são trabalhadas disciplinas eletivas definidas a partir de uma seleção de temas escolhidos por estudantes e professores. Dentre as disciplinas eletivas, encontra-se Produção Textual, a qual tem o objetivo de preparar os alunos para a redação do ENEM.

Para a coleta dos dados da pesquisa, foi construído um *corpus*, procedimento qualitativo que “garante a eficiência que se ganha na seleção de algum material para caracterizar o todo” (BAUER; AARTS, 2002, p. 40). O *corpus* construído está composto por textos de estudantes do 3º ano do Ensino Médio, os quais foram produzidos na disciplina eletiva de Produção Textual. A esses alunos, foi proposta uma atividade extraclasse, intitulada “Quem tem medo do bicho redação”, um projeto

¹³ Estudo Orientado é uma disciplina que serve para tirar dúvidas do estudante sobre um conteúdo trabalhado, ou seja, ele é orientado a solucionar esta dúvida. Práticas experimentais são voltadas para disciplinas como matemática, química, física e biologia. Projeto de vida, o estudante constrói um projeto para sua vida acadêmica.

de produção textual que foi desenvolvido durante o 1º semestre letivo de 2020. Os textos foram produzidos a partir de temas de redação a serem desenvolvidos semanalmente, contudo, com o advento da pandemia, tivemos que nos reorganizar e passamos a utilizar, como meio de coleta dos textos, a Plataforma Google Classroom.

Com essa reorganização pedagógica, os textos passaram a ser produzidos quinzenalmente e postados pelos estudantes, na referida Plataforma, de onde fizemos a captura dos textos.

Para a construção do *corpus*, colocamos diante de nosso olhar investigativo a questão norteadora da pesquisa: Como os estudantes do 3º ano do Ensino Médio usam o Subjuntivo como estratégia discursiva em textos argumentativos escritos?

Categorizamos os textos a partir das postagens feitas na Plataforma Google Classroom. Partimos do pressuposto de que precisaríamos criar critérios de seleção dos textos do *corpus* para análise, visto que esse *corpus* seria formado por textos que abordavam temas que tendem a favorecer o uso do Subjuntivo.

Considerando que os sujeitos da pesquisa são estudantes do 3º ano do Ensino Médio, num total de 84 estudantes distribuídos em 2 turmas, com base na metodologia que fundamenta a investigação, criamos critérios para a construção do corpus. Os critérios foram os seguintes:

1º critério: Os textos deveriam estar escritos a punho, não podendo ser digitados.

2º critério: Esses textos deveriam ser da primeira escrita, sem correção ou comentários do professor da disciplina de Produção Textual.

3º critério: Os textos deveriam ter, pelo menos, 3 (três) parágrafos.

Nesse processo, capturamos 60 (sessenta) textos, utilizando como procedimento a realização de *print screens*, os quais foram arquivados em pasta de notebook, para posterior seleção. Seleccionamos 10 (dez) textos do *corpus* construído para análise, organizados da seguinte forma:

Tema 1: Corrupção no contexto político brasileiro – 02 textos selecionados;

Tema 2: Saúde Pública no Brasil – 04 textos selecionados;

Tema 3: Os desafios da relação entre homem e meio ambiente – 02 textos.

Tema 4: O preconceito contra os negros no Brasil – 02 textos.

Esses textos estão numerados em ordem crescente de 1 a 10 e estão sendo considerados as Descrições dos sujeitos da pesquisa. Os *print screens* desses textos estão compondo os anexos deste trabalho.

4.3 Tratamento dos Dados

O pesquisador, numa investigação, não deve tratar os dados da pesquisa como coisas isoladas, uma vez que são fenômenos

que não se restringem às preocupações sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposição, de revelações e de ocultamentos. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência (CHIZOTTI, 2006, p. 84).

Nesse sentido, procuramos nos aproximar do fenômeno de nossa investigação, buscando chegar à sua essência, aplicando a técnica própria da Fenomenologia – *variação imaginativa*, conforme já descrita no item 4.1.

Iniciamos, assim, a redução fenomenológica: primeiramente, ordenamos os textos/descrições selecionados do corpus que construímos, atribuindo a eles uma numeração de 1 a 10; depois, construímos um Quadro dividido em duas colunas: na primeira coluna, fizemos a transcrição *ipsis litteris* do texto do aluno/sujeito da pesquisa; na segunda coluna, destacamos as Unidades de Significado, retiradas da descrição e consideradas significativas para nós, como pesquisadora. Essas Unidades de Significado estão identificadas por um D (maiúsculo) acompanhado do número correspondente à descrição a que se refere. As Unidades de Significado estão numeradas na sequência em que aparecem na descrição, reiniciando a numeração em cada descrição apresentada.

Concluído este primeiro momento, procuramos construir uma rede de significados, buscando elaborar “as noções primeiras ou categorias sem as quais seria impossível dar à acção o seu sentido de acção” (RICOEUR, 1989, p.11). Este movimento encontra-se descrito no Capítulo 5.

5 A PESQUISA EMPÍRICA: análise das Descrições e construção dos resultados

Neste Capítulo, apresentamos a análise dos dados e a construção dos resultados da pesquisa. A análise das Descrições dos sujeitos da pesquisa foi realizada em dois momentos: o da *Análise Ideográfica* e o da *Análise Nomotética*. O capítulo também aborda a construção dos resultados da pesquisa, cujo objetivo foi analisar os contextos de uso do modo subjuntivo em textos argumentativos, levando em consideração os propósitos comunicativos dos usuários da língua.

5.1 Análise dos Dados

Este é o momento em que o pesquisador procura realizar uma objetivação do discurso possibilitada pelo mundo do texto, fazendo um movimento da análise objetiva das estruturas do texto à apropriação do sentido (RICOEUR, 1989). Nesse sentido, a análise dos dados foi realizada em duas etapas, conforme já referido anteriormente. Essas etapas de análise encontram-se descritas nos subtópicos a seguir.

5.1.1 Análise Ideográfica

A *Análise Ideográfica* foi o momento em que, diante das Descrições dos sujeitos da pesquisa, buscamos responder à questão norteadora da pesquisa: Como os estudantes do Ensino Médio usam o modo subjuntivo como estratégia discursiva em textos argumentativos?

Nessa etapa, procuramos explicitar as Descrições selecionadas, a partir da análise linguística das Unidades de Significado identificadas em cada Descrição. É esse movimento que descrevemos a seguir.

Descrição 1

Quadro 1: Identificação das Unidades de Significado da Descrição 1

DESCRIÇÃO 1	UNIDADES DE SIGNIFICADO – D1
Situação política no Brasil A população brasileira vive, no momento atual, um protagonismo de crise política que se repercute globalmente. Isso se mostra pelo fato de o país	1. Talvez esse descrédito se deve aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente

<p>estar literalmente dividido em grupos de opiniões políticas totalmente antagônicas; além do fato de uma grande porcentagem se mostrar descontente com seus representantes políticos de forma geral. Talvez esse descrédito se deve aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente, que se não forem tratados com seriedade poderão imergir o país num profundo abismo social e econômico. Além disso, pode-se perceber que, o fato de o atual presidente estar à beira de um processo de impeachment acaba intensificando a tensão e o conflito social já existente, isso porque grande parte dos juristas consideram o atual processo como sendo um Golpe de Estado, enquanto que outra maioria considera o processo em curso totalmente constitucional. Sem dúvida, isso leva a uma polarização social principalmente entre os indoutos do direito.</p> <p>No entanto, apesar da crise que se apresenta negativamente pode-se apontar a independência jurídica, a liberdade das manifestações sociais e a estabilidade na democracia como sendo uma face positiva e uma conquista do estado democrático de direito brasileiro. Isso se afirma, por exemplo, através da impenetrabilidade de influências no judiciário e da irrepresão aos mais variados movimentos sociais. Sendo, por isso, inaceitável a ideia de pessimismo pleno. É necessário que se compreende que, com isso, pode-se aqui afirmar que, a participação e a cobrança popular é indispensável para a mudança de rumo do país.</p> <p>Os representantes do povo precisam saber que trabalham em prol de seus representados, o que só se alcança com a destituição dos corruptos, que, com isso, há de desfazer o clima de impunidade aos corruptos e a cultura da desonestidade instalada no sistema político brasileiro, porém, tomando o devido cuidado para não tomar decisões de 'justiceiros'. Para isso, o STF deverá ser o único órgão capaz de dar a palavra final, seja nos crimes comuns, seja nos de responsabilidade fiscal.</p>	<p>2. [...] que se não forem tratados com seriedade poderão imergir o país num profundo abismo social e econômico.</p> <p>3. É necessário que se compreende que, com isso, pode-se aqui afirmar que, a participação e a cobrança popular é indispensável para a mudança de rumo do país.</p>
---	--

Na análise da Descrição 1, nosso olhar se volta para a seguinte Unidade de Significado:

Talvez esse descrédito se deve aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente (D1-1)

Dessa Unidade de Significado, destacamos como as expressões **talvez** e **deve** expressas em “Talvez esse descrédito se deve aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente”. A expressão **talvez**, de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (CUNHA; CINTRA, 1985), classifica-se como advérbio de

dúvida, por denotar uma circunstância de dúvida, podendo se referir a um verbo, a um adjetivo, a um advérbio como intensificador ou a uma declaração inteira (BECHARA, 2009).

Esse advérbio, aqui entendido como modal **talvez**, se refere a toda a Unidade de Significado (D1-1), tendo um só escopo e produz um só efeito de sentido, atuando prototipicamente como modalizador quase asseverativo de todo o conteúdo verbalizado, em um contexto marcado por uma situação não asseverada como verdadeira. Nesse sentido, esse modal coloca o discurso em dúvida, demonstrando, assim, que um enunciado está sujeito à desconfiança, à incerteza ou à imprecisão.

Na Unidade de Significado “Talvez esse descrédito se deve aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente [...]”, o modal **talvez** impulsiona a avaliação que o sujeito faz em relação ao grau de possibilidade em mostrar que esse descrédito se deva aos grandes casos de corrupção por parte de seus representantes políticos. Em geral, o modal **talvez** instaura, no dito não-factualidade, baixa certeza, que se harmoniza com as propriedades gerais da semântica do modo subjuntivo.

De acordo com Pimpão (1999, p.79),

O modal talvez constitui uma das estratégias linguísticas mais expressivas de traduzir a incerteza epistêmica, sendo inegável seu traço inerente de imprimir uma baixa adesão do falante em relação à proposição. A intenção comunicativa do falante de revelar um baixo grau de comprometimento com a informação proposicional realiza-se no caráter desse modalizador de enquadrar a proposição no eixo da possibilidade, da virtualidade.

O valor prototípico do **talvez** é de um modalizador epistêmico, mas, no interior da Unidade de Significado, esse valor complexo ocorre porque o advérbio produz sentidos que vão além das camadas proposicional e modal, alcançando, também, a camada pragmática.

Nesse sentido, em D1-1, a noção de Subjuntivo se torna mais evidente no uso do advérbio **talvez** que, em correlação com o verbo dever flexionado no presente do indicativo, também um modalizador, aponta para um dever que pode ser uma possibilidade. Logo, tanto o advérbio **talvez** quanto a forma verbal **deve** endossam a modalidade epistêmica, considerando que

os advérbios modalizadores têm como característica “expressar alguma intervenção do falante na definição de validade de seu enunciado: modalizar quanto ao dever, restringir o domínio, definir a atitude e até avaliar a própria formulação linguística (NEVES, 2000a, p.244).

O fato admitido em “Talvez esse descrédito se deve aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente [...]” vem modalizado pelo advérbio **talvez**, situado no campo da incerteza, da possibilidade, desempenhando a função discursiva de marcador de dúvida. Segundo Neves (2000a, p.248), o advérbio **talvez** tem como típica a construção com o Subjuntivo, contudo pode ser usado com o Indicativo, como acontece em D1-1 em que a forma verbal **deve** foi empregada no presente do indicativo.

Nesse contexto discursivo, o uso do indicativo na Unidade de Significado D1-1 tem uma função discursiva, qual seja a de indicar que a dúvida é menos evidente e que o fato expresso pela forma verbal **deve** no modo indicativo pode ser mais certo do que se estivesse no modo subjuntivo. Percebemos que o teor semântico do verbo **dever** já aponta um posicionamento de incerteza, de dúvida do sujeito em relação ao que enuncia.

Continuando a análise da Descrição 1, vamos atribuir sentido à Unidade de Significado D1-2 e dela, destacamos a conjunção subordinativa adverbial condicional **se**, um modal que expressa a ideia de possibilidade, levando o sujeito a flexionar o verbo auxiliar **ser** no futuro do subjuntivo no seguinte enunciado:

[...] que se não forem tratados com seriedade poderão imergir o país num profundo abismo social e econômico [...] (D1-2)

Esse fato nos leva a afirmar que se trata de um subjuntivo subordinado (CUNHA; Cintra, 1985), empregado numa oração subordinada adverbial condicional, em que o uso do subjuntivo se torna obrigatório. O sujeito da pesquisa, ao flexionar o verbo auxiliar **ser** no futuro do subjuntivo, demonstrou que o subjuntivo está funcionando como um instrumento sintático de emprego regulado pela conjunção condicional **se**. Afirmamos, também, que nesse enunciado o sujeito utilizou uma estratégia comum para construir sua argumentação: o uso da condicional **se** que acentua como uma condição de os casos de corrupção descobertos serem tratados com seriedade. Ao usar a condicional **se**, o sujeito atribui mais argumento ao texto, construindo, assim, um mundo de possibilidades.

Quando o sujeito mostra sua incerteza, sua dúvida em relação ao que está dizendo/escrevendo, marcando esses posicionamentos por meio do marcador de

dúvida talvez e/ou por meio do sentido do verbo, ele pode estar fazendo outras escolhas linguísticas possíveis, dadas pelo próprio sistema.

Nesse percurso de atribuição de significados, quando buscamos compreender a efetivação do discurso como texto (RICOEUR, 1991), focalizamos o nosso olhar para a seguinte Unidade de Significado:

É necessário que se compreende que, com isso, pode-se aqui afirmar que, a participação e a cobrança popular é indispensável para a mudança de rumo do país.
(D1-3)

Dessa Unidade de Significado, destacamos **É necessário que se compreende** como elementos de significação. Em D1-3, **É necessário** é uma expressão modalizadora (ABREU, 2018) que tem em seu escopo uma oração encaixada **que se compreende**. A expressão **É necessário** constitui-se, portanto, a oração principal do período composto¹⁴ “É necessário que se compreende [...]” e “liga-se por meio da conjunção *que* à subordinada substantiva com verbo no indicativo [...] dizemos que essa conjunção gramaticaliza a subordinação da segunda à primeira sentença” (CASTILHO, 2010, p. 356). Sua presença torna obrigatório o uso do subjuntivo na oração encaixada e faz com que D1-3 passe a ser entendida como um estado-de-coisas que deva acontecer obrigatoriamente.

A estratégia do sujeito da pesquisa, ao afirmar que “É necessário que se compreende ...”, consiste em atribuir validade a uma possível objeção a seu raciocínio, no sentido de atuar sobre seu interlocutor. Em outras palavras, o sujeito parte de um pensamento oposto ao seu e sobre ele assenta sua declaração. Desse modo, o sujeito prevê um ponto de vista contrário ao seu e se antecipa a ele, admitindo-o e atribuindo-lhe alguma relevância.

A oração encaixada **que se compreende** se classifica como uma subordinada substantiva subjetiva, por ocorrer em posição argumental de sujeito. Essa oração traz o verbo compreender flexionado no presente do indicativo, **compreende**, o que nos leva a afirmar que o sujeito da pesquisa indica seu posicionamento em relação ao seu dizer como algo certo, real, corriqueiro. Então, podemos ter forma do Indicativo, com

¹⁴ Castilho (2010) denomina o período composto de sentença complexa e de matriz a oração principal da sentença complexa. Abreu (2018, p.466) afirma que “As orações complexas formam, de acordo com a tradição gramatical, um PERÍODO COMPOSTO.

noção de Subjuntivo. Na oração **que se compreende**, as noções de dúvida e de incerteza, próprias do subjuntivo, são mantidas, mesmo que estejam expressas com a forma do indicativo, graças aos demais elementos constitutivos do período, como a forma oracional **É necessário**.

Nesse sentido, a forma própria do subjuntivo deixa de ser o mecanismo verbal típico de caracterizar posicionamentos do sujeito nos enunciados que remetem à incerteza. Trata-se, portanto, do fenômeno da Flutuação das formas verbais indicativo e subjuntivo que acontece em virtude do próprio pressuposto de que as línguas são sistemas flexíveis, heterogêneas, constantemente moldados não só pelas exigências comunicativas dos usuários, assim como pela necessidade de organização do discurso.

O entendimento que temos é o de que os sujeitos produzem, em alguns contextos linguísticos, o indicativo como uma forma alternante do subjuntivo decorrente de elementos formais constituintes dos enunciados produzidos por esses sujeitos. Esses elementos formais são reveladores de incerteza, de dúvida, a exemplo do advérbio **talvez**, no entanto estão inseridos em enunciados com verbos no indicativo. Essa noção de subjuntivo está vindo via ideia da noção de possibilidade, não pela morfologia do verbo si, embora o verbo contribua para que a leitura de possibilidade seja feita.

Síntese da Descrição 1

Na Descrição 1, o sujeito usa o subjuntivo:

- ✓ Com modal **talvez**
- ✓ Com condicional **se**
- ✓ Com Flutuação (indicativo/subjuntivo)

Descrição 2

Quadro 2: Identificação das Unidades de Significado da Descrição 2

DESCRIÇÃO 2	UNIDADES DE SIGNIFICADO – D2
Brasil um país de todos nós O Brasil que queremos não é definitivamente o Brasil que hoje temos. Considerando que a sociedade está em constante mudança, o Brasil que queremos é um Brasil com	1. [...] entretanto, se não começar já, imediatamente, não sairemos

<p>menos impostos com maior e melhor qualidade dos serviços públicos, em especial a saúde, educação, segurança pública, transporte, entre outros.</p> <p>É verdade que com tantos problemas e tanto atraso não podemos mudar nada em um curto espaço de tempo, entretanto, se não começar já, imediatamente, não sairemos. Que as lições das ruas, especialmente o clamor do povo, sensibilizem os governantes e as autoridades para agir com rapidez, porque somente se alcançar o último degrau se começar a subir pelo primeiro.</p> <p>Fiquemos de olhos abertos e atentos aos próximos passos dos que tem poder de algo fazer. A população que se tornando exausta diante da situação permite que o Estado continue agindo de tal maneira, que o autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia, fazendo com que camuflam os podres de quem está no poder.</p>	<p>2. [...] porque somente se alcançar o último degrau se começar a subir pelo primeiro.</p> <p>3. A população que se tornando exausta diante da situação permite que o Estado continue agindo de tal maneira, que o autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia</p> <p>4. [...] fazendo com que camuflam os podres de quem está no poder.</p>
--	--

A primeira Unidade de Significado a sobressair-se na Descrição 2 é:

[...] entretanto, se não começar já, imediatamente, não sairemos. (D2-1)

Dessa Unidade de Significado, destacamos “se não começar já, imediatamente”, uma oração subordinada iniciada pela conjunção subordinativa condicional **se**, sendo, portanto, segundo Abreu (2018), um tipo de oração adverbial em que o subjuntivo deve ser usado – a oração adverbial condicional. Essa conjunção favoreceu a flexão do verbo **começar** no futuro do subjuntivo, colocando, assim, a ação de “começar” no mundo de possibilidades. A noção de hipótese do modo subjuntivo, nessa Unidade de Significado, foi adquirida por contiguidade sintática do verbo da oração principal “não sairemos”, pelo fenômeno da integração conceptual. (ABREU, 2018, p. 333).

Em D2-1, o sujeito da pesquisa expressa o modo subjuntivo tanto morfológica quanto nocionalmente, graças não apenas ao verbo **começar**, que já está em sua forma de futuro do subjuntivo, mas também ao condicionador **se**. O sujeito usou essa condicional para modalizar o seu discurso, construindo, assim, uma possibilidade e assinalando sua atitude sobre o conteúdo de sua proposição. Podemos afirmar, com base em Givón (1995), que em D2-1 o emprego do subjuntivo revela um dos recursos da modalidade *irrealis*.

Se o subjuntivo nos leva a crer que podemos construir um mundo de possibilidades, então, o **se** acionado em D2-1 atribuiu mais argumento ao texto,

mesmo que a proposição construída pelo produtor do texto revele um mundo de possibilidades. Assim, as questões pragmáticas existentes nas construções com a condicional **se** devem ser consideradas, tratando-se de seu funcionamento discursivo.

Essa mesma condicional **se** faz presente na Unidade de Significado a seguir:

[...] porque somente se alcançar o último degrau se começar a subir pelo primeiro.
(D2-2)

Em “[...] se começar a subir pelo primeiro (D2-2)”, também temos uma oração adverbial condicional, com a condicional **se** colocando essa Unidade de Significado, assim como ocorreu em D2-1, no mundo de possibilidade, construído a partir dessa condicional e do verbo **começar**. Essa ideia de construção de possibilidade em que nos asseguramos nos leva a afirmar que, nessa Unidade de Significado, a condicional foi usada pelo sujeito, também, para modalizar seu discurso, conforme já explicitado em D2-1.

Dando continuidade à análise da Descrição 2, deparamo-nos com a Unidade de Significado a seguir:

A população que se tornando exausta diante da situação permite que o Estado continue agindo de tal maneira, que o autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia (D2-3)

Dessa Unidade de Significado, destacamos “**permite que o Estado continue agindo**”. Analisando as orações que formam o enunciado “**permite que o Estado continue agindo**”, temos a seguinte classificação: **permite** é uma forma verbal flexionada no presente do indicativo e se classifica como uma oração principal. Esse verbo apresenta como argumento externo o sintagma nominal “A população” que funciona como sujeito dessa oração e como argumento interno “que o Estado continue agindo”, uma oração completiva que foi selecionada pelo verbo “permitir”, na função de objeto direto (DUARTE, 2014), classificando-se, portanto, como substantiva objetiva direta.

A forma verbal desse tipo de oração substantiva deve vir flexionada no subjuntivo. Assim, na oração “**que o Estado continue agindo**”, a estrutura argumental **continue agindo** é formada pelo auxiliar **continuar** flexionado no presente do subjuntivo acompanhada do verbo principal **agir** no gerúndio, assinalando, dessa forma, uma hipótese na própria oração subordinada (ABREU,

2018). Assim, em D2-3, o verbo **continuar** está expresso por morfologia própria de subjuntivo, atribuindo categorias de pessoa e número, especializando-se como indicador de aspecto, tempo, voz e modo (CASTILHO, 2010), sendo, portanto, responsável pela estrutura argumental da oração.

Continuando a análise da Descrição D, apontamos a seguinte Unidade de Significado:

[...] fazendo com que camuflam os podres de quem está no poder (D2-4)

Em “**fazendo com que camuflam os podres**”, a forma verbal **camuflam** (D2-3) encontra-se flexionada presente do indicativo. O uso dessa forma revela um caso de Flutuação, fenômeno linguístico já analisado em D1-1. Se observarmos atentamente, percebemos que **camuflam**, mesmo flexionado no indicativo, exprime a noção de Subjuntivo, fazendo com que seu valor nocional seja o da função exercida pelo subjuntivo que é a de expressar incerteza do fato veiculado.

O fenômeno da Flutuação também se manifesta em “**de quem está no poder**”, uma vez que o sujeito da pesquisa empregou a forma verbal **está** no presente do indicativo, manifestando a noção de Subjuntivo.

Podemos afirmar, portanto, que as estruturas gramaticais “estão constantemente sendo modificadas e negociadas durante o uso” (GIVÓN, 2005, p. 28). Na Descrição 2, o sujeito, por meio das funções que os elementos linguísticos selecionados para a construção de seu texto, modalizou seu discurso.

Síntese da **Descrição 2**

Na **Descrição 2**, o sujeito usa o subjuntivo:

- ✓ Com morfologia própria
- ✓ Com condicional **se**
- ✓ Com flutuação (indicativo/subjuntivo)

DESCRIBÇÃO 3

Quadro 3: Identificação das Unidades de Significado da Descrição 3

DESCRIBÇÃO 3	UNIDADES DE SIGNIFICADO – D3
Impacto do corona vírus na saúde pública	[...] é necessário que nós saibamos que a palavra pandemia é a disseminação de uma nova doença e que precisamos nos proteger

<p>É possível ver o caos da saúde pública brasileira através dos jornais, em que mostram as pessoas no chão esperando ser atendidas e a falta de equipamentos médicos. Quando o governo vai perceber que deveria estar investindo mais na saúde do que ficar cortando gastos dela?</p> <p>O Brasil é um dos países que investe pouco na saúde e essa falta de aplicação prejudica muitas pessoas que dependem dela. É possível ver nos jornais a grande quantidade de pessoas que morrem na fila de espera do SUS para alguma cirurgia ou até mesmo para algum exame ou consulta. As pessoas não morreriam na fila caso possuíssem médicos e equipamentos suficientes. Por conta da situação precária no SUS essas pessoas podem ficar um bom tempo para serem atendidas e durante o processo entre consultas e exames podem até morrer.</p> <p>Para que esse cenário da saúde pública mude, o governo deve parar de cortar gastos dela e sim investir mais.</p> <p>Com a superlotação de hospitais, pelo seu alto nível de contágio da covid 19, é necessário que nós saibamos que a palavra pandemia é a disseminação de uma nova doença e que precisamos nos proteger.</p> <p>Seria bom, que o ministro da saúde, que ele opte em divulgar as medidas de proteção. Nesse sentido, é necessário também a conscientização da população para que tomem atitudes que favorecem o controle do vírus.</p> <p>Espero que nós temos fé que os cientistas avancem mais nas pesquisas da vacina.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. [...] é necessário que nós saibamos que a palavra pandemia é a disseminação de uma nova doença e que precisamos nos proteger. 2. Nesse sentido, é necessário também a conscientização da população para que tomem atitudes 3. [...] que favorecem o controle do vírus. 4. Espero que nós temos fé 5. [...] que os cientistas avancem mais nas pesquisas da vacina.
---	---

Iniciamos a compreensão da Descrição 3 pela seguinte Unidade de Significado:

É necessário que nós saibamos que a palavra pandemia é a disseminação de uma nova doença e que precisamos nos proteger. (D3-1)

Dessa Unidade de Significado, destacamos o enunciado **É necessário que nós saibamos [...]** como elemento de significação. Conforme já explicitado em D1-2, **É necessário** é uma expressão modalizadora que está funcionando como oração principal, tendo em seu escopo a oração subordinada **que nós saibamos**.

Em D3-1, assim como em D1-2, essa expressão modalizadora está relacionada à noção de necessidade/obrigação, retratando uma asserção forte a qual indica que o produtor do texto se compromete com conteúdo expreso, orientando o leitor a fazer uma leitura incisiva sobre a realidade. Quando o sujeito diz que “**É**

necessário que nós saibamos que a palavra pandemia é a disseminação de uma nova doença e que precisamos nos proteger”, ele revela uma situação de obrigatoriedade. No entanto, essa obrigatoriedade aponta para uma possibilidade.

Em relação a **que nós saibamos**, como já afirmado anteriormente, trata-se de uma oração subordinada que se classifica como substantiva subjetiva, tipo de oração em que o subjuntivo se manifesta na flexão do verbo saber no presente. O subjuntivo, portanto, foi expresso em morfologia própria, com o sujeito deixando transparecer seu envolvimento nas proposições que formam a tessitura de seu discurso.

Prosseguindo a compreensão de D3, destacamos a Unidade de Significado a seguir:

Nesse sentido, é necessário também a conscientização da população para que tomem atitudes (D3-2)

Nessa Unidade de significado, novamente temos a presença da expressão **É necessário** em “Nesse sentido, é necessário também a conscientização da população”, oração principal que contém como escopo as subordinadas “para que tomem atitudes” e “que favorecem o controle do vírus”. Essa expressão, assim como em D1-2), aponta para uma situação de obrigatoriedade, relacionada a uma necessidade de conscientização por parte da população para que atitudes sejam tomadas em relação ao controle do vírus.

A subordinada “**para que tomem atitudes**” exerce a função de adjunto adverbial da oração principal “Nesse sentido, é necessário também a conscientização da população”, sendo, portanto, “resultado de uma incorporação de 2º grau, porque envolvem satélites” (ABREU, 1997, p. 16), elementos linguísticos que, mesmo não sendo requeridos por um verbo, acrescentam informações adicionais de tempo, modo, lugar etc. No caso da oração “**para que tomem atitudes**”, podemos afirmar que ela acrescentou informações de finalidade, classificando-se como adverbial final. Essa oração apresenta a forma verbal **tomem** flexionada no presente do subjuntivo, portanto, com morfologia própria desse modo verbal. Esse tipo de oração, segundo Abreu (2018), exige que seu predicador venha expresso no modo subjuntivo.

Outra Unidade de Significado que destacamos da Descrição 3 é:

[...] que favorecem o controle do vírus (D3-3)

Essa Unidade de Significado, uma oração subordinada, foi encaixada na oração “**para que tomem atitudes**”, modificando o substantivo “atitudes”. Assim, em D3-2, “**que favorecem o controle do vírus** restringe o âmbito desse substantivo, classificando-se, portanto, como adjetiva restritiva. Essa oração traz o verbo favorecer expresso no presente do indicativo, revelando, assim, um caso de flutuação. Ao escrever “**que favorecem o controle do vírus**”, o sujeito da pesquisa usa o verbo flexionado no modo indicativo em lugar do subjuntivo, conforme já explicitado em descrições anteriormente analisadas.

Nesse movimento de atribuir sentido à Descrição 3, nos deparamos com a Unidade de Significado destacada a seguir:

Espero que nós temos fé (D3-4)

Dessa Unidade de Significado, destacamos os seguintes elementos de significação: **Espero** e **que nós temos fé**. A expressão **Espero** é uma forma verbal usada no presente do indicativo que tem a função de oração principal do período “Espero que nós temos fé”. Como verbo que exprime vontade, essa oração aciona o uso do subjuntivo na subordinada de seu escopo **que nós temos fé**, classificada como substantiva objetiva direta, por funcionar como argumento interno da oração principal “Espero”.

O verbo da oração substantiva **que nós temos fé** apresenta-se flexionado no presente do indicativo. Assim, o emprego de **temos** revela o fenômeno da flutuação: uso do indicativo mantém o valor nocional de incerteza, mesmo sem o uso da forma subjuntiva. Desse modo, a função subjuntiva permanece, ainda que a forma utilizada, para a mesma finalidade, seja a forma indicativa.

Convém destacar que a oração **que nós temos fé** também tem a função de oração principal, uma vez que traz em seu escopo a seguinte Unidade de Significado:

[...] que os cientistas avancem mais nas pesquisas da vacina. (D3-5)

Essa Unidade de significado se constitui uma oração subordinada que foi encaixada no substantivo “fé” presente em D3-4, classificando-se, portanto, como substantiva completiva nominal que deveria vir com a preposição “em”. A forma verbal

dessa oração, no caso o verbo avançar, foi flexionado no presente do subjuntivo, ou seja, com morfologia própria do subjuntivo.

Na análise de D3, encontramos Unidades de Significado que apresentam formas verbais flexionadas no modo indicativo e no modo subjuntivo. O uso do indicativo em lugar do subjuntivo pelo sujeito da pesquisa revela que “a estrutura é uma variável dependente, e os usos da língua, ao longo do tempo, é que dão forma ao sistema” (FURTADO DA CUNHA, 2003. p. 29), no sentido de que a interação entre forma e função é motivada pelo entrelaçamento de princípios comunicativos, cognitivos e funcionais.

Síntese da Descrição 3

Na Descrição 3, o sujeito usa o subjuntivo:

- ✓ Com flutuação (indicativo/subjuntivo)
- ✓ Com morfologia própria

DESCRIÇÃO 4

Quadro 4: Análise Ideográfica da Descrição 4

DESCRIÇÃO 4	UNIDADES DE SIGNIFICADO – D4
<p>A decadência da saúde pública</p> <p>O sistema único de saúde o (SUS), prevê na constituição atendimento de qualidade para todos, mas não promove isso na prática. As instituições públicas, hoje em dia é defasada na remuneração para os hospitais credenciados, e para os profissionais. O maior desafio dentro dos hospitais também é a falta de material básico, sem esses equipamentos não tem como os profissionais executar o seu atendimento.</p> <p>Por conta disso o número de pessoas na fila para que sejam atendidas é enorme. As consequências dessas falhas é que cada vez mais as pessoas estão morrendo na fila dos hospitais. Portanto isso, quando ocorrer a falta de organização das instituições, por exemplo, paciente com doenças crônicas como Hipertensão, diabetes e colesterol, esses pacientes poderia passar primeiro para resolução na atenção básica e não na atenção secundária e terciária.</p> <p>Dessa forma, para que sane esse problema é preciso contratação de profissionais e investir em equipamentos. Outra forma será que a secretaria de saúde promove um atendimento de qualidade na atenção básica, e também orienta o paciente</p>	<p>1. Dessa forma, para que sane esse problema é preciso contratação de profissionais e investir em equipamentos.</p> <p>2. Outra forma será que a secretaria de saúde promove um atendimento de qualidade na atenção básica, e também orienta o paciente que a instituição privada também tem o direito de oferecê-los.</p>

que a instituição privada também tem o direito de oferecê-los.	
--	--

Continuando a trajetória de identificação das Unidades de Significado e explicitação dos textos/descrições dos sujeitos da pesquisa, volvemos o nosso olhar para a Descrição 4, destacando a seguinte Unidade de Significado:

Dessa forma, para que sane esse problema é preciso contratação de profissionais e investir em equipamentos (D4-1).

Dessa Unidade de significado, destacamos o seguinte enunciado: **Dessa forma, para que sane esse problema é preciso contratação de profissionais [...]**. Esse enunciado é constituído por duas orações: uma subordinada e outra principal. A oração subordinada **Dessa forma, para que sane esse problema** classifica-se como adverbial final, pois tem a função de um adjunto adverbial, conforme já explicitado em D3-2. Essa oração traz o verbo “sanar” flexionado no presente do subjuntivo, levando-nos a afirmar que essa forma verbal apresenta morfologia própria de subjuntivo, acionada pela expressão modalizadora **é preciso**, presente na oração principal **é preciso contratação de profissionais [...]**.

Ao usar a expressão modalizadora **é preciso**, o sujeito da pesquisa, além de acionar o uso do subjuntivo na oração subordinada, expressa necessidade com relação ao fato “contratação de profissionais [...]”, em função do seu interlocutor, ou porque queira que seu interlocutor acredite também que essa informação é verdadeira, ou porque tem outra intenção que, algumas vezes, só é recuperada pela enunciação.

Em D4-1, a atitude do sujeito em expressar certeza em seu discurso, logo modalização, não deve ser separada da intenção de fazer com que o interlocutor acredite em seu enunciado. Também não devemos separar a escolha do sujeito em asseverar (expressar uma certeza = modalização) do julgamento a ser feito pelo feito pelo interlocutor (considero isso uma verdade = modalidade). Essas escolhas não estão separadas e constituem-se em uma estratégia de argumentação, com função discursiva (GIVÓN, 2005).

Prosseguindo a análise da Descrição 4, volvemos o nosso olhar para a seguinte Unidade de Significado:

Outra forma será que a secretaria de saúde promove um atendimento de qualidade na atenção básica, e também orienta o paciente que a instituição privada também tem o direito de oferecê-los. (D4-2)

Nessa Unidade de Significado, destacamos os seguintes elementos de significação: 1) **Outra forma será**; 2) **que a secretaria de saúde promove um atendimento de qualidade na atenção básica**; 3) **e também orienta o paciente**; 4) **que a instituição privada também tem o direito de oferecê-los**. O elemento de significação “**Outra forma será**” classifica-se como uma oração principal que tem em seu escopo as orações 2, 3 e 4. Essa oração principal revela uma apreciação emitida pelo sujeito da pesquisa “como um recurso que permite ao usuário da língua expressar atitudes proposicionais em relação a sua crença dentro de uma situação comunicativa real na qual se envolvem enunciador, enunciatário e um conteúdo a ser comunicado” (GONÇALVES et al, 2019, p.96). .

A oração 2, **que a secretaria de saúde promove um atendimento de qualidade na atenção básica**, funciona como predicativo da oração principal, classificando-se, portanto, como substantiva predicativa. A oração 3, **e também orienta o paciente**, estabelece uma relação de coordenação com a oração 2, contudo, em relação à oração principal, classifica-se também como substantiva predicativa. A oração 4, **que a instituição privada também tem o direito de oferecê-los**¹⁵, é também uma oração substantiva predicativa.

Em D4-2, essas orações substantivas predicativas apresentam a forma verbal flexionada no presente do indicativo: **promove** (oração 2), **orienta** (oração 3) e **tem** (oração 4). Considerando o sentido possibilitado pela oração principal que é uma apreciação que o sujeito da pesquisa emitiu, a forma verbal das orações substantivas predicativas revela casos de Flutuação, uma vez que a noção de subjuntivo se mantém, mesmo o sujeito usando a forma verbal do indicativo.

Na Descrição 4, o sujeito, ao construir seu discurso, levou em conta “as propriedades funcionais e categoriais dos constituintes da sentença. As propriedades categoriais são características intrínsecas, não relacionais dos constituintes com outros da construção em que ele ocorre” (PEZATTI, 2005, p.173). Nesse sentido, o

¹⁵ O sintagma nominal “o direito”, argumento interno do verbo ter, possui como complemento o sintagma preposicional oracional “de oferecê-los”.

fenômeno da Flutuação revela que os componentes fundamentais do significado na linguagem são os componentes funcionais.

Síntese da Descrição 4

Na Descrição 4, o sujeito usa o subjuntivo:

- ✓ Com morfologia própria
- ✓ Com Flutuação (indicativo/subjuntivo)

Descrição 5

Quadro 5: Análise Ideográfica da Descrição 5

DESCRÇÃO 5	UNIDADES DE SIGNIFICADO – D5
<p>A escassez da saúde pública no Brasil É inaceitável a falta de equipamentos e profissionais em hospitais públicos no Brasil. Atrelado a isso, muitas pessoas vão aos hospitais na esperança de ter um atendimento de qualidade, quando na verdade se decepcionam. É preciso em primeiro lugar, destacar que todo e qualquer cidadão tem direito a uma boa qualidade de vida. Há muitos casos de pessoas que morrem por esperar um atendimento médico, por esperar em filas longas. Até quando isso? Se o governo se preocupasse com a saúde, ao invés de investir o dinheiro do imposto da sociedade em jogos olímpicos, shows, etc. poderia começar a investir em saúde. É necessário frisar também da falta de equipamentos nos hospitais. Isso é um desrespeito com a sociedade, e deve ser alertado imediatamente aos políticos e governo do país. É necessário que o Ministério da Saúde deve proporcionar mais vagas nos concursos públicos aos profissionais da saúde, é de grande necessidade também que oferece equipamentos novos aos hospitais públicos. O Estado, por sua vez, deve investir o dinheiro imposto pela sociedade, numa qualidade de hospital melhor, profissionais e, por fim, de saúde melhor.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Se o governo se preocupasse com a saúde, ao invés de investir o dinheiro do imposto da sociedade em jogos olímpicos, shows, etc. poderia começar a investir em saúde. 2. É necessário que o Ministério da Saúde deve proporcionar mais vagas nos concursos públicos aos profissionais da saúde 3 [...] é de grande necessidade também que oferece equipamentos novos aos hospitais públicos.

Iniciamos a análise da descrição 5, colocando-nos diante da seguinte Unidade de Significado:

Se o governo se preocupasse com a saúde, ao invés de investir o dinheiro do imposto da sociedade em jogos olímpicos, shows, etc. poderia começar a investir em saúde. (D5-1)

Nessa Unidade de Significado, os elementos de significação que se destacam são: **Se o governo se preocupasse com a saúde e poderia começar a investir em saúde.**

O elemento significativo **Se o governo se preocupasse com a saúde** é uma oração subordinada que traz a forma verbal “**preocupasse**” flexionada no imperfeito do subjuntivo. Essa oração é iniciada pela conjunção subordinativa condicional **Se**, classificando-se, portanto, como adverbial condicional, revelando, uma possibilidade em relação à preocupação do governo para com a saúde. Conforme já explicitado em D2, esse tipo de oração é um contexto propício ao uso de forma e noção de subjuntivo, uma vez que a oração principal **poderia começar a investir em saúde** apresenta em sua estrutura um sintagma verbal composto, cujo verbo auxiliar encontra-se flexionado no futuro do pretérito.

O sujeito da pesquisa, ao empregar a forma verbal auxiliar **poderia** no futuro do pretérito, revela polidez em seu discurso. Esse emprego, segundo Abreu (2018, p.313), “é o resultado de uma adaptação desse tempo, quando empregado em orações principais ligadas a orações condicionais”. Assim, em **poderia começar a investir em saúde**, em função da contiguidade sintática com a oração condicional **Se o governo se preocupasse com a saúde**, o verbo auxiliar **poder** adquire dessa oração o sentido de condição hipotética (ABREU, 2018).

Câmara Jr. (1989, p. 23) afirma que “o subjuntivo marca uma tomada de posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal”, uma vez que esse modo aponta para acontecimentos possíveis os quais remetem ao interlocutor a visão pessoal do usuário da língua em relação ao que diz e/ou escreve, no momento da comunicação, conforme a estratégia discursiva evidenciada em D5-1.

Prosseguindo nosso percurso de atribuir sentido à descrição 5, colocamos em destaque a seguinte Unidade de Significado:

É necessário que o Ministério da Saúde deve proporcionar mais vagas nos concursos públicos aos profissionais da saúde (D5-2)

Destacamos o elemento de significação **É necessário que o Ministério da Saúde deve proporcionar mais vagas [...]**. Conforme já explicitado em D1-2 e D3-1, **É necessário** é uma expressão modalizadora que está funcionando como oração principal da subordinada **que o Ministério da Saúde deve proporcionar mais vagas**

[...]. O sujeito da pesquisa, ao usar a expressão **É necessário**, constrói uma noção de obrigatoriedade de o Ministério da Saúde proporcionar mais vagas aos profissionais da saúde, modalizando, assim, seu discurso.

A oração subordinada **que o Ministério da Saúde deve proporcionar mais vagas [...]**, uma substantiva subjetiva, apresenta em sua estrutura o sintagma verbal **deve proporcionar**, com verbo auxiliar “dever” flexionado no presente do indicativo, revelando, dessa forma, o fenômeno da flutuação, já explicitado em D1, D2, D3 e D4. O sujeito, mesmo usando como estratégia discursiva o indicativo, revela a noção de subjuntivo em seu enunciado, remodelando a gramática da língua como “resultado de um conjunto de princípios dinâmicos que se associam a rotinas cognitivas e interativas moldadas, mantidas e modificadas pelo uso (MARTELOTTA, 2010, p.63).

Outro caso de flutuação é evidenciado na Unidade de Significado a seguir:

[...] é de grande necessidade também que oferece equipamentos novos aos hospitais públicos. (D5-3)

Nessa Unidade de Significado, o fenômeno da flutuação encontra-se na oração subordinada **que oferece equipamentos novos aos hospitais públicos**, também classificada como substantiva subjetiva. Essa oração apresenta a forma verbal **oferece** flexionada no presente do indicativo, contudo a noção de subjuntivo é mantida, assinalando a atitude do usuário da língua sobre o conteúdo de sua proposição, instaurada no eixo comunicativo (GIVÓN, 1995).

Afirmamos, portanto, que o sujeito da pesquisa, assim como em D5-2, usa o modo indicativo como uma estratégia discursiva.

Síntese da Descrição 5

Na Descrição 5, o sujeito usa o subjuntivo:

- ✓ Com morfologia própria
- ✓ Com condicional **se**
- ✓ Com Flutuação (indicativo/subjuntivo)

DESCRIÇÃO 6

Quadro 6: Análise Ideográfica da Descrição 6

DESCRIÇÃO 6	UNIDADES DE SIGNIFICADO
<p>A decadência na saúde brasileira</p> <p>A saúde pública no Brasil é um grande agravante para a vida de boa parte da sociedade, sofrendo ainda hoje com a falta de recursos. A saúde é um direito de todos e um dever do estado, tendo uma grande máquina que promove o combate e controle de doenças, o SUS, sendo este, alvo de críticas por sua precariedade.</p> <p>O Brasil é um dos países que menos investe na saúde. Essa crise envolve vários problemas, sendo eles, falta de assistência, falta de disponibilidade de materiais e equipamentos e carência nos postos de saúde.</p> <p>Espera-se que o governo libere as verbas necessárias, buscando assim resolver a questão da saúde no país, na tentativa de salvar e ajudar as pessoas que não tem condições de possuir um atendimento particular.</p> <p>Com a conscientização do governo, pode ser que melhora nos postos de saúde, que muitas vezes estão em estado degradante, sem equipamentos, medicamentos e materiais necessários. Quando esses, ao menos existem, e podem contar com uma assistência de médicos, salvando vidas e encontrando soluções para essa parte da sociedade que necessita desse atendimento.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Espera-se que o governo libere as verbas necessárias 2. Com a conscientização do governo, pode ser que melhora nos postos de saúde ...

Ainda penetrando a teia de sentidos possibilitados pela realização linguística dos sujeitos da pesquisa, colocamo-nos diante da Descrição 6 e dela, destacamos a Unidade de Significado:

Espera-se que o governo libere as verbas necessárias (D6-1)

Em D6-1, destacamos, como elemento de significação, a própria Unidade de Significado, um período complexo formado por duas orações: **Espera-se** e **que o governo libere as verbas necessárias**. A oração **Espera-se** está funcionando como oração principal e apresenta em sua estrutura a forma verbal **Espera** flexionada no presente do indicativo e acompanhada do pronome **se**.

Essa oração aciona o uso do subjuntivo na oração subordinada de seu escopo **que o governo libere as verbas necessárias**, uma substantiva subjetiva. Contudo, o sujeito da pesquisa, como estratégia discursivo-argumentativa, usa o verbo “liberar” no modo indicativo. Assim, a oração **que o governo libere as verbas necessárias** revela o fenômeno da flutuação expresso pela forma verbal **libera**, permitindo ao sujeito da pesquisa, responsável pelo discurso, imprimir em seu

enunciado “uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo de sua enunciação ou sobre a própria enunciação” (NASCIMENTO, 2009, p. 1376).

Dando prosseguimento à nossa análise, destacamos a seguinte Unidade de Significado:

Com a conscientização do governo, pode ser que melhora nos postos de saúde (D6-2)

Essa Unidade de Significado apresenta-se estruturada em duas orações: “**Com a conscientização do governo, pode ser**” e “**que melhora nos postos de saúde**”. A oração “**Com a conscientização do governo, pode ser**” é classificada como oração principal e seu predicado é formado pelo modal **poder** flexionado no presente do indicativo, funcionando como auxiliar da forma verbal **ser** expressa no infinitivo.

Em D6, essa oração é responsável pelo “tipo de qualificação do conteúdo proposicional codificado na sentença subordinada, expressando, assim, uma avaliação subjetiva do usuário da língua” (GONÇALVES et al, 2019, p. 96) e descrevendo a possibilidade de o governo melhorar o atendimento nos postos de saúde; refere-se, portanto, ao eixo da conduta: de um lado, está “condicionado a traços lexicais específicos ao enunciador ([+controle]) e, de outro lado, implica que o enunciatário aceita o valor de verdade do enunciado, para executá-lo” (NEVES, 1996, p. 172).

Nesse sentido, a oração “**Com a conscientização do governo, pode ser**” revela a existência de uma possibilidade, com o sintagma verbal **pode ser** operando em contextos de posicionamento do sujeito acerca da realidade, projetando, assim, uma possibilidade a partir de uma atitude de descomprometimento com o que diz. Nesse sentido, o caráter de obrigação é apresentado como algo incerto, provável ou possível: pode ser que o governo pare de cortar gastos e invista mais na saúde pública, pode ser que o governo não tome essa atitude. Trata-se de uma possibilidade de vir a acontecer.

A oração subordinada “**que melhora nos postos de saúde**”, conforme já explicitado anteriormente, classifica-se como substantiva subjetiva, um tipo de oração que é acionada pela oração principal a flexionar o verbo no subjuntivo. Contudo, “pelo fato de avaliações subjetivas do usuário da língua acerca de conteúdos comunicados permitirem a inclusão de julgamentos [...]” (GONÇALVES et al, 2019, p. 96), o verbo

dessa oração foi flexionado no presente do indicativo, revelando, assim, um caso de flutuação, fenômeno já explicitado em descrições anteriores.

Síntese da Descrição 6

Na Descrição 6, o sujeito usa o subjuntivo:

- ✓ Com flutuação (indicativo/subjuntivo)

DESCRIÇÃO 7

Quadro 7: Análise Ideográfica da Descrição 7

DESCRIÇÃO 7	UNIDADES DE SIGNIFICADO – D7
<p>Preservação da Amazônia: um desafio brasileiro</p> <p>A preservação ambiental, é a relação do homem e do meio ambiente e tem se tornado cada vez mais deteriorada, evidenciando a degradação ambiental. Nesse sentido, devemos observar as causas dessas atitudes e suas consequências.</p> <p>É preciso que analisamos, antes de tudo, as causas desse desgaste ambiental. Entretanto, o meio ambiente não consegue renovar-se no mesmo ritmo em que é desgastado, o que torna essa relação danosa e desproporcional.</p> <p>Consequentemente, notamos inúmeros problemas devido ao convívio entre o homem e o meio ambiente. Dentre os quais podemos citar: desaparecimento de espécies, poluição de rios e mares, destruição de habitats e alterações climáticas. Tais impactos são catalisados pelo consumo atual. Assim, é evidenciado o colapso em que vive o ecossistema terrestre.</p> <p>Fica claro, a urgência em resolver esse impasse. Primeiramente, é preciso que o Ministério do meio ambiente desenvolve projetos, em parceria com a iniciativa privada, a fim de utilizar os recursos naturais de forma consciente. Esse ministério, em parceria com a mídia, talvez pode instruir a população, por meio de debates, a ser menos consumista e aprender a reutilizar e reciclar produtos, poupando assim, os recursos naturais.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. É preciso que analisamos, antes de tudo, as causas desse desgaste ambiental. 2. É preciso que o Ministério do meio ambiente desenvolve projetos, em parceria com a iniciativa privada 3. Esse ministério, em parceria com a mídia, talvez pode instruir a população, por meio de debates

Buscamos compreender, em nosso percurso de atribuição de significados, a Descrição 7. Dela, destacamos as seguintes Unidades de Significado:

- É preciso que analisamos, antes de tudo, as causas desse desgaste ambiental. (D7-1)

É preciso que o Ministério do meio ambiente desenvolve projetos, em parceria com a iniciativa privada (D7-2)

Iniciamos nossa análise pela expressão **É preciso**, um modalizador lexicalizado que está funcionando como oração principal em D7-1 e em D7-2. Essa oração traz em seu escopo as seguintes orações subordinadas: “**que analisamos, antes de tudo, as causas desse desgaste ambiental**” (D7-1) e “**que o Ministério do meio ambiente desenvolve projetos, em parceria com a iniciativa privada**” (D7-2).

Em D7-1 e D7-2, a oração **É preciso** expressa uma avaliação sobre o caráter de obrigatoriedade, conforme já explicitado em D4, apresentando o conteúdo da proposição como algo obrigatório que precisa acontecer.

As orações subordinadas: “**que analisamos, antes de tudo, as causas desse desgaste ambiental**” (D7-1) e “**que o Ministério do meio ambiente desenvolve projetos, em parceria com a iniciativa privada**” (D7-2), assim como em D1-2, D5-2, D5-3, D6-1 e D6-2, ocorrem em posição argumental de sujeito, sendo, portanto, reconhecidas como substantivas subjetivas. Essas orações deveriam trazer a forma verbal de sua estrutura flexionada no presente do subjuntivo, contudo o sujeito da pesquisa usou o presente do indicativo: “**analisamos**” e “**desenvolve**”, revelando, assim, o fenômeno da flutuação. Mesmo usando o indicativo, podemos afirmar que, ainda assim, a noção de subjuntivo permanece e, segundo Pimpão (2012), encontra-se espalhada ao longo da sentença, com a oração **É preciso** contribuindo para que a marcação do subjuntivo seja efetivada em D7-1 e D7-2.

Continuando a trajetória de explicitação de sentidos, volvemos nosso olhar para a seguinte Unidade de Significado:

Esse ministério, em parceria com a mídia, talvez pode instruir a população, por meio de debates (D7-3)

Nessa Unidade de Significado, o advérbio **talvez** atua prototipicamente como modalizador de todo o conteúdo verbalizado em D7-3, referindo-se, portanto, a toda a sentença, tendo um só escopo e produzindo um só efeito de sentido. Assim, o enunciado “talvez pode instruir a população, por meio de debates” (D7-3) ilustra o fator dúvida iniciado pelo modalizador **talvez**, em um contexto marcado por uma situação

não asseverada como verdadeira. O sujeito da pesquisa coloca seu discurso em dúvida, confirmando, dessa forma, que um enunciado está sujeito à desconfiança, à incerteza ou à imprecisão.

Embora já tenhamos explicitado o modalizador **talvez** na Descrição 1, na Unidade de Significado D7-3, esse modalizador impulsiona a avaliação que o sujeito faz em relação ao grau de possibilidade em mostrar que o ministério, em parceria com a mídia, instrua a população, por meio de debates. Em geral, “o modal **talvez** instaura, no dito, a não facticidade, a baixa certeza que se harmoniza com as propriedades gerais da semântica do modo subjuntivo” (CARVALHO, 2014, p. 79). Assim, em “Esse ministério, em parceria com a mídia, talvez pode instruir a população, por meio de debates (D7-3), o modal **talvez** anteposto à locução verbal **pode instruir**, cujo auxiliar “**pode**” foi flexionado no presente do indicativo, aciona a noção de subjuntivo.

Em D7-3, o sujeito da pesquisa, ao usar o presente do indicativo, escolheu “a modalidade que melhor se adapta às suas reais finalidades interacionais por ocasião do processo discursivo” (GIVÓN, 1995, p. 123). Mais uma vez, o fenômeno da flutuação se faz presente.

Síntese da Descrição 7

Na Descrição 7, o sujeito usa o subjuntivo:

- ✓ Com a flutuação (indicativo/subjuntivo)
- ✓ Com modal **talvez**

DESCRIÇÃO 8

Quadro 8: Análise Ideográfica da Descrição 8

DESCRIÇÃO 8	UNIDADES DE SIGNIFICADO – D8
<p>Preservação do meio ambiente, um dever de todos nós!</p> <p>As pautas ambientalistas têm sido cada vez mais discutidas no cenário mundial, o qual, mais recentemente, passou a discutir sobre a exploração da floresta amazônica. A grande questão é se a floresta deve ganhar "status" internacional ou se deve continuar sendo responsabilidade dos países que abrangem a Amazônia. Mas, seria justo que apenas alguns países da América do Sul tivessem que ceder suas florestas em prol do planeta, enquanto outros</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A grande questão é se a floresta deve ganhar "status" internacional ou se deve continuar sendo responsabilidade dos países que abrangem a Amazônia. 2. Mas, seria justo que apenas alguns países da América do Sul tivessem que ceder suas florestas em prol do planeta [...] 3. [...] no entanto, não se pode exigir que apenas os países que abrangem a

<p>países que já exploraram suas vegetações não pagam nada por isso?</p> <p>A floresta amazônica é a maior do mundo e sua exploração causaria muitos impactos ao planeta, no entanto, não se pode exigir que apenas os países que abrangem a Amazônia paguem a conta pelos países que já exploraram suas vegetações. Para que isso ocorra de maneira justa, todos os países deveriam ter uma porcentagem mínima de floresta preservada, e os que não conseguissem manter o mínimo, deveriam pagar aos que possuem mais áreas preservadas. Dessa maneira, ele seja capaz de extrair recursos financeiros sem ter que explorá-la, mantendo, assim, a integridade do ecossistema do planeta.</p> <p>Com isso, pode-se concluir que é preciso sim preservar a floresta amazônica, mas essa tarefa também é responsabilidade dos países que já exploraram suas vegetações e devem portanto, pagar por isso. Assim, o Brasil preserva suas florestas em prol do planeta e seria remunerado pelas nações que possam fazê-lo.</p>	<p>Amazônia paguem a conta pelos países que já exploraram suas vegetações.</p> <p>4. Para que isso ocorra de maneira justa, todos os países deveriam ter uma porcentagem mínima de floresta preservada, e os que não conseguissem manter o mínimo, deveriam pagar aos que possuem mais áreas preservadas.</p> <p>5. Assim, o Brasil preserva suas florestas em prol do planeta e seria remunerado pelas nações que possam fazê-lo.</p>
---	--

Dando prosseguimento ao movimento do ver intencional, passamos a atribuir sentido à Descrição 8. Iniciamos pela seguinte Unidade de Significado:

A grande questão é se a floresta deve ganhar "status" internacional ou se deve continuar sendo responsabilidade dos países que abrangem a Amazônia. (D8-1)

Essa Unidade de Significado se constitui um período complexo formado por 4 (quatro) orações: **A grande questão é (1), se a floresta deve ganhar "status" internacional (2), ou se deve continuar sendo responsabilidade dos países (3), que abrangem a Amazônia (4)**. Considerando nosso objeto de estudo, o elemento de significação dessa Unidade de Significado é **“que abrangem a Amazônia”**, uma oração encaixada que, segundo Abreu (1997, p.17), se trata de “uma incorporação mais periférica ainda [...] incorporação de 3º grau”, com função de adjetivo, classificando-se, portanto, como adjetiva restritiva, pois está modificando apenas o substantivo “países”, na informação proposicional “A grande questão é se a floresta deve ganhar "status" internacional ou se deve continuar sendo responsabilidade dos países que abrangem a Amazônia”.

Ressaltamos que a subordinada adjetiva é um dos tipos de oração que deve expressar o verbo de sua estrutura flexionado no subjuntivo, contudo, em **“que abrangem a Amazônia”**, o sujeito da pesquisa, como estratégia discursiva, usa

o verbo “abranger” no presente do indicativo. Contudo, mesmo o sujeito da pesquisa usando “**abrangem**” em seu enunciado, a noção de subjuntivo permanece, revelando, dessa forma, o fenômeno da flutuação, conforme já explicitado em Descrições anteriormente analisadas.

Esse fato nos leva a afirmar que o sujeito construiu o seu enunciado, marcando seu julgamento sobre os fatos descritos em seu texto, confirmando, assim, que “[...] o desenvolvimento do código gramatical da modalidade proposicional revela uma sintonia dos falantes/produtores de texto com a realidade informacional e social” (GIVÓN, 2005, p. 177).

Continuando nossa caminhada rumo à apreensão dos sentidos da Descrição 8, nosso olhar se volta para a seguinte Unidade de Significado:

Mas, seria justo que apenas alguns países da América do Sul tivessem que ceder suas florestas em prol do planeta [...] (D8-2)

Essa Unidade de Significado também se constitui um período complexo formado por 2 orações: **Mas, seria justo e que apenas alguns países da América do Sul tivessem que ceder suas florestas em prol do planeta [...]**. A oração **Mas, seria justo** classifica-se como oração principal e traz encaixada a oração subordinada **que apenas alguns países da América do Sul tivessem que ceder suas florestas em prol do planeta [...]** a qual, assim como em D1-2, D5-2, D5-3, D6-1, D6-2, D7-1 e D7-2, ocorre em posição argumental de sujeito, sendo, portanto, reconhecida como substantiva subjetiva.

A oração principal é formada pela expressão modalizadora **seria justo** que aciona o uso do subjuntivo na oração substantiva **que apenas alguns países da América do Sul tivessem que ceder suas florestas em prol do planeta [...]**, a qual apresenta em sua estrutura “**tivessem que ceder**”, um sintagma verbal composto, cujo verbo auxiliar encontra-se flexionado no imperfeito do subjuntivo. Assim como em D2-1 e D5-1, por meio da contiguidade sintática do verbo da oração principal “Mas, seria justo”, em D8-2, o sujeito da pesquisa revela a noção de hipótese do subjuntivo, empregando morfologia própria desse modo verbal.

Continuando nossa trajetória de atribuição de sentido à Descrição 8, destacamos a seguinte Unidade de Significado:

No entanto, não se pode exigir que apenas os países que abrangem a Amazônia paguem a conta pelos países que já exploraram suas vegetações. (D8-3)

Em D8-3, o elemento de significação é a própria Unidade de Significado, também um período complexo formado por 4 orações: **No entanto, não se pode exigir** (1), **que apenas os países paguem a conta pelos países** (2), **que abrangem a Amazônia** (3) e **que já exploraram suas vegetações** (4)

A oração “**No entanto, não se pode exigir**” é a oração principal que traz encaixadas em seu escopo as outras três orações, ou seja, as orações 2, 3 e 4. Em sua estrutura, essa oração apresenta a locução verbal **pode exigir**, em que o verbo auxiliar “poder” e o verbo principal “exigir” revelam o argumento que foi construído pelo sujeito da pesquisa pautado na possibilidade de ser ou não uma obrigação, não se comprometendo, portanto, com seu dizer, pois não quer ou não pode assumir essa responsabilidade.

A oração **que apenas os países paguem a conta pelos países** (2), assim como em D1-2, D5-2, D5-5, D6-1, D6-2, D7-1 e D7-2, é o argumento externo da forma verbal “pode exigir”, classificando-se, portanto, como substantiva subjetiva. A forma verbal dessa oração “**paguem**” foi flexionada no presente do subjuntivo, revelando que nesse tipo de oração o uso do subjuntivo é obrigatório, uma vez que a oração principal está exprimindo uma possibilidade, uma apreciação emitida pelo sujeito da pesquisa.

Quanto às orações **que abrangem a Amazônia** (3) e **que já exploraram suas vegetações** (4), ambas são classificadas como adjetivas restritivas. Contudo, essas orações apresentam situações de encaixamento diferenciadas. A oração **que abrangem a Amazônia** (3) modifica o substantivo “países” na 1ª ocorrência desse substantivo, ou seja, essa oração foi encaixada no argumento externo do verbo “pagar” no enunciado “que apenas os países que abrangem a Amazônia paguem a conta pelos países”. Assim como em D8-1, o verbo dessa oração “abranjer” deveria vir flexionado no subjuntivo, contudo o sujeito da pesquisa usou o indicativo, revelando, dessa forma, o fenômeno da flutuação. Esse fato nos leva a afirmar que o uso do subjuntivo em D8-3 se torna mais complexo, não por sua estrutura e, sim, por sua função comunicativa, uma vez que “A estrutura sintática se desgasta com o tempo [...] e os princípios que motivam a erosão da sintaxe não necessariamente são iguais àqueles que motivam o seu surgimento” (GIVÓN, 2012, p.300).

A oração **que já exploraram suas vegetações** (4) modifica o substantivo “países” em sua 2ª ocorrência. Esse substantivo se constitui o argumento interno do verbo “pagar”, expresso em D8-2 por um sintagma preposicional “pelos países”. Assim, na oração **que já exploraram suas vegetações** (4), mesmo se classificando como adjetiva restritiva, o sujeito da pesquisa flexionou o verbo no pretérito perfeito do indicativo, criando, dessa forma, uma situação de certeza (ABREU, 2018) em relação ao seu discurso.

Dando continuidade à nossa análise, passamos a atribuir sentido à Unidade de Significado a seguir:

Para que isso ocorra de maneira justa, todos os países deveriam ter uma porcentagem mínima de floresta preservada, e os que não conseguissem manter o mínimo, deveriam pagar aos que possuem mais áreas preservadas. (D8-4)

O primeiro elemento de significação que destacamos é a oração “**Para que isso ocorra de maneira justa**”, uma subordinada que, conforme já explicitado em D3-2 e D4-1, tem a função de um adjunto adverbial, classificando-se, portanto, como adverbial final. Em D8-3, essa oração apresenta o verbo de sua estrutura, no caso “ocorrer”, flexionado no presente do subjuntivo, ou seja, com morfologia própria de subjuntivo, acionada pelo sintagma verbal composto **deveriam ter**, presente na oração “**todos os países deveriam ter uma porcentagem mínima de floresta preservada**”.

O segundo elemento a atribuirmos sentido em D8-4 é a oração “**que não conseguissem manter o mínimo**”, uma oração adjetiva restritiva que foi encaixada no termo “**os**”, um pronome demonstrativo que substitui “todos os países” e funciona como argumento externo do verbo “pagar” presente na oração “**e os [...] deveriam pagar aos**”.

A oração adjetiva “**que não conseguissem manter o mínimo**” apresenta em sua estrutura o sintagma verbal composto **conseguissem manter**, com o auxiliar “conseguissem” flexionado no imperfeito do subjuntivo. O uso desse modo verbal foi acionado pelo também sintagma verbal composto “**deveriam pagar**”, com o auxiliar “dever” flexionado no futuro do pretérito, conforme podemos comprovar em “**e os [...] deveriam pagar aos**”. Esse fato nos leva a afirmar que o subjuntivo foi expresso por

morfologia própria, confirmando, assim, que o subjuntivo pode marcar orações adjetivas como uma hipótese.

O terceiro elemento de significação em D8-4 é **“que possuem mais áreas preservadas”**, uma oração também adjetiva que foi encaixada no argumento interno do verbo “pagar” expresso na **“e os [...] deveriam pagar aos”**. É bom dizermos que o argumento interno do verbo pagar está expresso pelo pronome demonstrativo “os” em “aos”, substituindo a expressão **“todos os países”**. Mesmo sendo uma adjetiva restritiva, a oração **“que possuem mais áreas preservadas”** apresenta forma verbal flexionada no presente do indicativo, demonstrando, assim, o fenômeno da flutuação.

Ainda no afã de atribuir sentido à Descrição 8, deparamo-nos com a seguinte Unidade de Significado:

Assim, o Brasil preserva suas florestas em prol do planeta e seria remunerado pelas nações que possam fazê-lo (D8-5).

Dessa Unidade de Significado, destacamos como elemento de significação **“que possam fazê-lo”**, uma oração adjetiva restritiva encaixada no substantivo “nações”, o qual possui a função de agente da passiva, “termo que ocorre nas frases passivas, ligado ao verbo geralmente pela preposição *por*, e que cumpre o papel de autor da ação verbal” (ABREU, 2018, p. 458), como ocorre com a oração **“e seria remunerado pelas nações”**. A forma verbal dessa oração **“seria remunerado”** aciona o uso do subjuntivo na oração adjetiva **“que possam fazê-lo”**, em que o auxiliar **“possam”** foi flexionado no presente do subjuntivo, ou seja, a forma verbal **“possam fazê-lo”** é um sintagma verbal composto, cujo auxiliar se apresenta flexionado com morfologia própria de subjuntivo.

Síntese da Descrição 8

Na Descrição 8, o sujeito usa o subjuntivo:

- ✓ Com flutuação (indicativo/subjuntivo)
- ✓ Com morfologia própria

DESCRIÇÃO 9

Quadro 9: Análise Ideográfica da Descrição 9

DESCRIÇÃO 9	UNIDADES DE SIGNIFICADO – D9
<p>A imagem do Brasil como um país de grande diversidade étnica e cultural, na realidade, esconde e disfarça um cotidiano marcado por práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas.</p> <p>Ainda hoje, no século XXI, a população não superou os "muros invisíveis" entre negros e brancos. Isso evidencia a necessidade de se implantar medidas efetivas em prol da inclusão social dos afrodescendentes.</p> <p>O preconceito tornou-se banal e, diariamente, o racismo é praticado na forma de falta de respeito e cidadania, em uma condição de exclusão e desigualdade social. Além disso, há intolerância e segregação, violência e mortes.</p> <p>Esse problema pode ser comprovado ao se observar a necessidade de ações afirmativas no Brasil. O índice de analfabetismo é cinco vezes maior entre os negros do que dos brancos e, ao analisar os índices socioeconômicos, percebemos que 70% da população que vive em condições extremas pobreza no país é negra. Esses fatos refletem diretamente na qualidade de vida dessa maioria e, portanto, na necessidade de ações que visam reduzir a falta de oportunidades e a desigualdade dessa etnia.</p> <p>Diante do exposto, faz-se necessário desenvolver intervenções que envolvem o Estado, a sociedade e o cidadão, buscando um objetivo comum: erradicar a maneira racista com que são tratados os negros no Brasil.</p> <p>É importante que a sociedade desenvolve campanhas de conscientização e incentivar denúncias. A educação é o caminho para o combate ao racismo. É conveniente que o cidadão prioriza a prática da alteridade. Com isso, espera-se um país mais igualitário.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esses fatos refletem diretamente na qualidade de vida dessa maioria e, portanto, na necessidade de ações que visam reduzir a falta de oportunidades e a desigualdade dessa etnia. 2. Diante do exposto, faz-se necessário desenvolver intervenções que envolvem o Estado, a sociedade e o cidadão [...] 3. É importante que a sociedade desenvolve campanhas de conscientização e incentivar denúncias. 4. É conveniente que o cidadão prioriza a prática da alteridade.

Em nossa trajetória de busca de atribuição de sentidos do texto, deparamo-nos com as seguintes Unidades de Significados:

Esses fatos refletem diretamente na qualidade de vida dessa maioria e, portanto, na necessidade de ações que visam reduzir a falta de oportunidades e a desigualdade dessa etnia (D9-1).

Essa Unidade de Significado é constituída por 2 orações: uma principal e outra subordinada. A oração principal **“Esses fatos refletem diretamente na qualidade de vida dessa maioria e, portanto, na necessidade de ações”** traz em seu escopo a

subordinada “**que visam reduzir a falta de oportunidades e a desigualdade dessa etnia**”, encaixada no substantivo “ações”, modificando-o. Nesse sentido, essa oração subordinada classifica-se como adjetiva restritiva, um tipo de oração subordinada que pode trazer o verbo de sua estrutura no subjuntivo. No caso da oração em análise, sua forma verbal **visam reduzir**, um sintagma verbal composto, apresenta o auxiliar “visam” flexionado no modo indicativo, revelando, assim, o fenômeno da flutuação.

Prosseguindo nossa análise, destacamos a seguinte Unidade de Significado:

Diante do exposto, faz-se necessário desenvolver intervenções que envolvem o Estado, a sociedade e o cidadão [...]. (D9-2)

Dela, apontamos como elemento de significação a oração subordinada **que envolvem o Estado, a sociedade e o cidadão [...]**, encaixada no substantivo “**intervenções**”, classificando-se, assim, como adjetiva restritiva. Conforme já explicitado em Descrições analisadas anteriormente, nessa oração, o fenômeno da flutuação se manifesta por meio da forma verbal **envolvem**, contudo a noção de subjuntivo se mantém.

Continuando nossa análise, nosso olhar se volta para as seguintes Unidades de Significado:

É importante que a sociedade desenvolve campanhas de conscientização e incentivar denúncias. (D9-3)

É conveniente que o cidadão prioriza a prática da alteridade. (D9-4)

D9-3 apresenta em sua estrutura 3 orações: **É importante** (1), **que a sociedade desenvolve campanhas de conscientização** (2), **e incentivar denúncias** (3). A oração **É importante** classifica-se como principal e traz em seu escopo as orações **que a sociedade desenvolve campanhas de conscientização** (2), **e incentivar denúncias** (3). Considerando nosso objeto de estudo, passamos a atribuir sentido à oração **que a sociedade desenvolve campanhas de conscientização**, cuja função é de argumento externo da oração principal, classificando-se, dessa forma, como substantiva subjetiva. Essa oração apresenta forma verbal **desenvolve** flexionada no indicativo, o que nos leva a afirmar que se trata do fenômeno da flutuação, já explicitado em descrições anteriores.

Em D9-4, o elemento de significação **que o cidadão prioriza a prática da alteridade**, assim como em D9-3, tem a função de argumento externo da oração principal **É conveniente**, classificando-se também como substantiva subjetiva e apresentando sua forma verbal flexionada no presente do indicativo. Mais uma vez o fenômeno da flutuação se faz presente.

Esse fenômeno revela que a função discursiva do subjuntivo permanece ainda que a forma utilizada seja a do modo indicativo, o que demonstra que a linguagem evolui do pragmático para a gramática, uma vez que a gramática tem sua origem no discurso (GIVÓN, 1995).

Síntese da **Descrição 9**

Na **Descrição 9**, o sujeito usa o subjuntivo:

- ✓ Com flutuação (indicativo/subjuntivo)

DESCRIÇÃO 10

Quadro 10: Análise Ideográfica da Descrição 10

DESCRIÇÃO 10	UNIDADES DE SIGNIFICADO – D10
<p>A história do povo negro é marcada por muita luta e sofrimento. A busca por liberdade é símbolo de perseverança, onde o povo, dito mais fraco, não sucumbiu e mesmo com muitas perdas conseguiu a tão sonhada liberdade, onde, por lei, se tornavam um povo livre. Mas ela não significou o fim dos problemas, uma vez que, até hoje, em pleno mundo globalizado há a exclusão, a xenofobia e o senso de superioridade sobre os negros. Talvez isso se deve ao preconceito mascarado, onde apenas não se admite que ele existe, mas que é muito praticado. O caminho da igualdade começa quando o bom senso toma a frente, não basta se compadecer pelos trezentos anos de atrocidades cometidas contra seres humanos, se ainda os usamos como referência quando alguém não faz algo certo.</p> <p>Enquanto não houver a conscientização iniciada nas pequenas coisas, não estaremos preparados pra lutar pelo fim das maiores, como morais explícitas.</p> <p>Fazer das mídias e parcerias com ONGS pode ser que faz com que o tabu de falar no assunto seja diminuído e o diálogo entre as massas incentivado.</p> <p>O governo também tem papel importante,</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Talvez isso se deve ao preconceito mascarado, onde apenas não se admite que ele existe, mas que é muito praticado. 2. Fazer das mídias e parcerias com ONGS pode ser que faz com que o tabu de falar no assunto seja diminuído e o diálogo entre as massas incentivado 3. O governo também tem papel importante, possibilitando que, cada vez mais, que a população tenha acesso a cultura, fazendo aflorar seu senso crítico, para que tomem partido e contribuam na luta contra o preconceito [...]

possibilitando que, cada vez mais, que a população tenha acesso a cultura, fazendo aflorar seu senso crítico, para que tomem partido e contribuem na luta contra o preconceito, que não é apenas do povo negro, mas de toda a sociedade.	
--	--

Iniciando a trajetória de explicitação de sentidos da Descrição 10, lançamos o nosso olhar para essa Descrição como um “enunciado público da acção” (RICOEUR, 1989). Dessa forma, destacamos como primeira Unidade de Significado da Descrição 10:

Talvez isso se deve ao preconceito mascarado, onde apenas não se admite que ele existe, mas que é muito praticado. (D10-1)

Dessa Unidade de Significado, buscamos compreender o sentido do advérbio **talvez** em “**Talvez isso se deve ao preconceito mascarado**”. Esse modal está impulsionando a avaliação que o sujeito da pesquisa faz em relação ao grau de possibilidade, instaurando, no dito, a não factualidade, uma baixa certeza que se harmoniza com as propriedades gerais da função do subjuntivo. Ao usar o modal talvez, o sujeito da pesquisa se exime da responsabilidade pelo conteúdo de sua proposição, já que ele é apresentado como uma possível “verdade”, permitindo ao sujeito dizer algo ao seu interlocutor sem se comprometer com o dito.

Contudo, mesmo o modal **talvez** instaurando um escopo de modalidade *irrealis* acerca da informação proposicional em que está encaixado (Givón, 1995), a proposição enunciada “**Talvez isso se deve ao preconceito mascarado**” apresenta a forma verbal **deve** flexionada no presente do indicativo. Esse fato, assim como em (D1-1), confirma que o modal **talvez** pode ser usado, também, com indicativo. A noção de subjuntivo permanece, confirmando o fenômeno da flutuação que “além de ligar-se a fatores semânticos [...] pode ainda ser fruto de necessidades de ordem pragmática, em situações particulares de intercâmbio verbal” (GONÇALVES, 2003, p. 52)

Nesse contexto discursivo, passamos a atribuir sentido às seguintes orações: “**que ele existe**” e “**mas que é muito praticado**”, ambas subordinadas funcionando como argumento externo da oração “**onde apenas não se admite**”. Essas duas orações são classificadas como substantivas subjetivas e trazem a forma verbal de

sua estrutura flexionada no presente do indicativo: “**existe**” e “**é**”. Assim, “Mesmo que o ouvinte desafie a veracidade do conteúdo proposicional, o produtor do texto possui evidências para defender sua forte crença” (GIVÕN, 1995, p. 120) no conteúdo de sua proposição. Podemos, assim, afirmar que, mesmo o sujeito da pesquisa usando o indicativo, a noção de subjuntivo se faz presente. Mais uma vez o fenômeno da flutuação se revela em D10-1.

Outra Unidade de Significado que destacamos da Descrição 10 é a seguinte:

Fazer das mídias e parcerias com ONGS pode ser que faz com que o tabu de falar no assunto seja diminuído e o diálogo entre as massas incentivado (D10-2)

Dessa Unidade de Significado, destacamos os seguintes elementos de significação: “**Fazer das mídias e parcerias com ONGS pode ser**”, “**que faz**”, “**com que o tabu [...] seja diminuído**”.

O elemento de significação “**Fazer das mídias e parcerias com ONGS pode ser**” se constitui uma oração e traz em sua construção o auxiliar “poder” acompanhado do verbo principal “ser”. Essa oração funciona como principal que traz encaixada a oração subordinada “**que faz**”, outro elemento de significação de D10-2. Essa oração subordinada se constitui o argumento externo da oração principal, classificando-se, portanto, como substantiva subjetiva. Em sua construção, o sujeito da pesquisa flexionou o verbo **fazer** no presente do indicativo, contudo a noção de subjuntivo se mantém, configurando-se o fenômeno da flutuação.

Encontramos ainda em D10-2, o elemento de significação **com que o tabu [...] seja diminuído**, uma oração subordinada. Essa oração classifica-se como objetiva direta, uma vez que funciona como objeto direto da oração “**que faz**”. Ressaltamos que o uso da preposição “com” depois do verbo “fazer” na oração **com que o tabu [...] seja diminuído** “mais serve para lhes acrescentar um novo matiz de sentido do que reger o complemento desses mesmos verbos” (BECHARA, 2009, p. 311). Ressaltamos, também, que essa oração apresenta a forma verbal **seja diminuído**, com o auxiliar “seja” flexionado no presente do subjuntivo, o que nos leva a afirmar que foi usada como morfologia própria desse modo verbal.

Prosseguindo a trajetória de atribuição de significado à Descrição 10, nossa análise se volta para a seguinte Unidade de Significado:

O governo também tem papel importante, possibilitando que, cada vez mais, que a população tenha acesso a cultura, fazendo aflorar seu senso crítico, para que tomem partido e contribuam na luta contra o preconceito [...] (D10-3)

Dessa Unidade de Significado, a atribuição de sentido recai sobre os seguintes elementos de significação: “**que a população tenha acesso a cultura**”, “**para que tomem partido**”, “**e contribuem na luta contra o preconceito**”, três orações subordinadas.

A oração “**que a população tenha acesso a cultura**” encontra-se encaixada em “**possibilitando, cada vez mais**”, na função de argumento interno do verbo “possibilitar”, sendo uma incorporação de 1º grau (ABREU, 1997), daí ser classificada como substantiva objetiva direta. Sua forma verbal **tenha** apresenta-se flexionada no presente do subjuntivo, portanto, com morfologia própria de subjuntivo.

A oração “**para que tomem partido**” também é subordinada e encontra-se encaixada, perifericamente, em “**fazendo aflorar seu senso crítico**”. Conforme já explicitado em D3-2, D4-1 e D8-4, essa oração funciona como adjunto adverbial, classificando-se, portanto, como adverbial final, considerando tratar-se de uma incorporação de 2º que acrescenta informações adicionais de finalidade (ABREU, 1997). O verbo dessa oração, **tomem**, encontra-se flexionado no presente do subjuntivo, ou seja, como morfologia própria de subjuntivo.

Quanto à oração “**e contribuem na luta contra o preconceito**”, podemos afirmar que, mesmo estando ligada à oração “**para que tomem partido**” por meio do conector aditivo “e”, funciona também como adjunto adverbial que também acrescenta informações de finalidade. O verbo dessa oração, **contribuem**, encontra-se expresso no presente do indicativo, o que nos leva a afirmar que se trata de mais um caso de flutuação, fenômeno recorrente nas descrições analisadas.

Síntese da Descrição 10

Na Descrição 10, o sujeito usa o subjuntivo:

- ✓ Com modal **talvez**
- ✓ Com flutuação (indicativo/subjuntivo)
- ✓ Com morfologia própria

5.1.2 Análise Nomotética

A Análise Nomotética é o momento em que procuramos fazer a convergência dos textos/descrições, a partir das Unidades de Significado extraídas das 10 (dez) Descrições analisadas, resultando nas Categorias Abertas também nomeadas de Categorias de Análise. Essas categorias representam possibilidades abertas, pois circunscrevem a situacionalidade do fenômeno sem, no entanto, impedir a sua transcendência. Dessa forma, essas categorias são ancoradas não na “consciência e nas categorias humanas, mas sim na manifestação da coisa com que nos deparamos, da realidade que vem ao nosso encontro” (ESPÓSITO, 1993, p. 98).

Concluída a explicitação dos textos/descrições dos sujeitos, as Unidades de Significado foram cruzadas entre si e convergiram para três Categorias Abertas: **Expressões de Possibilidade, Flutuação e Forma Própria de Subjuntivo**.

A Categoria **Expressões de Possibilidade** se materializa nas Unidades de Significado extraídas das Descrições pelo uso dos modais **talvez** e **se**: o primeiro é um advérbio modalizador de dúvida que indica o grau de adesão do produtor do texto ao que é expresso em seus enunciados (NEVES, 2018); o segundo é uma conjunção subordinativa que inicia orações as quais expressam “um evento hipotético que constitui uma hipótese/uma condição para que ocorra o evento expresso” (NEVES, 2018, p.910). Essas orações são subordinadas e encaixadas em outra oração do período composto denominada principal.

A Categoria **Flutuação**, nas Unidades de Significado, se revela pelo uso de formas verbais do indicativo em lugar do subjuntivo como forma marcada em enunciados produzidos pelos usuários da língua, indicando, assim, um enfraquecimento de seu uso. Esse enfraquecimento do uso do subjuntivo, do ponto de vista semântico, demonstra as estratégias discursivas que preservam as características do subjuntivo, como o sentido do próprio verbo selecionado pelo sujeito da pesquisa, na construção de seu texto. O indicativo passa então a preencher as funções antes de responsabilidade do subjuntivo, contudo as noções de subjuntivo permanecem.

A Categoria **Forma Própria de Subjuntivo** se manifesta por meio do uso do verbo flexionado no modo subjuntivo. Os sujeitos da pesquisa, na construção de seus textos, expressam os enunciados usando a forma verbal no modo subjuntivo,

referindo-se “a eventos com algum grau de possibilidade de ocorrência” (NEVES, 2018, p.177).

O Quadro a seguir contém as Categorias que convergiram do cruzamento das Unidades de Significado, juntamente com as Unidades de Significado e as Descrições de que fazem parte.

Quadro 11: Quadro de Convergência das Descrições e Identificação das Categorias Abertas

CATEGORIAS ABERTAS	UNIDADES DE SIGNIFICADO	DESCRIÇÕES
EXPRESSÕES DE POSSIBILIDADE	Talvez esse descrédito se deve aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente (D1-1)	D1
	[...] que se não forem tratados com seriedade poderão imergir o país num profundo abismo social e econômico (D1-2)	D1
	[...] entretanto, se não começar já, imediatamente, não sairemos. (D2-1)	D2
	[...] porque somente se alcançar o último degrau se começar a subir pelo primeiro. (D2-2)	D2
	Se o governo se preocupasse com a saúde, ao invés de investir o dinheiro do imposto da sociedade em jogos olímpicos, shows, etc. poderia começar a investir em saúde. (D5-1)	D5
	Esse ministério, em parceria com a mídia, talvez pode instruir a população, por meio de debates. (D7-3)	D7
	Talvez isso se deve ao preconceito mascarado, onde apenas não se admite que ele existe, mas que é muito praticado. (D10-1)	D10
FLUTUAÇÃO	Talvez esse descrédito se deve aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente (D1-1)	D1
	É necessário que se compreende que, com isso, pode-se aqui afirmar que, a participação e a cobrança popular é indispensável para a mudança de rumo do país.(D1-4)	D1
	[...] fazendo com que camuflam os podres de quem está no poder. (D2-4)	D2
	[...] que favorecem o controle do vírus. (D3-3)	D3
	Espero que nós temos fé (D3-4)	D3
	Outra forma será que a secretaria de saúde promove um atendimento de qualidade na atenção básica, e também orienta o paciente que a instituição privada também tem o direito de oferecê-los. (D4-2)	D4

	<p>É necessário que o Ministério da Saúde deve proporcionar mais vagas nos concursos públicos aos profissionais da saúde (D5-2)</p> <p>[...] é de grande necessidade também que oferece equipamentos novos aos hospitais públicos (D5-3)</p> <p>Espera-se que o governo libera as verbas necessárias. (D6-1)</p> <p>Com a conscientização do governo, pode ser que melhora nos postos de saúde ... (D6-2)</p> <p>É preciso que analisamos, antes de tudo, as causas desse desgaste ambiental. (D7-1)</p> <p>É preciso que o Ministério do meio ambiente desenvolve projetos, em parceria com a iniciativa privada. (D7-2)</p> <p>A grande questão é se a floresta deve ganhar "status" internacional ou se deve continuar sendo responsabilidade dos países que abrangem a Amazônia. (D8-1)</p> <p>No entanto, não se pode exigir que apenas os países que abrangem a Amazônia pagam a conta pelos países que já exploraram suas vegetações. (D8-3)</p> <p>Esses fatos refletem diretamente na qualidade de vida dessa maioria e, portanto, na necessidade de ações que visam reduzir a falta de oportunidades e a desigualdade dessa etnia (D9-1).</p> <p>Diante do exposto, faz-se necessário desenvolver intervenções que envolvem o Estado. (9-2)</p> <p>É importante que a sociedade desenvolve campanhas de conscientização e incentivar denúncias. (9-3)</p> <p>É conveniente que o cidadão prioriza a prática da alteridade. (9-4)</p> <p>Talvez isso se deve ao preconceito mascarado, onde apenas não se admite que ele existe, mas que é muito praticado. (D10-1)</p> <p>Fazer das mídias e parcerias com ONGS, pode ser que faz com que o tabu de falar no assunto seja diminuído e o diálogo entre as massas incentivado. (D10-2)</p> <p>O governo também tem papel importante, possibilitando que, cada vez mais, que a população tenha acesso a cultura, fazendo aflorar seu senso crítico, para que tomem partido e contribuem na luta contra o preconceito [...] (D10-3)</p>	<p>D5</p> <p>D5</p> <p>D6</p> <p>D6</p> <p>D7</p> <p>D7</p> <p>D8</p> <p>D8</p> <p>D9</p> <p>D9</p> <p>D9</p> <p>D9</p> <p>D10</p> <p>D10</p> <p>D10</p>
	<p>A população que se tornando exausta diante da situação permite que o Estado continue agindo de tal maneira, que o autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia (D2-3)</p>	<p>D2</p>

FORMA PRÓPRIA DE SUBJUNTIVO	É necessário que nós saibamos que a palavra pandemia é a disseminação de uma nova doença e que precisamos nos proteger. (D3-1)	D3
	Nesse sentido, é necessário também a conscientização da população para que tomem atitudes (D3-2)	D3
	[...] que os cientistas avancem mais nas pesquisas da vacina. (D3-5)	D3
	Dessa forma, para que sane esse problema é preciso contratação de profissionais e investir em equipamentos (D4-1).	D4
	Se o governo se preocupasse com a saúde, ao invés de investir o dinheiro do imposto da sociedade em jogos olímpicos, shows, etc. poderia começar a investir em saúde. (D5-1)	D5
	Mas, seria justo que apenas alguns países da América do Sul tivessem que ceder suas florestas em prol do planeta [...] (D8-2)	D8
	No entanto, não se pode exigir que apenas os países que abrangem a Amazônia paguem a conta pelos países que já exploraram suas vegetações. (D8-3)	D8
	Assim, o Brasil preserva suas florestas em prol do planeta e seria remunerado pelas nações que possam fazê-lo (D8-5).	D8
	Fazer das mídias e parcerias com ONGS pode ser que faz com que o tabu de falar no assunto seja diminuído e o diálogo entre as massas incentivado (D10-2)	D10
O governo também tem papel importante, possibilitando que, cada vez mais, que a população tenha acesso a cultura, fazendo aflorar seu senso crítico, para que tomem partido e contribuam na luta contra o preconceito [...] (D10-3)	D10	

O movimento de convergência das Descrições, para identificação das Categorias Abertas, está descrito no Quadro 12.

Quadro 12: Quadro Ilustrativo de Convergência das Descrições

DESCRİÇÕES CATEGORIAS	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	TOTAL
EXPRESSİES DE POSSIBILIDADE	02	02	00	00	01	00	01	00	00	01	07
FLUTUAÇÃO	02	01	02	01	02	02	02	02	04	03	21
FORMA PRÓPRIA DE SUBJUNTIVO	00	02	03	01	01	00	00	03	00	02	10

5.2 Interpretação dos Resultados

Conforme explicitado no item 5.2.2.1, o qual trouxe à luz as convergências das Descrições reveladas pela função discursiva do subjuntivo, num movimento de reflexão e de compreensão para que o fenômeno se tornasse visível, retomamos a Questão Norteadora que direcionou nossa trajetória metodológica: Como os estudantes do 3º ano do Ensino Médio usam o subjuntivo como estratégia discursiva em textos argumentativos escritos?

Damos início, assim, à compreensão das três categorias que emergiram das dez Descrições analisadas: **Expressões de Possibilidade, Flutuação e Forma Própria de Subjuntivo**. A partir dessas categorias, damos continuidade à leitura dos dados da investigação que realizamos, aguçando nossa percepção para de novo adentrar no mundo do texto/discurso, pois, segundo Ricoeur (1991, p. 201),

A reconstrução do texto enquanto todo oferece, como consequência, um caráter circular, no sentido de que está implicado no reconhecimento das partes. E, reciprocamente, é, ao construir os pormenores, que reconstruímos o todo.

Nesse novo adentrar no mundo do texto/discurso, passamos a refletir sobre as Categorias Abertas que foram identificadas, ao realizarmos o cruzamento e a convergência das Unidades de Significado, conforme o apresentado no Quadro 14. Procuramos atribuir sentido a cada uma delas, isoladamente, sem perder de vista a inter-relação que mantêm umas com as outras, visto que emergem imbricadas. E assim, examinando os seus pormenores, buscamos estabelecer significações, percorrendo a trilha teórica delineada na pesquisa, bem como a outros teóricos que se fizeram necessários para auxiliar o nosso percurso de compreensão.

A primeira Categoria Aberta a ser clarificada/significada é **Expressões de Possibilidade**. Essa categoria se materializa nas Descrições analisadas por meio do uso do modal “Talvez” e da condicional “Se”, conforme já referido anteriormente, e se manifesta nas seguintes Unidades de Significado:

Talvez esse descrédito se deve aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente (D1-1)

[...] que se não forem tratados com seriedade poderão imergir o país num profundo abismo social e econômico (D1-2)

[...] entretanto, se não começar já, imediatamente, não sairemos. (D2-1)

[...] porque somente se alcançar o último degrau se começar a subir pelo primeiro. (D2-2)

Se o governo se preocupasse com a saúde, ao invés de investir o dinheiro do imposto da sociedade em jogos olímpicos, shows, etc. poderia começar a investir em saúde. (D5-1)

Esse ministério, em parceria com a mídia, talvez pode instruir a população, por meio de debates. (D7-3)

Talvez isso se deve ao preconceito mascarado, onde apenas não se admite que ele existe, mas que é muito praticado. (D10-1)

Nesse contexto, buscamos apreender os sentidos do modal **talvez** (D1-1, D7-3 e D10-1) e da condicional **se** (D1-2, D2-1, D2-2 e D5-1). Podemos afirmar que tanto **talvez** quanto **se** são recursos linguísticos que funcionam “como um deslize no *continuum* epistêmico em direção à não certeza” (NEVES, 1996, p. 178), tornando ainda mais fraco o comprometimento do sujeito da pesquisa, em face de sua posição no texto

Nas Descrições analisadas, os elementos linguísticos **talvez** e **se** motivam o baixo grau de certeza e não apenas o modo subjuntivo, como afirma a prescrição gramatical¹⁶. A presença do modal **talvez** contribui para a retirada da obrigatoriedade da forma verbal no subjuntivo, porque o próprio conteúdo semântico do advérbio já explicita o posicionamento do sujeito em relação ao seu argumento, uma vez que esse advérbio se reporta a posicionamentos de incerteza, de dúvida, de possibilidade, conforme podemos comprovar em D1-1, D7-3 e D10-1.

O modal **se** revela uma condição possível e seu resultado provável, conforme D1-2, D2-1, D2-2 e D5-1. Nessas Unidades de Significado, o **se** se manifesta em uma situação real de comunicação, sendo, portanto, utilizado em enunciados que fazem afirmações sobre o mundo real e sobre situações particulares, apresentando marco temporal presente (D2-2), passado (D5-1) e futuro (D1-2, D2-1).

Em nossa pesquisa, a categoria **Expressões de possibilidade** revela uma estratégia argumentativa, com função pragmático-discursiva, na medida em que o uso dos modais **talvez** e **se** como recursos linguísticos não trazem como pressuposto o cumprimento da ação apresentada pelos sujeitos, produtores dos textos os quais empregam “criativamente para de forma funcional organizar seu texto a um

¹⁶ As gramáticas normativas apenas fazem referência ao “talvez” como advérbio de dúvida e ao “se” como conjunção subordinativa condicional. Dentre essas gramáticas, podemos citar a de Cunha e Cintra (1985, 2001, 2017), de Bechara (2009), de Cegalla (2007).

interlocutor em um determinado contexto de situação” (GIVÓN, 1979, p. 175). Essa estratégia assume a gramática como emergente, pois ela está sempre sendo modificada pelo uso da língua.

Ressaltamos que as **Expressões de possibilidade** são marcas linguísticas que sinalizam a atitude do sujeito sobre o seu próprio enunciado. Dependendo das marcas de expressões, os enunciados passam a gerar efeitos de sentido diferenciados, indicando a intenção do sujeito que orienta a interpretação dos interlocutores. São estas marcas que revelam a função argumentativa do sujeito.

Ressaltamos, também, que a linguística funcional propõe novas maneiras de abordar a linguagem, fornecendo alternativas de reflexão sobre a complexidade revelada pela língua. Segundo Neves, (2006, p.17), “o funcionalismo é uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins a que servem as unidades linguísticas, o que é o mesmo que dizer que o funcionalismo se ocupa, certamente, das funções dos meios linguísticos de expressão”.

A categoria **Expressões de possibilidade** revela o domínio cognitivo do **talvez** e do **se** que, presentes no uso da língua, como elementos modalizadores, possuem valores aplicados ao domínio da possibilidade, sendo atributivos, de acordo com a intencionalidade do produtor do texto, apresentando um discurso com marca de não-certeza, em relação ao conteúdo proposicional, funcionando, assim, como expressões da não-certeza e propiciando o escamoteamento da fonte do conhecimento, ou da falta de conhecimento do sujeito.

Essa categoria também revela que as expressões **talvez** e **se**, por estabelecerem um certo distanciamento ou pouca transparência do sujeito em relação ao enunciado, quando utilizadas no discurso, revelam um baixo grau de adesão em relação ao dito nas Descrições, não se comprometendo o sujeito com o valor de verdade do que é dito, apresentando seu discurso como algo que ele crê ser possível ou impossível, provável ou improvável, atuando dentro do domínio do *irrealis*.

A segunda categoria aberta é **Flutuação**. Essa categoria se revela, conforme já referido, pelo uso do modo indicativo em lugar do subjuntivo, manifestando-se, dessa forma, nas dez descrições analisadas, de acordo com as seguintes Unidades de Significado:

Talvez esse descrédito se deve aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente (D1-1)

É necessário que se compreende que, com isso, pode-se aqui afirmar que, a participação e a cobrança popular é indispensável para a mudança de rumo do país. (D1-4)

[...] fazendo com que camuflam os podres de quem está no poder. (D2-4)

[...] que favorecem o controle do vírus. (D3-3)

Espero que nós temos fé (D3-4)

Outra forma será que a secretaria de saúde promove um atendimento de qualidade na atenção básica, e também orienta o paciente que a instituição privada também tem o direito de oferecê-los. (D4-2)

É necessário que o Ministério da Saúde deve proporcionar mais vagas nos concursos públicos aos profissionais da saúde (D5-2)

[...] é de grande necessidade também que oferece equipamentos novos aos hospitais públicos (D5-3)

Espera-se que o governo libera as verbas necessárias. (D6-1)

Com a conscientização do governo, pode ser que melhora nos postos de saúde ... (D6-2)

É preciso que analisamos, antes de tudo, as causas desse desgaste ambiental. (D7-1)

É preciso que o Ministério do meio ambiente desenvolve projetos, em parceria com a iniciativa privada. (D7-2)

A grande questão é se a floresta deve ganhar "status" internacional ou se deve continuar sendo responsabilidade dos países que abrangem a Amazônia. (D8-1)

No entanto, não se pode exigir que apenas os países que abrangem a Amazônia pagam a conta pelos países que já exploraram suas vegetações. (D8-3)

Esses fatos refletem diretamente na qualidade de vida dessa maioria e, portanto, na necessidade de ações que visam reduzir a falta de oportunidades e a desigualdade dessa etnia (D9-1).

Diante do exposto, faz-se necessário desenvolver intervenções que envolvem o Estado. (D9-2)

É importante que a sociedade desenvolve campanhas de conscientização e incentivar denúncias. (D9-3)

É conveniente que o cidadão prioriza a prática da alteridade. (D9-4)

Talvez isso se deve ao preconceito mascarado, onde apenas não se admite que ele existe, mas que é muito praticado. (D10-1)

Fazer das mídias e parcerias com ONGS, pode ser que faz com que o tabu de falar no assunto seja diminuído e o diálogo entre as massas incentivado. (D10-2)

O governo também tem papel importante, possibilitando que, cada vez mais, que a população tenha acesso a cultura, fazendo aflorar seu senso crítico, para que tomem partido e contribuem na luta contra o preconceito [...] (D10-3)

A presença da categoria **Flutuação** nas descrições se faz pelo uso do verbo no modo indicativo, conforme podemos comprovar: **deve** (D1-1), **compreende** (D1-4), **camuflam** e **está** (D2-4), **favorecem** (D3-3), **temos** (D3-4), **promove** e **orienta** (D4-2), **deve proporcionar** (D5-2), **oferece** (D5-3), **libera** (D6-1), **melhora** (D6-2), **analisamos** (D7-1), **desenvolve** (D7-2) **abrangem** (D8-1 e D8-3), **pagam** (D8-3), **visam** (D9-1), **envolvem**(D9-2), **desenvolve** (D9-3), **prioriza** (D9-4), **deve, existe e é** (D10-1) **Faz** (D10-2), **contribuem** (D10-3).

Essas formas verbais que se encontram flexionadas no modo indicativo constroem a noção de possibilidade, sem que desapareçam os sentidos que seriam evidenciados pelo modo Subjuntivo, caso esse modo tivesse sido empregado pelos sujeitos da pesquisa. Esse fato revela que os verbos empregados nas sentenças construídas não possuem motivação exclusivamente morfossintática. O sentido desses verbos é construído em função do uso concreto da língua, ou seja, numa situação de comunicação. Assim, podemos afirmar que essas formas verbais no indicativo “evidenciam que a morfologia de subjuntivo poderia ser selecionada nesses contextos de subordinação” (SANTOS, 2014, p.981). Tomando como exemplo as Unidades de Significado D1-1, D1-4 e D2-4, as formas verbais dessas Unidades de Significado, com morfologia de subjuntivo, ficariam da seguinte forma:

Talvez esse descrédito se **deva** aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente (D1-1)

É necessário que se **compreenda** que, com isso, pode-se aqui afirmar que, a participação e a cobrança popular é indispensável para a mudança de rumo do país. (D1-4)

[...] fazendo com que **camuflam** os podres de quem **estiver** no poder. (D2-4)

Considerando que os sujeitos da pesquisa são alunos do 3º ano do Ensino Médio que irão se submeter à Avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), eles têm a redação como pré-requisito de acesso ao ensino superior. A esses alunos será exigido “demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e [...] conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação” (BRASIL, 2019, p.6-7). Nesse sentido, usar o modo indicativo em contextos de subordinação em que o esperado é o subjuntivo, nos enunciados da tessitura textual, pode ser considerado uma inadequação de uso da língua, nesse Exame.

Convém destacar que, nas Unidades de Significado que compõem a Categoria **Flutuação**, mesmo a morfologia dos verbos sendo expressa no modo indicativo, a noção de subjuntivo permanece. Esse fato nos leva a afirmar que o modo indicativo pode expressar também uma falta de certeza. Essa afirmação pode ser inaceitável quando consideramos apenas casos correntes na norma culta monitorada, em geral da modalidade escrita. Em situações de uso variável entre o modo indicativo e o modo subjuntivo, em contextos em que o subjuntivo é considerado obrigatório pela prescrição gramatical, como é o caso dos textos produzidos pelos sujeitos da pesquisa, podemos afirmar que se tratam de escolhas linguísticas decorrentes de motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas nos mais diversos contextos de interação. Nesse sentido, o uso do modo indicativo revela uma estratégia discursiva para dar mais expressividade ao discurso dos sujeitos da pesquisa, produzindo mais argumento para defender seu ponto de vista.

Pesquisas baseadas em dados da modalidade escrita da língua têm constatado que a variação de uso entre o indicativo e o subjuntivo, em contextos em que, segundo a prescrição gramatical, o uso do subjuntivo é obrigatório. Dentre essas pesquisas, destacamos Gonçalves (2003), Vieira (2007) e Novo (2009). Gonçalves, por exemplo, apresenta exemplos de emprego do futuro do pretérito do indicativo em lugar do pretérito imperfeito do subjuntivo. Vieira (2007) utilizou o corpus D&G e encontrou casos em que o pretérito imperfeito do indicativo é empregado no lugar do pretérito imperfeito do subjuntivo. Novo (2009) explica que é notável o uso do indicativo no lugar do subjuntivo em contextos em que, segundo a prescrição gramatical, o uso do subjuntivo é obrigatório.

Nessa perspectiva, a categoria **Flutuação** indica a diversidade no uso do verbo no modo indicativo, em sentenças que poderiam/deveriam ser expressas no modo subjuntivo e, segundo Lima e Silva (2020, p.2),

[...] coloca em questionamento as formas/funções dos modos indicativo e subjuntivo usadas pelos estudantes do Ensino Médio, em situações concretas de uso, as quais poderiam/deveriam ser trabalhadas nas aulas de Língua Portuguesa a partir dos próprios textos dos estudantes.

Isto porque a língua é influenciada fortemente pelo uso, moldada no dia-a-dia e afetada pela frequência das ocorrências linguísticas (GIVÓN, 1995). O uso motiva a estrutura gramatical fazendo com que o modo corresponda à propriedade de o verbo mostrar como o usuário da língua se posiciona diante do conteúdo de seu enunciado.

Nesse contexto, a gramática se torna “uma entidade dinâmica que supre as necessidades comunicativas dos falantes no momento da interação” (LIMA; SILVA, 2000, p.2). Por essa razão, as estruturas gramaticais são constantemente modificadas e negociadas durante o uso da língua (GIVÓN, 1995).

Essa abordagem possibilita uma concepção de língua(gem) diferente da que é concebida no método tradicional, pois entende que “a estrutura é uma variável dependente, e os usos da língua, ao longo do tempo, é que dão forma ao sistema” (FURTADO DA CUNHA, 2003. p. 29), no sentido de que a interação entre forma e função é motivada pelo entrelaçamento de princípios comunicativos, cognitivos e funcionais.

O uso do modo indicativo revelado na categoria **Flutuação** tem relação com o que efetivamente acontece na língua, com uma visão de gramática que não se abstrai do aspecto pragmático da interação verbal, aspecto que, nas descrições, se revela por meio da marcação linguística (GIVÓN, 1995). Podemos, portanto, afirmar que o sistema linguístico não é autônomo, pois depende do uso que o falante faz da língua, em diferentes contextos de interação. Nessa perspectiva, o conhecimento linguístico que tratamos em sala de aula precisa relacionar-se com as experiências dos sujeitos e do mundo em que vivem, com o professor dando condições para que esses sujeitos percebam que a língua é determinada pelas situações de comunicação real em que sujeitos interagem e, portanto, seu estudo não pode se resumir à análise de sua forma, já que essa forma está relacionada a um significado e a serviço do propósito pelo qual é utilizada, o que depende de cada contexto específico de interação.

A categoria **Flutuação** manifestada nas Descrições é responsável por expressar a ideia de *irrealis*, ou seja, está relacionada com o mundo de possibilidades. Mesmo o verbo não se encontrando no subjuntivo, visto por Givón (1995, p. 36) como “uma forma verbal *irrealis* que se inter-relaciona diretamente com a modalidade proposicional e com o contexto discursivo em que aparece”, o indicativo se apresenta como uma alternância em que esses modos se correlacionam com as mesmas noções e sentidos.

A terceira Categoria Aberta a ser clarificada/significada é **Morfologia própria de subjuntivo**. Essa categoria se materializa nas Descrições analisadas, por meio das seguintes Unidades de Significado:

A população que se tornando exausta diante da situação permite que o Estado continue agindo de tal maneira, que o autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia (D2-3)

É necessário que nós saibamos que a palavra pandemia é a disseminação de uma nova doença e que precisamos nos proteger. (D3-1)

Nesse sentido, é necessário também a conscientização da população para que tomem atitudes (D3-2)

[...] que os cientistas avancem mais nas pesquisas da vacina. (D3-5)

Dessa forma, para que sane esse problema é preciso contratação de profissionais e investir em equipamentos (D4-1).

Se o governo se preocupasse com a saúde, ao invés de investir o dinheiro do imposto da sociedade em jogos olímpicos, shows, etc. poderia começar a investir em saúde. (D5-1)

Mas, seria justo que apenas alguns países da América do Sul tivessem que ceder suas florestas em prol do planeta [...] (D8-2)

No entanto, não se pode exigir que apenas os países que abrangem a Amazônia paguem a conta pelos países que já exploraram suas vegetações. (D8-3)

Assim, o Brasil preserva suas florestas em prol do planeta e seria remunerado pelas nações que possam fazê-lo (D8-5).

Fazer das mídias e parcerias com ONGS pode ser que faz com que o tabu de falar no assunto seja diminuído e o diálogo entre as massas incentivado (D10-2)

O governo também tem papel importante, possibilitando que, cada vez mais, que a população tenha acesso a cultura, fazendo aflorar seu senso crítico, para que tomem partido e contribuam na luta contra o preconceito [...] (D10-3)

A presença da Categoria **Morfologia Própria de Subjuntivo**, nas Descrições analisadas, se faz pela flexão dos verbos das Unidades de Significado no subjuntivo, conforme podemos comprovar: **continue agindo** (D2-3), **saibamos** (D3-1), **tomem** (D3-2), **avancem** (D3-5), **sane** (D4-1), **preocupasse** (D5-1), **tivessem que ceder** (D8-2), **paguem** (D8-3), **possam fazê-lo** (D8-5), **seja diminuído** (D10-2), **tenha e tomem** (D10-3). Essas formas verbais estão compondo a estrutura sintática de orações subordinadas, confirmando o que afirma Castilho (2010, p.438): “do ponto de vista sintático, o subjuntivo predomina nas sentenças subordinadas”. Diante disso, ao subjuntivo é atribuída a concepção de forma marcada. Nas Unidades de Significado, o uso das formas verbais com morfologia própria de subjuntivo é condicionado por determinados fatores contextuais, representando a posição discursiva dos sujeitos da pesquisa, em relação ao evento comunicativo de que participam.

A Categoria **Morfologia Própria de Subjuntivo** revela o uso do modo subjuntivo nas estruturas oracionais subordinadas, tanto nas substantivas, quanto nas adverbiais. Nas subordinadas substantivas, podemos comprovar esse fato nas seguintes orações: **que o Estado continue agindo de tal maneira** (D2-3), **que nós saibamos** (D3-1), **que os cientistas avancem mais nas pesquisas da vacina** (D3-5), **que apenas alguns países da América do Sul tivessem que ceder suas florestas em prol do planeta** (D8-2), **que apenas os países [...] paguem a conta pelos países** (D8-3), **com que o tabu [...] seja diminuído** (D10-2) e **que, cada vez mais, que a população tenha acesso a cultura** (D10-3).

Cunha e Cintra (1985) afirmam que, nas orações subordinadas substantivas, o uso do subjuntivo com morfologia própria de subjuntivo ocorre quando a oração principal exprime uma vontade, uma dúvida, um sentimento ou uma apreciação emitida com referência a um fato. Podemos comprovar a assertiva dos autores com as orações principais que apresentam em seu escopo as subordinadas substantivas que compõem a Categoria **Morfologia Própria de Subjuntivo**: [...] permite (D2-3), É necessário (D3-1), [...] que nós temos fé (D3-5)¹⁷, Mas seria justo ((D8-2), No entanto, não se pode exigir (D8-3), [...] que faz com (D10-2)¹⁸, [...] possibilitando (D10-3).

Nas subordinadas adverbiais, o subjuntivo também se faz presente, como em: **para que tomem atitudes** (D3-2), **Se o governo se preocupasse com a saúde** (D5-1) e **para que tomem partido** (D10-3). Nessas orações, a presença das formas de subjuntivo está sendo regulada pela conjunção subordinativa “para que”. Esse fato nos leva a afirmar que “nas orações adverbiais, mesmo se constituindo num simples mecanismo formal, a presença da conjunção subordinante favorece o uso do subjuntivo” (SANTOS, 2004, p.2441).

Fazemos ressalva à Unidade de Significado D8-5 que contém uma oração subordinada adjetiva restritiva, cujo verbo se flexiona no subjuntivo, conforme podemos comprovar em: **que possam fazê-lo** (D8-5). Na Unidade de Significado D8-5, essa oração exprime uma possibilidade e, segundo Bechara (2009), nesse tipo de oração o subjuntivo deve ser usado.

¹⁷ A oração [...] que nós temos fé (D3-5), mesmo sendo uma oração subordinada, traz em seu escopo uma oração também subordinada com função de complemento nominal.

¹⁸ A oração [...] que faz (D10-2), mesmo sendo uma oração subordinada, traz em seu escopo uma oração também subordinada com função de objeto direto.

Câmara Jr. (1999, p.133) se refere às formas verbais subjuntivas como dependentes de uma palavra expressa na estrutura frasal, como o advérbio talvez preposto ou um verbo da oração principal e, mesmo que seu emprego se torne obrigatório, os valores de dúvida, desejo ou hipótese vêm demarcados na própria oração subordinada, marcada por um conectivo específico. Desse modo, o uso das formas subjuntivas em português vem a ser uma pura servidão gramatical, já que certos valores semântico-pragmáticos tradicionalmente associados ao subjuntivo seriam transferidos para outras categorias linguísticas, como ocorre com os modais **talvez** e **se**, na categoria **Expressões de Possibilidade**.

Com base na clarificação da Categoria **Morfologia Própria do Subjuntivo**, podemos afirmar que o modo subjuntivo ainda é de uso recorrente na língua. Embora a Categoria **Flutuação** tenha revelado a coexistência indicativo e subjuntivo, a Categoria **Morfologia Própria do Subjuntivo** vem confirmar que “Não há o descarte imediato da forma mais antiga em detrimento da forma emergente, mas um período de transição, de convivência das diversas camadas que configurariam uma fase de convivência de duas estratégias” (LOPES, s.d., p.5).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para respondermos à nossa questão norteadora: Como os estudantes do 3^a ano do Ensino Médio usam o subjuntivo em textos argumentativos?, tomamos como princípio fundamental o pressuposto de que “A interpretação é, portanto, talvez o acto essencial do pensamento humano; na verdade, o próprio facto de existir pode ser considerado um processo constante de interpretação” (RICOEUR, 1997, p. 20).

Buscamos olhar para além da prescrição gramatical, numa análise fundada em aspectos discursivo-pragmáticos e na Teoria da Interpretação ricoeuriana, aproximando desse modo sentido e referência, em vista de uma compreensão e interpretação dos sentidos mais profundos das descrições dos sujeitos da pesquisa. Realizamos esse percurso elíptico com o seguinte pensamento: “Se se pode dizer que coincidimos com alguma coisa não é com a vida interior do outro ego, mas com o desvelamento de um modo possível de olhar para as coisas, que é o genuíno poder referencial do texto” (RICOEUR, 1996, p. 104).

Nossos resultados surgiram, pois, dessa consciência acerca da interpretação como um ato fundamental do pensamento humano, tendo como eixo central a Análise Fenomenológico-Hermenêutica dos dados da pesquisa, compreendendo que, em fenomenologia, o “como das coisas” tem mais relevância que “o porquê das coisas”. (SANTOS, 1997).

Assim sendo, a explicitação das Unidades de Significado pela Análise Ideográfica e, conseqüentemente, a convergência das Descrições, identificação e interpretação das categorias abertas, pela Análise Nomotética, em consonância com o arcabouço teórico que construímos, numa visão entre teoria e prática, possibilitaram-nos chegar a alguns pontos importantes da investigação.

O primeiro ponto se refere às categorias que emergiram das Descrições dos sujeitos da pesquisa. Em nossa análise, a categoria Flutuação se manifesta nas 10 Descrições analisadas, o que nos leva a afirmar que os sujeitos da pesquisa demonstraram uma maior proximidade com o modo indicativo em alternância com o subjuntivo. Esse fato pode ser comprovado pela quantidade de Unidades de Significado que compõem as categorias abertas: pouca ocorrência do uso de Expressões de Possibilidade; maior ocorrência do uso da Flutuação seguida de Forma Própria de Subjuntivo.

A categoria Flutuação revelou que, mesmo o verbo sendo usado no modo indicativo, o discurso é modalizado em um extremo do *continuum*, indo ou para a certeza ou para a dúvida, revelando, assim, a função discursiva dessa flutuação, qual seja, convencer os interlocutores quanto à convicção das informações presentes no texto.

Essa categoria confirma as hipóteses apresentadas na Introdução do trabalho: 1ª) A função do subjuntivo está sujeita a contextos semântico-pragmáticos e discursivo-argumentativos; 2ª) O subjuntivo é motivado pela sua função discursiva, em situações concretas de uso da língua.

O segundo ponto que destacamos se refere ao discurso produzido pelos sujeitos da pesquisa. Esse discurso, dotado de intenções, informações e significados, revela as escolhas linguísticas empregadas na construção dos enunciados. Dentre essas escolhas linguísticas, estão os modalizadores “talvez” e “se”, demonstrando o posicionamento do enunciador.

O uso desses elementos linguísticos permite que os interlocutores façam diferentes interpretações a respeito do conteúdo das proposições que compõem as Descrições, podendo, assim, julgá-las verdadeiras ou falsas, conforme o desempenho argumentativo do enunciador que, no caso deste trabalho, são os alunos do 3º ano do Ensino Médio. Esse fato vem confirmar a tese givoniana de que a gramática de uma língua nasce do discurso e atua codificando as informações no âmbito das sentenças e correlacionando as informações codificadas em uma comunicação coerente, comprovando, assim, que a gramática está em função das necessidades dos usuários da língua.

O terceiro ponto diz respeito à tipologia textual tendo uma relação direta com as temáticas selecionadas. Tema 1: Corrupção no contexto político brasileiro – 02 textos selecionados; Tema 2: Saúde Pública no Brasil – 04 textos selecionados; Tema 3: Os desafios da relação entre homem e meio ambiente – 02 textos. Tema 4: O preconceito contra os negros no Brasil – 02 textos.

O quarto ponto se refere ao uso do subjuntivo com morfologia própria pelos sujeitos da pesquisa. As Descrições analisadas refletem a particularidade desses sujeitos, em relação esse modo verbal, ao tentarem expor seu ponto de vista, utilizando estratégias discursivas que possibilitam contextualizar suas ideias, por meio de argumentos que revelam seu posicionamento diante do conteúdo veiculado nas Descrições.

A Categoria Morfologia de Subjuntivo nos possibilitou interpretar o posicionamento dos sujeitos da pesquisa, a partir das sentenças que compuseram a tessitura de cada Descrição. Esse posicionamento também alcança o leitor do texto, considerando que ele é um participante da situação comunicativa. Nesse contexto, a presença do falante/produtor do texto e do ouvinte/leitor devem ser considerados na interpretação do texto: o primeiro, através de recursos linguísticos, deixa transparecer na proposição o seu grau de envolvimento com relação ao que é dito; o segundo tem a “tarefa” de interpretar o grau de modalidade que a proposição carrega.

Os resultados revelados confirmam que o uso do subjuntivo está sujeito a contextos sintáticos e semântico-pragmáticos, hipótese levantada e confirmada, quando da realização da pesquisa. Também confirmam a subjetividade dos sujeitos da pesquisa que assumem, com maior ou menor força o que enunciam, ora comprometendo-se, ora afastando-se, revelando, assim, a função discursiva do subjuntivo.

O quinto ponto que destacamos diz respeito ao processo de gramaticalização do subjuntivo. A categoria aberta Flutuação revelou que o uso do modo indicativo com noção de subjuntivo, dependendo do contexto discursivo, está se gramaticalizando no português brasileiro. Esse fato confirma a tese givoniana de que o subjuntivo, numa língua, vai surgir em contextos em que a atitude do usuário da língua revela fraca certeza epistêmica ou fraca manipulação deôntica como as duas dimensões do *irrealis*.

A partir dos pontos destacados, apontamos alguns caminhos, levando em consideração o posto de observação que escolhemos: a função discursiva do subjuntivo. Esses caminhos foram traçados, a partir dos resultados obtidos.

O primeiro caminho se refere à compreensão de que, no ensino da língua, a análise da norma culta deve se respaldar por uma visão flexível dos fatos linguísticos, visão aberta de aceitação de variações, de mudanças, sem a rigidez de conferir aos padrões linguísticos a perenidade que não possuem nem podem possuir, considerando que a língua que falamos está sujeita a mudanças. Os resultados da pesquisa revelaram mudanças no uso do subjuntivo: noções de subjuntividade se fazem presentes no uso do modo indicativo, demonstrando as possibilidades de uso desse modo verbal, em suas relações pragmático-discursivas.

O segundo caminho diz respeito ao professor de língua portuguesa que deve ter presente o fato de que os alunos precisam de outros referenciais de linguagem

diferentes da sua que lhes permitam atender à flutuação e a multifuncionalidade dos usos da língua. Nesse sentido, o professor deve partir de situações concretas de uso da língua, trabalhando a norma culta de forma aberta, flexível, ancorada na observação de situações de aprendizagem que priorizem os contextos de uso da língua, para que os alunos ampliem sua competência comunicativa.

O terceiro caminho se refere ao ensino da gramática da língua que deve ser reflexivo, desenvolvido por meio de atividades de natureza linguística, metalinguística e epilinguística, sendo as atividades epilinguísticas uma prática intensiva. As atividades de natureza epilinguística devem ser atividades que operam sobre a própria linguagem, para que os alunos possam diversificar os recursos expressivos com que falam e escrevem, praticando dessa forma a diversidade dos fatos gramaticais de sua língua materna.

O estudo sobre o subjuntivo que realizamos confirmou o caráter vivo e dinâmico da língua. Ao identificarmos essa realidade linguística por meio das “lentes da fenomenologia”, contribuímos para o avanço das reflexões sobre essa temática, pois a função discursiva do subjuntivo, além de ser real em nosso dia a dia, também acontece em atividades empíricas, como podemos comprovar por meio desse trabalho. Esta dissertação pode contribuir para preencher uma lacuna no âmbito da pesquisa sobre o subjuntivo, proporcionando a ampliação dos conhecimentos sobre esse modo verbal no português do Brasil, uma vez que somente a visão da gramática normativa não está sendo suficiente para compreendermos o uso da língua em situações reais de interação comunicativa.

Esta Dissertação se constitui um passo a mais que demos rumo ao conhecimento sobre a língua que falamos. Ela nos incita a prosseguirmos a caminhada, percorrendo os caminhos da linguagem. Cientes disso, sugerimos que outras pesquisas desvelem, construam e agreguem novos sentidos aos que esta Dissertação apresenta, sem, contudo, desconsiderar as pesquisas existentes, uma vez que ainda há muito a ser investigado sobre a função discursiva do subjuntivo.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- AMORIM, Vera Raquel Santos. **A gramaticalização do subjuntivo: um estudo do português popular**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.
- ABREU, Antônio Suárez. **Gramática integral da língua portuguesa: uma visão prática e funcional**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2018.
- ABREU, Antônio Suárez. Coordenação e subordinação – uma proposta de descrição gramatical. In: **Alfa**. São Paulo, 41, 1997, p.13-27.
- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BARTHES, Roland. **Elementos da semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1992.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2009.
- BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa - 2ªed**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BIANCHET, Sandra Maria G. B. **Indicativo e/ou subjuntivo em orações completivas objetivas do português: uma volta ao Latim**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani Bicudo. **Fenomenologia, confrontos e avanços**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BICUDO, M. A. V. Um ensaio sobre o conhecimento encarnado. In: Renata Cristina Geromel Meneghetti. (Org.). **Educação matemática - vivências refletidas**. São Paulo: Centauro Editora, 2006, v. 1ª ed., p. 15-34.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2019: cartilha do participante**. Brasília, 2019.
- BRUNELLI, A. F.; GASPARINI-BASTOS, S. D. **Os valores do verbo modal poder em português: da língua ao discurso**. In: XV Congresso Internacional de ALFAL, 2008, Montevideo-Uruguaí. Actas. Montevideo-Uruguaí: ALFAL, 2008.
- CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Filologia e Gramática: referente à língua portuguesa** 2a. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1974.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da linguística**. Editora: Vozes, 1979
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 30ª ed. Petrópolis: Vozes. 1999.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa**. 7 ed, Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa**. Brasília: UnB, 1964.

CARRASCOSSI, C. N. de S. **Interpretação dos verbos modais poder e dever na língua portuguesa**. 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). **Português falado culto no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo, 2014.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

CERVONI, Jean. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CRITELLI, Dulce Mára. **Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica**. São Paulo: EDUC: Brasiliense, 1996.

COSTA, S. **Entre o deontico e o epistêmico: o caráter camaleônico do verbo modal 'poder'**, Letra Magna – Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, 5, 11, [online]. Disponível em: <http://www.letramagna.com/deonticoepistemico.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3. ed. 2001.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

DEOCLÉCIO, Carlos Eduardo. **Variação sintática das orações adverbiais finais: similaridades e diferenças entre fala e escrita**. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2010.

DILLINGER, Mike. Forma e função na linguística. **D.E.L.T.A.**, s/l, Vol. 1, n 1, p. 395-407, 1991.

DICHTCHEKENIAN, Maria Fernanda. O cogito e o mundo da vida: uma proposta de um fundamento rigoroso para o conhecimento. In: MARTINS, Joel; DICHTCHEKENIAN, Maria Fernanda (Orgs.). **Temas fundamentais de fenomenologia**. São Paulo: Moraes, 1984.

ESPÓSITO, Vitória Helena Cunha. **A escola: um enfoque fenomenológico**. São Paulo: Escuta, 1993.

FRAZÃO, Elisiane Araújo dos Santos. **O português escrito no Facebook: uma descrição dos marcadores conversacionais.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras/CCH, Universidade Federal do Maranhão, 2018.

FELICÍSSIMO, Alice. **Usos do modo subjuntivo no português brasileiro.** 142 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – PUC, São Paulo, 2015.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (Org.). **Procedimentos discursivos na fala de Natal: uma abordagem funcionalista.** Natal: EDUFRN, 2000.

FURTADO da CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela. Rios de; MARTELOTTA, Mário. E. (Org.). **Linguística funcional: teoria e prática.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, Talmy. **On understanding grammar.** New York: Academic Press, 1979a.

GIVÓN, Talmy. **Syntax and semantics**, v. 12. New York: Academic Press, 1979b.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: a functional typological introduction.** v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1984.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: a functional typological introduction.** v. 1 e 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1990.

GIVÓN, Talmy. **Irrealis and the subjunctive.** *Studies in Language*, 18. 2, 1994.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar.** Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, Talmy. **Syntax.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001. v. 1 e 2.

GIVÓN, Talmy. **Context as other minds.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.

GONÇALVES, Sebastião Carlos et al. A subordinação substantiva: modalidade epistêmica e gramaticalização de construções matrizes. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). **Mudança sintática das construções: perspectiva funcionalista.** São Paulo: Contexto, 2019. (História do português brasileiro; 5).

GONÇALVES, Jussara Regina. **Considerações sobre a flutuação no emprego do subjuntivo em contextos orais do português do Brasil.** 100f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras, 2003.

GUIRALDELLI, Lisangela Aparecida. **O modo subjuntivo e a expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva.** 2004. 104 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2004.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica.** 6. ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia.** Lisboa: Edições 70, 2000.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento.** In: Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural 1992.

KOCH, Ingedore G. Villaça. O verbo poder numa gramática comunicativa do Português. **Cadernos da PUC.** São Paulo: Cortez, n.8, p.103-113, 1981.

MARTELOTTA, Mário. Funcionalismo e metodologia qualitativa. In: OLIVEIRA, M.; ROSÁRIO, I. (org). **Pesquisa em linguística funcional**: convergências e divergências. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2009. p. 1-20

MARTINS, Joel.; BICUDO, Maria. Aparecida V. **A pesquisa qualitativa em psicologia**. Fundamentos e recursos básicos. 1. Ed. São Paulo: Editora Moraes, 1989.

MARTINS, Joel. **Um enfoque fenomenológico do currículo**: educação como póiesis. São Paulo: Cortez, 1992.

MENEZES, Léia Cruz de. O tratamento da modalidade deôntica na perspectiva retórica-funcional: possível no espaço da sala de aula? In: **Linguagem em Foco**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE. Fortaleza-CE, vol.12, nº 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/issue/view/232>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Trad. Carlos Alberto Moura. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas**. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1990.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A estrutura argumental preferida em inquéritos do NURC**. 1994 Mimeografado.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade: um estudo de base funcionalista na língua portuguesa. **Revista Portuguesa de Filologia**. Coimbra, v.23, 2000a.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000b.

NEVES, Maria Helena de Moura. As gramáticas: o usuário e a norma. In: DIONISIO, A.; MENDONÇA, M. (Org.). **I Encontro sobre Gramáticas do Português – Conferências**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2001, p. 28-46.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A análise funcionalista e o estabelecimento de quadros categoriais na gramática**. São Paulo: UNESP, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2011.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; COELHO, V. Linguística funcional aplicada ao ensino do português. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angelica.; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário. (Org). Mariangela Rios de Oliveira, Sebastião Josué Votre **Linguística funcional – teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003.

PEZATTI, Erotilde Goretti. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. **Variação no presente do indicativo do modo subjuntivo**: uma abordagem discursivo-pragmática. Florianópolis, 1999. 128 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. **Uso variável do presente no modo subjuntivo**: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX. Florianópolis. 350 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. In: VANDERSON, P. **Variação e mudança no português falado da região sul**. Pelotas: Educat, 2015.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. **Mapeamento do uso variável do modo subjuntivo no português do Brasil**. Working Papers em Linguística, 16(1): 120-141, Florianópolis, jan/jul, 2015.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. **O subjuntivo não é apenas o modo da incerteza**. Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 109-121, janeiro-junho 2017

REIS, Diana Liz. **Variação no uso do futuro do subjuntivo no PB**: um estudo sociofuncionalista. In: Anais do VIII Encontro do Celsul. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

REIS, Diana Liz. **O uso do futuro do subjuntivo**: um estudo funcionalista sobre verbo e modalidade. Dissertação de Mestrado Florianópolis: UFSC, 2010.

RICOEUR, Paul. **O discurso da acção**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.

RICOEUR, Paul. **Do texto à acção**. Trad. Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés-Editora, 1991.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1996.

SANTOS, Veraluce Lima dos. **O ensino de Língua portuguesa**: uma abordagem fenomenológica. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SANTOS, Wendel Silva dos. Um modo e duas morfologias: a expressão do subjuntivo em São Paulo (SP) e São Luís (MA). In: **Revista Philologus**. Ano 20, N° 58 – Supl.: *Anais do VI SINEFIL*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2014.

SANTOS, Wendel Silva dos. **A morfologia do indicativo na expressão do modo subjuntivo em São Paulo e São Luís**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – FFLCH – USP, São Paulo, 2015.

SANTOS, Wendel Silva dos. **Percepções sociolinguísticas em São Luís e São Paulo**: 241 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – FFLCH – USP, São Paulo, 2020.

SANTOS, Sônia Moreira Coutinho dos. A variação no uso do modo subjuntivo em uma comunidade de fala afro-brasileira. In: **Anais da XX jornada GELNE**. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2004/sumario.htm>. Acesso em: 15 set. 2020.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (Orgs.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

ANEXOS

Descrição 1

Situação política no Brasil

A população brasileira vive, no momento atual um protagonismo de crise política que se repercute globalmente. Isso se mostra pelo fato de uma grande porção se mostrar descontente com seus representantes políticos de forma geral. Talvez esse descrito se deve aos grandes casos de corrupção descobertos recentemente, que se não foram tratados com seriedade por parte do poder o país num profundo abismo social e econômico.

Além disso, pode-se perceber que, o fato de o atual presidente estar à beira de um processo de impeachment acaba intensificando a tensão e o conflito social já existente, isso porque grande parte dos juristas consideram o atual processo com um golpe de estado, enquanto que outra maioria considera o processo em curso totalmente constitucional. Sem dúvida, isso leva a uma polarização social principalmente entre os indoutos do direito.

No entanto, apesar da crise que se apresenta negativamente pode-se apontar a independência jurídica, a liberdade das manifestações sociais e a estabilidade na democracia como sendo uma face positiva e uma conquista do estado democrático de direito brasileiro. Isso se afirma, por exemplo, através da impetribilidade de influências no judiciário e da irrepressão aos mais variados movimentos sociais. Sendo, por isso, inaceitável a ideia de pessimismo pleno. É necessário que se compreenda, que com isso, pode-se aqui afirmar que, a participação e a cobrança po-

pular é indispensável para a mudança de rumo do país.

Os representantes do povo precisam saber que trabalham em prol de seus representantes, o que só se alcança com a destituição dos corruptos, que, com isso, há de desfazer o clima de impunidade aos corruptos e a cultura da desonestidade instalada no sistema político brasileiro, porém, tomando o devido cuidado para não tomar decisões de "justiceiros". Para isso, o STF deverá ser o único órgão capaz de dar a palavra final, seja nos crimes comuns, seja nos de responsabilidade fiscal.

Descrição 2

Brasil um país de todos nós

O Brasil que queremos não é definitivamente o Brasil que hoje temos.

Considerando que a sociedade está em constante mudança, o Brasil que queremos é um Brasil com menos impostos com mais e melhor qualidade dos serviços públicos, em especial a saúde, educação, segurança pública, transporte, entre outros.

É verdade que com tantos problemas e tanto atraso não podemos mudar nada em um curto espaço de tempo, entretanto, se não começarmos já, imediatamente, não sairemos. Que as lições das ruas, especialmente o clamor do povo, sensibilizem os governantes e as autoridades para agir com rapidez, porque somente se alcançar o último degrau se começar a subir pelo primeiro.

Fiquemos de olhos abertos e atentos aos próximos passos dos que têm poder de algo fazer. A população que se tornando exausta diante da situação permite que o Estado continue agindo de tal maneira que o autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia, fazendo com que comulham os poderes de quem está no poder.

Descrição 3

Impacto do corona vírus na saúde pública.

É possível ver o caos da saúde pública brasileira através dos jornais, em que mostram as pessoas no chão esperando ser atendidas e a falta de equipamentos médicos. Quando o governo vai perceber que deveria estar investindo mais na saúde do que ficar cortando gastos dela?

O Brasil é um dos países que investe pouco na saúde e essa falta de aplicação prejudica muitas pessoas que dependem dela. É possível ver nos jornais a grande quantidade de pessoas que morrem na fila de espera do SUS para alguma cirurgia ou até mesmo para algum exame ou consulta. As pessoas não morreriam na fila caso possuíssem médicos e equipamentos suficientes.

Por conta da situação precária do SUS essas pessoas podem ficar um bom tempo para serem atendidas e durante o processo entre consultas e exames podem até morrer.

Para que esse cenário da pública mude, o governo deve parar de cortar gastos dela e investir mais.

Com a superlotação de hospitais, pelo alto nível de contágio da covid 19, é necessário que nós saibamos que a

pandemia é a disseminação de uma nova doença e que precisamos nos proteger.

Seria bom, que o ministro da saúde opte em divulgar as medidas de proteção. Nesse sentido, é necessário também a conscientização da população para que tomem atitudes que favorecem o controle do vírus.

Espero que nós tenhamos fé que os cientistas avancem mais nas pesquisas da vacina.

Descrição 4

Ao decadência da saúde pública

O sistema único de saúde (SUS), prevê na constituição atendimento de qualidade para todos, mas não promove isso na prática. As instituições públicas, hoje em dia, é defasada na remuneração para os hospitais credenciados, e para os profissionais. O maior desafio dentro dos hospitais também é a falta de material básico, e em certos equipamentos não tem como os profissionais executar o seu atendimento.

Por conta disso o número de pessoas na fila para que sejam atendidas é enorme. As consequências dessas falhas é que cada vez mais as pessoas estão morrendo na fila dos hospitais. Portanto isso, quando ocorrer a falta de organização das instituições, por exemplo, paciente com doenças crônicas como hipertensão, diabetes, e câncer, essas pacientes poderia passar primeiro para resolução na atenção básica e não na atenção secundária e terciária.

De outra forma, para que esse problema é preciso contratação de profissionais e investir em equipamentos. Outra forma seria que a secretaria de saúde promova um atendimento de qualidade na atenção básica, e também orientar o paciente que a instituição privada também tem o direito de atender.

Descrição 5

A escassez da saúde pública no Brasil é inaceitável a falta de equipamentos e profissionais em hospitais públicos no Brasil. Além disso, muitas pessoas vão aos hospitais na esperança de ter um atendimento de qualidade, quando na verdade se decepcionam. É preciso, em primeiro lugar, destacar que todo e qualquer cidadão tem direito a uma boa qualidade de vida. Há muitos casos de pessoas que morrem por esperar um atendimento médico, por esperar em filas longas. Até quando isso? Até quando as políticas públicas se preocuparem com a saúde, e ao invés de investir o dinheiro de imposto da sociedade em jogos olímpicos, shows, e começar a investir em educação e saúde que está em pauta nos dias de hoje.

É necessário frisar também da falta de equipamentos nos hospitais, crianças, idosos dormindo no chão ou em cadeiras por falta de leito. Isso é um desrespeito com a sociedade, e deve ser alertado imediatamente aos políticos e governo do país.

Fica evidente, portanto, que o Ministério da Saúde (deve) proporcionar mais vagas nos concursos públicos aos profissionais da saúde, é de grande necessidade também que ofereça equipamentos novos aos hospitais públicos. O Estado, por sua vez, deve investir o dinheiro imposto pela sociedade, numa qualidade de hospital melhor, profissionais e, por fim, de saúde melhor.

Descrição 6

A decadência na saúde brasileira

A saúde pública no Brasil é um grande agravante para a vida de boa parte da sociedade, sofrendo ainda hoje com falta de recursos. A saúde é um direito de todos e um dever do estado, tendo uma grande máquina que promove o combate e o controle de doenças, o SUS, sendo este alvo de críticas por sua precariedade.

O Brasil é um dos países que menos investe na saúde. Essa crise envolve vários problemas, sendo eles, falta de assistência, falta de disponibilidade de materiais e equipamentos e carência nos postos de saúde.

Espera-se que o governo libere os recursos necessários buscando assim resolver as questões da saúde no país, na tentativa de salvar e ajudar pessoas que não tem condições de possuir um atendimento particular.

Com a conscientização do governo, pode ser que melhore nos postos de saúde, que muitas vezes estão em estado de abandono, sem equipamentos, medicamentos e materiais necessários. Quanto mais, ao menos existem, e podem contar com uma assistência de medicamentos, salvando vidas e encontrando soluções para essa parte da sociedade que necessita desse atendimento.

Descrição 7

Preservação da Amazônia: um desafio brasileiro

A preservação ambiental, é a relação do homem e do meio ambiente e tem se tornando cada vez mais deteriorada, evidenciando a degradação ambiental. Nesse sentido, devemos observar as causas dessas atitudes e suas consequências.

É preciso que analisemos, antes de tudo, as causas desse desgaste ambiental. Entretanto, o meio ambiente não consegue renovar-se no mesmo ritmo em que é desgastado, o que torna essa relação danosa e desproporcional.

Conseqüentemente, notamos inúmeros problemas devido ao convívio entre o homem e o meio ambiente. Entre os quais podemos citar: desaparecimento de espécies, poluição de rios e mares, destruição de habitats e alterações climáticas. Tais impactos são catalisados pelo consumo atual. Assim, é evidenciado o colapso em que vive o ecossistema terrestre.

Fica claro, a urgência em resolver esse impasse. Primeiramente, é preciso que o Ministério do meio ambiente desenvolva projetos, em parceria com a iniciativa privada, a fim de utilizar os recursos naturais de forma consciente. Esse ministério, em parceria com a mídia, talvez pode instruir a população, por meio de debates, a ser menos consumista e a aprender a reutilizar e reciclar produtos, poupando assim, os recursos naturais.

Descrição 8

/ /

Preservação do meu Ambiente, um dever de todos nós!

As pautas ambientalista tem sido cada vez mais discutidos no cenário mundial, o qual, mais recentemente, passou a discutir sobre a exploração da floresta amazônica. A grande questão é se a floresta deve ganhar "status" internacional ou se deve continuar sendo responsabilidade dos países que abrangem a Amazônia. Mas, seria justo que apenas alguns países da América do Sul tivessem que ceder suas florestas em prol do planeta, enquanto outros países que já exploraram suas vegetações não pagam nada por isso?

A floresta Amazônica é a maior do mundo e sua exploração causaria muitos impactos ao planeta, no entanto, não se pode exigir que apenas os países que abrangem a Amazônia paguem a conta pelo países que já exploraram suas vegetações. Para que isso ocorra de maneira justa, todos os países deveriam ter uma porcentagem mínima de floresta preservada, e os que não conseguissem, deveriam pagar aos que possuem mais áreas preservadas. Dessa maneira, ele seja capaz de extrair recursos financeiros sem ter que explorá-la, mantendo, assim, a integridade do ecossistema do planeta.

Com isso, pode-se concluir que é preciso sim preservar a floresta amazônica, mas essa tarefa também é responsabilidade dos países que já exploraram suas vegetações e devem, portanto, pagar por isso. Assim, o Brasil preserva suas floresta em prol do planeta e que seria remunerado pelos nações que possam fazê-lo.

Descrição 9

A imagem do Brasil como um país de grande diversidade étnica e cultural, na realidade, exende e disfarça racistas, discriminatórias e preconceituosas.

Ainda hoje, no século XXI, a população não superou os "muros invisíveis" entre negros e brancos. Isso evidencia a necessidade de se implantar medidas efetivas em prol da inclusão social dos afrodescendentes.

O preconceito tornou-se banal e, diariamente, o racismo é praticado na forma de falta de respeito e cidadania, em uma condição de exclusão e desigualdade social. Além disso, há intolerância e segregação, violência e mortes.

Esse problema pode ser compreendido ao se observar a necessidade de ações afirmativas no Brasil. O índice de analfabetismo é cinco vezes maior entre os negros do que dos brancos e, ao analisar os índices socioeconômicos, percebemos que 70% da população que vive em condições de extrema pobreza no país é negra. Esses fatores refletem diretamente na qualidade de vida dessa maioria e, portanto, na necessidade de ações que visam reduzir a falta de oportunidade dessa etnia.

Diante do exposto, fez-se necessário desenvolver intervenções que envolvam o Estado, a sociedade e o cidadão, buscando um objetivo comum: erradicar a maneira racista com que são tratados os negros no Brasil.

É importante que a sociedade desenvolva campanhas de conscientização e incentivem denúncias. A Educação é o caminho para o combate do racismo. É conveniente que o cidadão priorize a prática da alteridade. Com isso, espera-se um país mais igualitário.

Descrição 10

A história do povo negro é marcada por muita luta e sofrimento. A busca por liberdade é símbolo de perseverança, onde o povo, dito mais fraco, não sucumbiu e mesmo com muitas perdas conseguiu a tão sonhada liberdade, onde, por lei, se tornavam um povo livre. Mas ela não significou o fim dos problemas, uma vez que, até hoje, em pleno mundo globalizado há a exclusão, a xenofobia e o senso de superioridade sobre os negros.

Talvez, isso se deve ao preconceito mascarado, onde apenas não se admite que ele existe, mas que é muito praticado.

○ O caminho da igualdade começa quando o bom senso toma a frente, não basta se compadecer pelos trezentos anos de atrocidades cometidas contra seres humanos, se ainda os usamos como referência quando alguém não faz algo certo.

Enquanto não houver a conscientização iniciada nas pequenas coisas, não estaremos preparados para lutar pelo fim das maiores, como violências morais explícitas.

Fazer das mídias e parcerias com ONGS, pode ser que faz com que o tabu de falar no assunto seja diminuído e o diálogo entre as massas incentivado.

○ O governo também tem papel importante, possibilitando que, cada vez

mais, que a população tenha acesso a cultura, fazendo aflorar seu senso crítico, para que tomem partido e contribuam na luta contra o preconceito, que não é apenas do povo negro, mas de toda a sociedade.